



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

**NARRATIVAS DE MULHERES POLICIAIS MILITARES: CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS A PARTIR DE MUDANÇAS E POSICIONAMENTOS NAS RELAÇÕES
PROFISSIONAIS**

Rebeca Lopes da Silva Brito

Brasília, agosto de 2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

**NARRATIVAS DE MULHERES POLICIAIS MILITARES: CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS A PARTIR DE MUDANÇAS E POSICIONAMENTOS NAS RELAÇÕES
PROFISSIONAIS**

Rebeca Lopes da Silva Brito

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, área de concentração Desenvolvimento Humano e Cultura.

ORIENTADORA: PROFa. DRa. MARIA CLÁUDIA SANTOS LOPES DE OLIVEIRA

Brasília, agosto de 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB862n Brito, Rebeca Lopes da Silva
Narrativas de mulheres policiais militares: Construção de significados a partir de mudanças e posicionamentos nas relações profissionais / Rebeca Lopes da Silva Brito; orientador Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira. -- Brasília, 2022.
171 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Mulher policial militar. 2. Discriminação de gênero. 3. Narrativas. 4. Processos de significação. 5. Trajetórias de desenvolvimento. I. Lopes de Oliveira, Maria Cláudia Santos, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

Dissertação de Mestrado aprovada pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira – Presidente

Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia

Profa. Dra. Daniela Schmitz Wortmeyer – Membro

Exército Brasileiro – Departamento de Ciência e Tecnologia

Profa. Dra. Fernanda Sousa Duarte – Membro

Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia

Profa. Dra. Fabrícia Teixeira Borges – Suplente

Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia

Brasília, agosto de 2022

Dedicatória.

A você, que com uma saia longa escondia sua liberdade; que em voz sem força e tímida abrigava o medo que carregava por ser menina.

A você, que achava seus olhos tão escuros quanto o futuro em um mundo de mulheres nascidas do preconceito.

A você, que imaginou um Deus soberano, absoluto, que vestia azul e falava como um menino.

A você, que foi parida por várias mães silenciosas e silenciadas.

A você, que exercia o seu papel na expressão escolhida pelo mesmo opressor, que sempre esteve escondido debaixo das saias longas e dos olhos cheios de breu de todas as mulheres do mundo.

(Rebeca Lopes)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me mostrar, dolorosamente, que desistir não é uma opção
e que o impossível é meu destino.

A mim, por ter desistido várias vezes de desistir.

A minha orientadora, Maria Cláudia, musa dialógica do meu desejo de conhecer.

Às mulheres policiais militares que se dispuseram a narrar suas surpreendentes
vivências pessoais e profissionais.

A todas as mulheres que lutam por um lugar de fala, há tempos silenciado.

Aos meus amigos, Ary Lopes e Darlene Cruz pela amizade e assessoria impagáveis.

Aos inúmeros amigos, colegas de mestrado da UnB, companheiros da Polícia Militar,
parceiros e colaboradores que contribuíram para esta pesquisa.

A minha avó, Virgínia (*in memoriam*), por me mostrar os silêncios e
as vozes que ainda reverberam em meu ser.

Aos meus pais, Izenilda Lopes e Antônio Brito, por me apresentar
a primeira versão do amor neste mundo.

Ao meu esposo amado, Gabriel Jorge, pelo choque de amor, conhecimento e realidade
necessário ao processo de mestrado e de vida.

E, a Virgínia Maria, filha amada, que deu sentido ao meu suor e lágrimas
e fez nascer em mim significados grandiosos com a sua existência.

RESUMO

Estudos apontam para a baixa participação feminina nas polícias militares brasileiras. Ademais, mencionam a ausência de políticas institucionais e de demandas sociais no sentido de um maior aproveitamento das policiais militares femininas na melhoria dos serviços públicos de segurança e no enfrentamento da violência de gênero. Além disso, pesquisas indicam questões relacionadas à reprodução de estereótipos de gênero a partir da presença feminina em ambiente militar tipicamente masculino, resultado dos processos históricos de discriminação que traduzem as diferenças entre homens e mulheres e as reproduzem em forma de desigualdades. Diante desse contexto, questiona-se os dispositivos institucionais de invisibilização feminina e busca-se compreensão dos significados construídos em torno das mulheres, periféricas e desvalorizadas nas relações de trabalho. Foi adotada a perspectiva cultural e dialógica do desenvolvimento humano, que considera o caráter dinâmico dos processos na constituição mútua pessoa-cultura e as relações dialógicas compartilhadas nos contextos culturais, com foco nas narrativas e trajetórias de mulheres policiais militares. O objetivo deste estudo é compreender processos de significação de mulheres policiais militares em relação aos valores institucionais da corporação militar do Distrito Federal, com ênfase nas mudanças e posicionamentos promovidos nas relações profissionais de contexto predominantemente masculino. Foi realizado estudo qualitativo e a coleta de dados foi concebida por meio de múltiplos instrumentos: entrevistas individuais semiestruturadas, roda de conversa e observação participante do contexto de pesquisa. Nove policiais femininas dos quadros da Polícia Militar do Distrito Federal participaram do estudo e foi utilizada a análise temática dialógica para tratar as narrativas oriundas das entrevistas individuais e da roda de conversa. A análise permitiu identificar os significados e a emergência de posicionamentos e mudanças nos proces-

so, de desenvolvimento pessoal e profissional das participantes, a partir do diálogo com a alteridade masculina. A discussão dos resultados sugere a manifestação de um padrão de socialização na instituição militar que reproduz o preconceito contra a mulher, a partir de uma construção social que define o papéis de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres. Além disso, os resultados indicaram que são estabelecidas relações com base nas diferenças sexuais que reverberam na prática diária da atividade policial. A pesquisa contribui para o aprimoramento das corporações militares, a partir da possibilidade de ampliação do olhar crítico para a mudança, em especial, no que se refere à atuação e valorização da policial feminina, bem como para o reconhecimento do trabalho de mulheres em outros contextos predominantemente masculinos. Por fim, são discutidas as limitações da pesquisa e apresentadas recomendações para estudos futuros.

Palavras-chave: military police woman, gender discrimination, narratives, processes of meaning, development trajectories.

ABSTRACT

Studies point to the low female participation in the Brazilian military police. In addition, they mention the absence of institutional policies and social demands for greater use of female military police officers in improving public security services and in confronting gender violence. In addition, research indicates issues related to the reproduction of gender stereotypes based on the female presence in a typically male military environment, a result of historical processes of discrimination that translate the differences between men and women and reproduce them in the form of inequalities. Given this context, the institutional devices of female invisibility are questioned and an attempt is made to understand the meanings built around women, peripheralized and devalued in work relationships. The cultural and dialogic perspective of human development was adopted, which considers the dynamic character of the processes in the mutual constitution of person-culture and the dialogic relationships shared in cultural contexts, focusing on the narratives and trajectories of female military police officers. The objective of this study is to understand processes of meaning of female military police in relation to the institutional values of the military corporation of the Federal District, with emphasis on the changes and positions promoted in professional relationships in a predominantly male context. A qualitative study was carried out and data collection was designed using multiple instruments: individual semi-structured interviews, conversation circles and participant observation of the research context. Nine female police officers from the Military Police of the Federal District participated in the study and dialogic thematic analysis was used to address the narratives arising from individual interviews and conversation circles. The analysis made it possible to identify the meanings and the emergence of positions and changes in the participants' personal and professional development processes,

based on the dialogue with male alterity. The discussion of the results suggests the manifestation of a pattern of socialization in the military institution that reproduces prejudice against women, based on a social construction that defines gender roles and power relations between men and women. In addition, the results indicated that relationships are established based on sexual differences that reverberate in the daily practice of police activity. The research contributes to the improvement of military corporations, based on the possibility of expanding the critical look at change, especially with regard to the performance and appreciation of female police officers, as well as the recognition of women's work in other contexts. predominantly male. Finally, the limitations of the research are discussed and recommendations for future studies are presented.

Keywords: meaning processes, female police officers, female police officers, Military Police, meanings, institutional values, development.

SUMÁRIO

| | |
|---|------|
| LISTA DE TABELAS | xii |
| LISTA DE FIGURAS..... | xiii |
| CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 5 |
| Mulher Policial Militar: Aspectos Históricos e Legais | 5 |
| Trajetória na Busca pela Igualdade | 8 |
| Marcos Legais e a Inserção da Mulher nas Polícias Militares | 12 |
| Perspectiva da Psicologia Cultural do Desenvolvimento..... | 23 |
| A Cultura na Constituição dos Sujeitos..... | 25 |
| Processos de Significação e Coconstrução Sujeito–Cultura | 27 |
| Perspectiva Teórica do <i>Self</i> Dialógico..... | 36 |
| Antecedentes e Concepções | 37 |
| O Ser Humano e a Construção de Narrativas | 41 |
| Posicionamentos e Sujeitos | 47 |
| Modelo de Equifinalidade de Trajetórias e Desenvolvimento | 53 |
| CAPÍTULO III – OBJETIVOS | 60 |
| Objetivo Geral..... | 60 |
| Objetivos Específicos..... | 60 |
| CAPÍTULO IV – METODOLOGIA | 61 |
| Fundamentação do Método | 61 |
| Método | 63 |
| Participantes e Contexto | 63 |
| Instrumentos | 64 |
| Procedimentos de Construção de Dados | 67 |

| | |
|---|-----|
| Procedimento de Análise dos Dados | 69 |
| CAPÍTULO V – RESULTADOS E DISCUSSÃO | 75 |
| Significados de Ana Maria | 75 |
| Significados de Larissa | 85 |
| Significados de Maria | 94 |
| Significados de Priscila | 103 |
| Significados de Sara | 111 |
| Consolidação dos Significados | 119 |
| CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS | 129 |
| REFERÊNCIAS | 137 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| 1. Leis e Projetos Brasileiros Afetos à Presença de Mulheres nas Polícias Militares | 13 |
| 2. Quadros Masculinos e Femininos na PMDF (1986)..... | 15 |
| 3. Informações Sobre as Entrevistas Individuais das Participantes | 65 |
| 4. Informações Sobre a Roda de Conversa | 67 |
| 5. Subtemas Inicialmente Identificados | 70 |
| 6. Organização Final de Temas..... | 71 |
| 7. Descrição do Roteiro da Roda de Conversa | 122 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| 1. Diagrama do Desenho da Pesquisa | 73 |
| 2. Mapa de Significados de Ana Maria..... | 76 |
| 3. Mapa de Significados de Larissa | 86 |
| 4. Mapa de Significados de Maria | 95 |
| 5. Mapa de Significados de Priscila..... | 104 |
| 6. Mapa de Significados de Sara..... | 112 |
| 7. Mapa Consolidado de Significados | 120 |

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como base teórica a perspectiva cultural e dialógica do desenvolvimento humano, que considera o caráter dinâmico dos processos na constituição mútua pessoa-cultura, bem como as relações dialógicas compartilhadas nos contextos culturais (Branco, 2016; Hermans et al., 1992; Lopes de Oliveira, 2021; Valsiner, 2001, 2012, 2014). O estudo apresenta as dificuldades enfrentadas por mulheres no Brasil frente à história contemporânea em busca de sua maior participação na vida social e no reconhecimento das conquistas alcançadas em prol da igualdade de gênero. Nesse contexto adverso, caracterizado por lutas, reivindicações e desigualdades sociais, o conceito de mulher enquanto sujeito ativo, se aproxima da afirmação de Valsiner (2012, p. 76), de “membros periféricos das sociedades, de um modo diferenciado e dinâmico”. Isso se dá devido à hierarquia de poder a que estão subordinadas as mulheres em suas relações com os homens no âmbito familiar e profissional (Teles Silva, 2020). Para tal, deve-se considerar, de acordo com Valsiner (2012), a relação semiótica que se estabelece entre os campos de valores das instituições, as atribuições humanas e os significados sugeridos socialmente no processo de trabalho. Assim sendo, dentre os avanços históricos e sociais que mudaram, de modo geral, as trajetórias de vida de mulheres, está a crescente presença feminina nos diversos campos profissionais, conquista fundamental na desconstrução de valores e de preconceitos que, por séculos, as colocavam em desvantagem cultural, política e social frente aos homens (Campos, 2017; Chehab, 2019; Teles Silva, 2020).

De acordo com Baylão e Schettino (2014), a partir do século XIX, com as novidades tecnológicas e o surgimento do capitalismo, houve o crescente ingresso de mulheres no mercado de trabalho, até então composto por homens, em diferentes partes do mundo. Entretanto, no Brasil,

de acordo com os autores citados, a combinação de fatores econômicos e culturais impediu que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, de modo geral, se desse antes da década de 1970. No entanto, a nova organização social e as mudanças nos padrões culturais advindas do cenário pós-guerras favoreceram o ingresso da mulher no mercado profissional. Assim, a presença expressiva de mulheres em funções cada vez mais diversificadas demonstra a tendência crescente em importantes áreas profissionais antes representadas pela exclusividade masculina. A carreira militar é exemplo emblemático dessa representação, devido ao conceito tradicional da profissão estar secularmente associado a atributos masculinos, geralmente relacionados ao uso da força (Reis Rosa & José de Brito, 2008). Wortmeyer (2017) destaca que as instituições militares, em suas origens, tinham função social voltada ao emprego da violência em nome do estado, o que pressupõe prioritariamente a configuração de sua identidade. Essa autora afirma que a estrutura organizacional é estabelecida ao longo da história, por meio de um conjunto de valores que permite sua legitimação diante da realidade social que a circunda.

Destaca-se que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a incluir mulheres nos quadros da Polícia Militar, tendo São Paulo como o primeiro estado da federação a receber mulheres em sua organização militar na década de 1950 (Francisco & Bila, 2019; Musumeci & Soares, 2004). No Distrito Federal, a inserção de mulheres nas polícias militares é exemplo de fato histórico bastante recente, mas que também representou um marco que mudou a forma como as pessoas e as instituições passaram a compreender a presença feminina em espaços predominantemente masculinos (Thais & Figueira, 2017). Sobre os aspectos do trabalho feminino em sua relação com mudanças culturais, Valsiner (2012) afirma que as novas necessidades de produção das sociedades demandam que novos processos de trabalho sejam estabelecidos. Nesse sentido, a inclusão de mulheres nos domínios do trabalho e produção humana seguiu essa linha de acontecimentos. Antloga (2020) apresenta importantes reflexões sobre as lacunas evidenciadas nos es-

tudos sobre o trabalho feminino e a necessidade de produções que levem em consideração a questão de gênero no trabalho. Diante dos aspectos apresentados, a pesquisa aqui desenvolvida concentrou-se na produção de significados de mulheres em contexto predominantemente masculino da Polícia Militar e destacou as questões históricas e legais que invisibilizam e dificultam os processos de inserção e representatividade feminina na organização.

A primeira subseção do capítulo de fundamentação teórica refere-se aos aspectos históricos e legais da presença das mulheres nas polícias militares e baseia-se em manuscrito científico produzido e submetido durante o processo de pesquisa de mestrado. A segunda apresenta a perspectiva teórica da Psicologia Cultural e suas contribuições para o estudo do desenvolvimento humano, bem como alguns de seus desdobramentos, entre eles os que se referem aos pressupostos da perspectiva do *self* dialógico. Juntas, as seções do próximo capítulo propõem um diálogo para um melhor entendimento dos processos de desenvolvimento humano de mulheres que têm comum em suas trajetórias o fato de pertencerem a uma corporação militar. Esse contexto organizacional que, como demonstrado, constituiu-se historicamente pela predominância masculina, impõe desafios e limites ao desenvolvimento pessoal-profissional de policiais femininas, sendo este o foco da pesquisa.

Os textos subsequentes estão organizados de forma articulada com o intuito de apresentar como as teorias da Psicologia Cultural e do *Self* Dialógico contribuem para a compreensão dos significados e da constituição dos posicionamentos de mulheres policiais militares em relação aos valores institucionais. A Psicologia Cultural mostra-se importante por considerar a relevância dos contextos sociais para o desenvolvimento humano. Enquanto a perspectiva do *self* dialógico apresenta-se como essencial no entendimento de como as pessoas organizam as várias posições por meio das narrativas, em suas relações com o outro e com os diversos contextos. Essas perspectivas se complementam, na medida em que as relações significativas são estabelecidas em contex-

tos culturais específicos, presumindo-se práticas socioculturais que marcam socialmente as posições dos sujeitos em desenvolvimento. Diante do contexto apresentado, a pretensão da pesquisa é complementar estudos sobre a realidade das mulheres em contextos masculinos e contribuir para a implementação de estratégias que favoreçam o desenvolvimento da mulher em contextos profissionais variados. Além disso, espera-se que o estudo contribua para estratégias que favoreçam uma melhor integração entre homens e mulheres policiais militares nas relações profissionais.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Mulher Policial Militar: Aspectos Históricos e Legais

A produção científica sobre trajetórias de mulheres policiais militares no Brasil é vasta, e a maioria dos temas concentra-se em questões sobre relações de gênero no contexto de trabalho. Um dos maiores estudos sobre o tema faz um levantamento estatístico nacional que traça um perfil de gênero das polícias militares no Brasil e procurou avaliar o impacto da presença feminina nas polícias militares brasileiras (Musumeci & Soares, 2004). Os resultados desse estudo exibiram a baixa participação feminina nas PMs, contrastada não só com as demais polícias brasileiras (civil e federal), mas também com as forças policiais de vários outros países. Ressalta, ainda, a ausência de políticas institucionais e de demandas sociais no sentido de um maior aproveitamento das policiais militares femininas na melhoria dos serviços públicos de segurança e, mais especificamente, no enfrentamento da violência doméstica e de gênero (Musumeci & Soares, 2004).

As pesquisas nacionais sobre mulheres policiais militares, na grande maioria, trazem questões relacionadas à reprodução de estereótipos de gênero a partir da presença feminina em ambiente militar tipicamente masculino. E, ainda, questões sobre a atuação das mulheres no serviço operacional, o reconhecimento do trabalho feminino e as dificuldades enfrentadas por elas no ambiente de trabalho policial (Araújo, 2017; Calazans, 2004; Cappelle & Melo, 2010; Musumeci & Soares, 2004; F. M. Oliveira et al., 2014).

Lara et al. (2017) pesquisaram sobre as relações de gênero na Polícia Militar por meio de narrativas de mulheres policiais. O estudo analisou as relações de gênero no ambiente de trabalho de um Batalhão da Polícia Militar do Paraná. Os resultados demonstraram que ocorreram mudanças consideráveis no que se refere à compreensão estereotipada do trabalho militar como lugar de

homens. Foi possível observar, ainda, que em um quantitativo de 19,5 mil policiais no estado, o número de mulheres ainda é baixo e que o ingresso de mulheres se deu tardiamente na profissão de policial militar.

Cappelle e Melo (2010) desenvolveram estudo sobre mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). A pesquisa buscou compreender o trabalho operacional feminino em uma unidade tipicamente da PMMG. Os dados examinados ao final da pesquisa demonstraram as dificuldades enfrentadas pelas policiais femininas no exercício de suas funções e, ainda, que o trabalho das policiais do operacional está inserido em um espaço marcado pelas relações de poder e de gênero no cotidiano, nos relacionamentos e na vida pessoal.

Em um recorte interseccional, Neves (2008) apresenta, em sua dissertação de mestrado, a presença da policial feminina negra na Polícia Militar da Bahia (PMBA), objetivando a compreensão da sistemática e das relações de gênero, cor e raça a respeito dos integrantes da instituição. A pesquisadora partiu das relações de gênero e dos processos de constituição da identidade subjetiva para analisar a trajetória de mulheres negras policiais militares e os processos de constituição de suas identidades étnicas.

Em âmbito internacional, estudo de Archbold e Schulz (2012) fornece um levantamento geral sobre pesquisas focadas em policiais do sexo feminino. O estudo ressalta que o número de mulheres policiais aumentou nas últimas quatro décadas nos Estados Unidos. Em 1970, as mulheres representavam apenas 7% dos cargos policiais, ao passo que em 2012 o número chegou a 12%. O estudo apresentou, ainda, que as razões indicadas pelas mulheres para se tornarem policiais eram tão variadas quanto aquelas indicadas pelos policiais do sexo masculino. E dentre as razões para as escolhas, as quatro mais relatadas foram: querer ajudar as pessoas, segurança no emprego, combater o crime e a emoção do trabalho. Outro importante dado demonstrado refere-se às dificuldades experimentadas pelas policiais do sexo feminino em serem aceitas, devido à

profissão ser considerada própria para homens. De acordo com a pesquisa, existe a percepção moldada pela cultura policial de que as mulheres não são fortes o suficiente para desempenhar o trabalho policial. Essa ideia, de acordo com os dados, é reproduzida a partir da vinculação da atuação policial à força física e outras qualidades masculinas, as quais não são comumente associadas às mulheres. Os autores salientam que essa percepção de alguns policiais do sexo masculino contrasta com outras pesquisas, que descobriram que as policiais mulheres são tão capazes de fazer o trabalho policial quanto os policiais do sexo masculino.

Outros estudos internacionais se concentraram nos problemas que as mulheres enfrentam em um campo de atuação historicamente masculino, com enfoque na divisão do trabalho baseada no gênero, preconceitos sofridos por colegas e supervisores, assédio sexual nos departamentos de polícia e o sexismo entre policiais (Hassell et al., 2015; Hunt, 2014; Rabe-Hemp, 2009). Os estudos relatados mostram a importância das trajetórias das mulheres na carreira policial e como a crescente presença da mulher pode favorecer a mudança de paradigmas presentes em uma profissão que carrega a masculinidade como essencial para a sua atuação. Para além da carreira policial, mais pesquisas sobre o tema podem contribuir para compreensão e mudança de outros espaços profissionais em que a condição de mulher é determinante para sua aceitação e atuação.

A discussão acerca das desigualdades entre homens e mulheres não é recente. Um lugar de subalternidade foi reservado à mulher em sua travessia histórica e, ainda hoje, existem crenças e práticas tendenciosas que sustentam desigualdades de gênero persistentes (Gomes da Silva, 2010; Spivak, 2014). Spivak (2014, p. 165) resume essa ideia ao afirmar que “não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais”. Em 2020, o Programa das Nações Unidas editou relatório de desenvolvimento humano com dados que indicam que a desigualdade de gênero está correlacionada com uma perda de desenvolvimento humano e os efeitos dessa desigualdade estão ligados a todas as dimensões, (educação, saúde, vida social,

política, dentre outras). Assim, de acordo com esse relatório, nenhum país no mundo atingiu uma baixa desigualdade no desenvolvimento humano sem reduzir a perda advinda da desigualdade de gênero. Para a compreensão das mudanças legais e históricas no Brasil relacionadas às desigualdades de gênero, optou-se por apresentar a seguir a trajetória da mulher na busca pela igualdade de seus direitos.

Trajетória na Busca pela Igualdade

A história de lutas das mulheres brasileiras para garantir o direito à voz e à participação social, política, religiosa e econômica traz a importância do reconhecimento das grandes conquistas alcançadas e que mudaram substancialmente as trajetórias de vida de cada uma delas, a partir da República e, em especial, diante da redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1980 (Campos, 2017). Nesse contexto, é possível citar inúmeras referências da presença ativa das mulheres em episódios de confrontos e oposições, que tiveram fundamental importância no processo de redemocratização deste país. Têm-se, como exemplos, a participação feminina no movimento pela anistia política; os movimentos e as comissões parlamentares formadas por mulheres; e, ainda, a organização de movimentos que deram ênfase a questões e propostas de políticas públicas voltadas às mulheres, considerando-se suas demandas específicas sobre saúde, mercado de trabalho, sexualidade, violência, dentre outros (Barsted, 1994; Chehab, 2019). Tais exemplos demonstram que a atuação feminina para a redemocratização do Brasil, direta ou indiretamente, contribuiu para rupturas diante de um passado político não inclusivo e antidemocrático, além de revelar a importância, a maior visibilidade e o protagonismo da mulher no curso da história nacional (Campos, 2017).

No caso específico do Brasil, Pinto (2010) sustenta que a participação da mulher na vida pública, à época, acontecia dentro da estrutura de dominação existente a qual apresentava caracte-

rísticas bastante particulares: a desigualdade social e a hierarquia rígida relacionada aos seus direitos, em termos de independência financeira, de relações familiares e sociais e de participação nas decisões políticas que permaneciam estagnadas. A exclusão da mulher no sistema de dominação foi se transformando a partir da sugestão de políticas mais concretas, que visavam reduzir as desigualdades no acesso a posições e espaços de poder para as mulheres. O distanciamento da mulher na estrutura de poder político e social determinava sua exclusão em menor ou maior escala no sistema de poder vigente que tinha o homem no topo da hierarquia. Por essa ótica, “o entendimento do funcionamento destas hierarquias e dos demais condicionantes estruturais possibilita pensar a construção de estratégias e políticas que avancem em relação a políticas meramente procedimentais” (Pinto, 2010, p. 22), a fim de contribuir para mudanças mais efetivas e duradouras, segundo uma dinâmica na qual as próprias mulheres contribuíssem como sujeitos ativos.

A obra de Teles (2018), em especial, traça um histórico do movimento feminista no Brasil e aponta alguns marcos importantes desse movimento. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a participação das mulheres na luta pela democracia, nos Estados Unidos e no Brasil, alcançou visibilidade. De um modo geral, aumentou-se a inserção da mulher no mercado de trabalho, especialmente em atividades fabris, que tinham como objetivo cumprir metas de produção, prejudicadas pelos anos de conflitos bélicos e pela diminuição da oferta de operários. Registra-se, à época, a atuação de mulheres também como enfermeiras ou voluntárias em trabalhos sociais, ainda que para suprir lacunas profissionais oriundas da convocação dos homens para esforços de guerra (Fonseca, 2019).

Já no período que se seguiu à segunda guerra, destaca-se a crescente mobilização feminina na luta pela conquista da “igualdade de direitos em termos profissionais, administrativos, culturais e políticos” (Teles, 2018, p. 54), levando à importância da participação feminina em comitês, associações e organizações profissionais. Nos anos que se seguiram, as mulheres protagoni-

zaram movimentos de construção e desconstrução de valores e preconceitos, contribuindo para ondas de emancipação não apenas de mulheres, mas de um conjunto de grupos em desvantagem social e política. Tais grupos minoritários passaram a ser indiretamente representados e a gozar de mais respeito e visibilidade graças às lutas empreendidas pelas mulheres (Fachin et al., 2016; Moraes dos Santos & Oliveira, 2010).

O mesmo trabalho (Teles, 2018) destaca que, mesmo durante a vigência da ditadura militar, um contexto hostil à ação política, marcado por violências, por silenciamentos e pela destituição de humanidades, algumas conquistas importantes foram protagonizadas pelas mulheres brasileiras, resultando na crescente vinculação de um efetivo feminino em organizações e movimentos que insurgiam, à época, contra a repressão política. Exemplos de tais movimentos são a criação do Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, em São Paulo, bem como o episódio do Primeiro Encontro Nacional de Mulheres, realizado em 1979. Já na década de 1980, intensificou-se a criação de agremiações de mães, atos públicos e a ocorrência de congressos com pautas orientadas aos direitos das mulheres, os quais tiveram importância histórica na promoção da consciência mais ampla sobre a discriminação das mulheres e a ampliação das perspectivas de sua participação social (Woitowicz & Pedro, 2009).

Como efeito, para Teles (2018), a despeito do cenário político adverso, a ditadura militar foi um período marcado por transformações sociais que deram maior importância às mulheres, ao alcançarem as esferas familiar, laboral, política e as relações com os homens, produzindo efeitos relevantes no comportamento social e na vida privada e pública das mulheres, sendo o mais importante deles a destacada participação feminina no texto da Constituição Federal de 1988.

A máxima “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, art. 5º) foi uma das importantes contribuições das 26 mulheres, deputadas eleitas, na Assembleia Nacional Constituinte e um marco na

legitimação dos direitos das mulheres, no Brasil. Importante mencionar que a antecedente Assembleia Nacional Constituinte, de 1946, considerada até então “a mais democrática da nossa história não contou com uma única mulher” (Teles, 2018, p. 147). Pouco tempo antes, em 1986, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres havia apresentado ao Congresso Nacional a chamada “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes” que, segundo (Pitanguy, 2019), funcionou como um marco fundamental do percurso feminino rumo à concretização de demandas específicas tão almejadas pelas mulheres.

Segundo Silva (2011), a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes “sintetizava as demandas históricas das mulheres brasileiras por sua plena cidadania, e tinha como objetivo maior inserir na nova Constituição preceitos legais que permitissem mudanças nas relações entre mulheres e homens” (p. 25). Silva (2011) enfatiza que a importância dessas mulheres para a Constituição de 1988 e o processo de democratização política não foi pequena, já que grande parte de suas reivindicações (cerca de 80%) foi incorporada ao texto constitucional. As respostas mais importantes da Assembleia Constituinte à pressão exercida pela sociedade, por meio dos grupos organizados de mulheres, na Constituição Federal de 1988, encontram-se no artigo 5º, inciso I. Estabeleceu-se a partir disso, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, e no inciso XLI desse mesmo artigo, instituiu-se que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais” (p. 269).

Ao analisar tal processo, Pitanguy (2019) ressalta a impossibilidade de se falar das dinâmicas históricas relativas às conquistas femininas, sem mencionar a contribuição do pensamento feminista, que representou, no processo de redemocratização, o elo entre o pensamento social, o ativismo e o cenário macropolítico brasileiro. Em especial, as três últimas décadas do século XX refletiram a nítida relação entre os movimentos feministas e as mutações de leis discriminatórias, que possibilitaram a efetivação de políticas públicas e a resistência contra os retrocessos. Pitan-

guy (2019) destaca que a implementação das leis e suas interpretações refletem as orientações culturais e de poder socialmente dominantes. Dessa forma, mesmo dentro de uma dinâmica de compromisso e de proteção dos direitos humanos, deve-se analisá-los a partir da compreensão mais ampla dos processos políticos e suas contradições. Em relação a esse ponto, não se pode desconsiderar que as mulheres foram alvos históricos de processos robustos de discriminação e, é por essa razão, que o enfoque da categoria gênero e de seu papel nas relações sociais de poder, são pontos fundamentais quando se busca esclarecer como as diferenças entre homens e mulheres são revertidas em desigualdades (Teles, 2018).

Em paralelo aos avanços da sociedade, a luta e a resistência do ativismo feminino sobre os direitos das mulheres, como indivíduos plenos nas diversas áreas da vida humana, em certa medida, transformavam-se também as organizações e instituições ao implementarem políticas que visavam promover a ampla inserção de mulheres nos ambientes profissionais. Entre os espaços que sofreram alterações com o novo preceito legal da Constituição Federal de 1988 estava a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Antes dela, a PMDF contava com uma tímida representação de mulheres em termos quantitativos e, com o advento da nova Constituição Federal, a inserção das mulheres nas carreiras militares, como um todo, cresceu de forma lenta e intrincada. Entretanto, a análise dessa inserção deve ser feita à luz de estudos voltados ao contexto histórico, social, político e legal, fatores essenciais na compreensão dos eventos irrompidos sobre o tema, que é o objeto da próxima seção.

Marcos Legais e a Inserção da Mulher nas Polícias Militares

A Tabela 1 sistematiza o processo histórico que culminou com a admissão de mulheres, no âmbito das polícias militares estaduais, tendo em conta as leis e propostas que viabilizaram a inclusão de efetivo feminino neste ambiente. O Decreto nº 24.548 (Governo do Estado de São

Paulo, 1955) foi a primeira normatização que viabilizou o ingresso de mulheres em um órgão ligado à segurança pública, no Brasil, ao instituir o Corpo de Policiamento Especial Feminino na Guarda Civil do Estado de São Paulo. A publicação dessa regulamentação representou o pontapé inicial para o avanço na representação das mulheres em carreiras policiais militares. De acordo com este decreto, a distribuição de funções policiais deveria se basear em características peculiares, atribuídas a cada sexo, uma forma particular de divisão social do trabalho, a qual se fundamenta na ideia de que existem atividades exclusivas para mulheres e para homens.

Tabela 1

Leis e Projetos Brasileiros Afetos à Presença de Mulheres nas Polícias Militares

| Ato administrativo | Ementa da matéria |
|-----------------------------|--|
| Decreto nº 24.548/1955 | Institui o Corpo de Policiamento Especial Feminino da Guarda Civil do Estado de São Paulo. |
| Decreto 7.312/1982 | Cria a Companhia da Polícia Militar Feminina no Distrito Federal. |
| Decreto-Lei nº - 2.106/1984 | Reorganiza as polícias militares em nível nacional (regulamenta pessoal feminino). |
| Lei 7.491/1986 | Fixa o efetivo de oficiais e as vagas disponíveis em cada posto em uma classificação por sexo. |
| Constituição Federal/1988 | “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” |
| Lei 9.713/1998 | Extingue os ‘quadros femininos’ das PM, tornando o efetivo feminino parte de um quadro único. |
| Projeto de Lei 5.361/2019 | Propõe reserva de 25% de vagas em concursos de segurança pública para mulheres. |
| Projeto de Lei 344/2019 | Aprova que vagas remanescentes, reservadas aos homens em concursos da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, possam ser preenchidas por mulheres que atinjam a pontuação mínima. |

Hirata e Kergoat (2007) comentam criticamente esse tipo de organização do trabalho, considerando-o problemático pelo fato de sustentar-se em um preceito hierárquico, no qual o tra-

balho do homem tem valor maior que o da mulher. Além disso, essa disposição tende a reificar uma posição que “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papeis sexuais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (p. 599). A própria história da mulher na Polícia Militar evidencia que um modelo fundamentado na divisão sexual do trabalho não é imutável, pois passa por variações no tempo e espaço que alteraram o olhar sobre a condição feminina na instituição militar.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) recebeu essa denominação em 1970, como efeito da fusão da Guarda Civil e da Força de Pública (Musumeci & Soares, 2004; Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2021). Assim, apesar do pioneirismo daquele estado na criação de um corpo de polícia feminino, em 1955, foi somente a partir da década de 1970 que as polícias militares dos estados permitiram o ingresso de mulheres. Em 1975, portanto, o 1º Batalhão de Policiamento Feminino foi incorporado à estrutura da PMESP, ganhando infraestrutura de batalhão (Musumeci & Soares, 2004).

No Distrito Federal o processo foi mais tardio e a inclusão de mulheres na PMDF só ocorreu em 1982, em decorrência do Decreto nº 7.312 (Governo do Distrito Federal, 1982). Esse decreto criou a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem) e aprovou um quadro orgânico que abrangia exclusivamente o efetivo feminino. Entretanto, o ingresso efetivo de mulheres deu-se em 1º de julho de 1983, quando foram nomeadas as 23 candidatas aprovadas em concurso público (Polícia Militar do Distrito Federal, 2022). Logo depois, houve a publicação do Decreto-lei nº 2.106 (Presidência da República, 1984a), que dispôs sobre a reorganização das polícias militares, em nível nacional, para regulamentar o ingresso de mulheres.

No entanto, o decreto-lei de 1984, ao passo que criou as companhias femininas nas polícias militares de todos os estados e no Distrito Federal, autorizou a supressão, no caso das mulheres oficiais, de um ou mais postos na escala hierárquica da carreira militar. Na prática, enquanto o

último posto na carreira de um oficial masculino era o de coronel, a ascensão de uma oficial era limitada ao posto de capitão, o que corresponde a três postos abaixo na escala hierárquica. Em outras palavras, além dos quadros contarem com uma estrutura de divisão por sexo (masculino e feminino), tanto para praças como para oficiais, as mulheres oficiais eram excluídas da possibilidade de alcançar os últimos postos da carreira militar. Na Tabela 2, que traz dados atuais, é possível observar a distribuição de cargos militares femininos, em relação ao quadro geral do DF.

Tabela 2

Quadros Masculinos e Femininos na PMDF (1986)

| Quadro e Posto | Efetivo |
|---|---------|
| Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM) | |
| Coronel PM | 8 |
| Tenente-Coronel PM | 21 |
| Major PM | 38 |
| Capitão PM | 78 |
| Primeiro-Tenente PM | 70 |
| Segundo-Tenente PM | 82 |
| Quadro de Oficiais Policiais-Militares Femininos (QOPMF) | |
| Capitão PM Feminino | 1 |
| Primeiro-Tenente PM Feminino | 2 |
| Segundo Tenente PM Feminino | 4 |

Nota. Conteúdo baseado na Lei nº 7.491 (Presidência da República, 1986)

As normatizações elencadas até aqui, sem exceção, foram fundamentais para os primeiros passos no processo de inclusão das mulheres na estrutura das polícias militares, no Brasil. No entanto, deve-se destacar que, em todas elas, manifestava-se a hierarquização de gênero, culminando na atribuição às policiais de funções entendidas como secundárias ou de menor relevância.

Implícita aos textos está a visão de que mulheres estariam limitadas às atividades de assistência social e que seriam ineptas para funções que exigissem a tomada de decisões estratégicas, interna ou externamente (Thais & Figueira, 2017). A Lei 7.491 (Presidência da República, 1986) fixava as vagas disponíveis em cada posto de acordo com uma classificação por sexo na definição de quantitativo e hierarquia. A Tabela 2 apresenta o efetivo masculino e feminino da PMDF, tal como descrito na Lei 7.491 (Presidência da República, 1986).

Moreira e Wolff (2009, p. 56) relatam: “nascida para demonstrar uma face mais humana e ‘maternal’ da Polícia Militar, a Polícia Feminina constitui um paradoxo de gênero”. Apesar de garantir a inserção da mulher na instituição policial, o ingresso das mulheres nas polícias militares reforçava os estereótipos de gênero ao conceder-lhe apenas atividades ligadas à assistência social, enquanto os policiais cumpriam as missões relacionadas à finalidade da PM, no âmbito da segurança pública. As autoras argumentam que os fundamentos do militarismo são marcados pelas diferenças e hierarquias entre os sexos, pois, desde as suas origens, conforma-se a partir das dinâmicas da guerra, da força física, da ação violenta e de outras características socialmente convencionadas como constituintes da virilidade (Moreira & Wolff, 2009).

O art. 5º da Constituição Federal de 1988 trouxe matéria de destaque no que se refere à igualdade de direitos, oportunidades, responsabilidades e obrigações entre homens e mulheres, definindo que, diante do princípio da igualdade, todos deveriam ser tratados igualmente perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, incluindo de gênero. Nesse cenário, em tese, as instituições cujas estruturas organizacionais antes faziam diferenciação de gênero quanto aos critérios de ingresso, ocupação e progressão, teriam de se adequar aos novos preceitos, instituindo mecanismos de equidade de gênero. Mas, nas polícias militares estaduais e, de modo específico, na PMDF, a Lei nº 9.713 (Presidência da República, 1988), que ajustou os preceitos constitucionais no que tange a este aspecto, só foi publicada dez anos depois. Essa Lei dissolveu os quadros fe-

mininos na PMDF e extinguiu a Companhia de Policiamento Feminino, consolidando o princípio da igualdade previsto na Constituição Federal de 1988. Entretanto, o mesmo dispositivo legal que unificou os quadros e interrompeu o tratamento restritivo dado às mulheres na corporação (art. 2º da lei nº 9.713) manteve ativos outros dispositivos legais de reprodução das diferenças entre os e as policiais militares, ao limitar o número de policiais do sexo feminino a 10% do efetivo em seu art. 4º.

Deve-se ressaltar que a igualdade de gênero não é o único ponto da Constituição Federal que incide na dinâmica de funcionamento da Polícia Militar. O texto constitucional que cita as atribuições da PM define que essa é órgão de segurança responsável pela polícia ostensiva e preservação da ordem pública (art. 144), corroborando para a demarcação de uma identidade institucional ligada ao uso da força e, conseqüentemente, à imagem e à representação masculina (Calazans, 2004). Isso demonstra, a importância do poder jurídico no reconhecimento ou na periferização dos sujeitos. Segundo Butler (2020), a constituição política do sujeito decorre de propósitos que os legitimam ou excluem por meio de ações políticas que têm como fundamento estruturas jurídicas “ocultas e naturalizadas” (p. 19). Nesse sentido, a autora afirma:

O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de “sujeito perante a lei”, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subseqüentemente, a própria hegemonia reguladora da lei (p. 20)

De acordo com os estudos de Musumeci e Soares (2004), voltados ao cenário internacional, a admissão de mulheres nas polícias militares, em geral, se deu como efeito de fatores como a insuficiência de efetivo masculino em razão de guerras, devido a reformas institucionais. E, ainda, como efeito de demandas sociais que objetivavam a democratização de um espaço de tra-

balho antes fechado à atuação feminina. No Brasil, de modo diverso, tudo aponta para que a criação de um efetivo feminino adveio de motivações internas da instituição e seus respectivos governos estaduais. E quais seriam tais motivações internas? O que teria levado as polícias militares a incorporarem mulheres em uma organização exclusivamente masculina?

Segundo a visão de Musumeci e Soares (2004), a abertura para a entrada das mulheres na corporação se deu em meio à ditadura militar, quando as polícias militares buscavam a humanização e a modernização de sua imagem, mesma pretensão que também promoveu a inclusão de disciplinas de direitos humanos e ensaios sobre policiamento comunitário nos currículos de formação policial. A incorporação de mulheres também serviria ao propósito de acompanhar o movimento de redemocratização política em curso no país, em que a modernização da instituição Polícia Militar tornou-se pauta relevante. No entanto, diferentemente de outros países, aqui a inserção das mulheres não fez parte de um processo mais amplo de transformação de seu modelo estrutural e cultural.

Ao ver das autoras, a inserção de mulheres nas polícias militares correspondeu a um recurso de “marketing”, uma mera “reforma cosmética”, que serviria para demonstrar inovação e modernidade institucional, sem a verdadeira alteração de paradigmas (Musumeci & Soares, 2004). Na mesma direção, para Moreira e Wolff (2009), a base explicativa da inserção da mulher no universo masculino da polícia não estava associada a uma revisão de valores institucionais, mas à atribuição de características psicológicas, consideradas inerentes às mulheres. De acordo com os autores, essas características confeririam melhor desempenho com crianças e adolescentes, idosos e outras mulheres, corroborando a imagem de uma polícia menos repressiva, sensível ao social e mais ligada às questões de prevenção, e não apenas à repressão.

Essa hipótese se fortalece quando procedemos a uma análise das leis e regulamentos que fizeram parte do processo histórico que culminou com a inclusão de mulheres nas polícias milita-

res estaduais (Cappelle & Melo, 2010) e nas Forças Armadas (Almeida, 2008). Nesse transcurso legislativo se reconhece a manutenção de estereótipos de gênero, a associação entre os espaços laborais da mulher policial a uma suposta aptidão assistencialista que, de acordo com os criadores das normas, melhor se ajustaria à natureza feminina que à masculina. Sobre tal aspecto, Scott (1995) afirma que a demarcação rígida dos lugares sociais de homens e mulheres é determinada pelas representações binárias de gênero que atribuem características e comportamentos que são naturalizados, ou seja, abordados tal como se tivessem uma origem biológica. Segundo Butler (2020, p. 29), “o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”. Nesse sentido, essa autora reitera a concepção de gênero construída socialmente em contextos específicos de relações entre os sujeitos.

Portanto, dada a naturalização de características que, de fato, foram relacionadas ao feminino, como efeito de uma construção histórico-social, a inserção de mulheres nas polícias militares estaduais estenderia à corporação uma imagem capaz de amenizar a reputação nefasta herdada da ditadura militar. Para Almeida (2008) e Moreira e Wolff (2009), o mesmo se deu nas Forças Armadas, onde a presença da mulher representou uma estratégia para minimizar a concepção social negativa construída em torno dessas corporações.. Portanto, em ambos os contextos militares, as mulheres representam uma minoria que existe de forma excepcional e de importância periférica, servindo apenas ao propósito de reafirmar os antigos preceitos de que certos tipos de trabalho devem ser executados por homens (Benschop & Doorewaard, 2016).

Atualmente, em todos os estados e no Distrito Federal, o ingresso de mulheres é limitado a um teto. O percentual de vagas para policiais femininas, na maioria dos estados, não ultrapassa 10% e, considerando-se o panorama nacional, esse teto varia de 5% a 25%, com exceção do estado do Paraná onde o ingresso de mulheres pode chegar a 50% das vagas ofertadas (Calazans,

2004). Recentemente, alguns setores públicos têm debatido sobre a incongruência dos dispositivos de lei que limitam as vagas para ingresso de mulheres nas polícias militares, pois apesar de existir previsão legal para tal limitação, por outro lado, não há como justificar a relação entre a restrição imposta ao sexo e o desempenho da função policial militar.

O Projeto de Lei (PL) nº 5.361/2019 tramita na Câmara dos Deputados (2019). Esse projeto terá alcance nacional e, caso aprovado, ampliará a inserção feminina nas polícias sem, contudo, abdicar do teto. Nele se propõe a reserva de 25% das vagas oferecidas nos concursos públicos, na área de segurança pública, para candidatas do sexo feminino, sempre que o número de vagas oferecidas for igual ou superior a quatro. Na trilha deste entendimento, as assembleias legislativas de alguns estados e do DF discutem projetos de lei que permitirão que as vagas remanescentes reservadas aos homens, em concursos da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, possam ser preenchidas por mulheres. Essas propostas, se efetivadas, mesmo não representando a ampla concorrência das mulheres às vagas de concurso, de maneira geral, poderão contribuir para a redução da desigualdade entre homens e mulheres, no ingresso às polícias militares.

Gomes de Souza (2018) problematiza o fundamento do percentual reservado às mulheres nas polícias militares à luz do princípio da isonomia inerente à Constituição Federal. Ela se contrapõe ao argumento de que a atividade policial militar feminina em diferenças explicadas pelo critério biológico, pois, ao basear-se nas disposições constitucionais do art. 144 da Constituição Federal, a função policial militar é a mesma para todos os agentes, em qualquer estado da federação, e independentemente do sexo. No caso do DF, pelo menos, os editais dos concursos públicos para a Polícia Militar vão, nitidamente, ao encontro da posição defendida por Gomes de Souza (2018). Na apresentação das atribuições do cargo, por exemplo, não constam distinções referentes ao sexo de quem irá desempenhá-las. Existe, portanto, incoerência entre o oferecimento limitado

de vagas para as mulheres e as prescrições constitucionais, por um lado, e as bases normativas dos editais, diante da inexistência de qualquer diretriz legal que indique diferenças ou especificidades no desempenho da função policial militar por homens e mulheres. De acordo com Butler (2020), a distinção elaborada em torno da política sexual é mantida por meio da produção discursiva do sexo natural, que é o fundamento inquestionável da cultura. No contexto sociocultural da Polícia Militar, essas distinções entre homens e mulheres policiais são concebidas a partir dessa concepção apresentada pela autora.

A realidade do ingresso de mulheres na Polícia Militar é pautada em inconsistências normativa e prática. Normativa, porque a restrição de vagas não encontra amparo constitucional; e prática, porque após o ingresso da mulher na Polícia Militar, a execução do seu trabalho policial militar não encontra restrições relativas às ações práticas desenvolvidas em suas atividades policiais diárias. Dessa forma, após a incorporação às polícias militares, toda ação policial é praticada nas mesmas condições, independente do sexo. Essas ações incluem o uso e manejo de armamentos, além do policiamento ostensivo, do atendimento à população em geral e da condução de ocorrências de riscos inerentes à profissão policial militar. Inexiste, portanto, na prática, incompatibilidade entre o sexo feminino e a função a ser desempenhada. Em suma, a manutenção de um percentual diferenciador baseia-se na “diferença socialmente construída entre os gêneros, e principalmente, da divisão social do trabalho” (Bourdieu, 2011, p. 20).

Musumeci e Soares (2004) mencionam que perdura na instituição militar a falta de um olhar sobre o lugar da mulher, mantendo-se as representações femininas numa flutuação entre o senso comum e os julgamentos pessoais. Nesse sentido, não há uma cultura de valorização das mulheres na trajetória da própria corporação. Para além desse resgate da importância da mulher, Musumeci e Soares (2004) apontam que, mesmo após décadas da inclusão feminina, não há uma avaliação por parte da instituição que se preocupe com as implicações e mudanças oriundas da

atuação policial de mulheres. Não há, de acordo com as autoras, o desenvolvimento de políticas de valorização e aproveitamento desse grupo que favoreça a potencialização da importância feminina.

É importante ressaltar a heterogeneidade e a singularidade presentes, atualmente, nos diversos espaços sociais, no que se refere a grupos sociais que não se alinham às expectativas de papel de gênero tradicionais. A população LGBTQIAP+, por exemplo, com toda sua diversidade e heterogeneidade, aproxima-se dessa realidade, na qual lacunas legais podem dificultar o acesso e a adequação em ambientes profissionais onde predominam concepções tipicamente masculinas (Souza et al., 2020). Bacila (2005) menciona diferentes grupos alcançados pelo preconceito e pontua que “o estereótipo pode ser confirmado pelas instituições e transformar-se em desqualificação permanente da pessoa, criando um processo de estigmatização” (p. 30).

A adesão a padrões culturais que limitam as pessoas a categorias desviantes ou inferiores ainda é comum aos diversos contextos laborais, pois os preconceitos voltados a determinados grupos são frutos de uma invisibilidade histórica e social bastante enraizada (Barbosa et al., 2014; Bezerra et al., 2019). Segundo Almeida e Vasconcellos (2018), Lopes de Oliveira (2021) e Madureira e Branco (2007), essa questão merece atenção e cuidado, devendo ser analisada por meio da observância dos direitos humanos e dos processos históricos. Esses autores afirmam que práticas e discursos sociais tendem a confirmar a discriminação e o preconceito direcionado a pessoas e grupos que não se encaixam no conceito de atividades pautadas na heteronormatividade. Segundo Butler (2020, p. 67), “a força dessa prática é, mediante um aparelho de reprodução excludente, restringir os significados relativos de ‘heterossexualidade’, ‘homossexualidade’ e ‘bissexualidade’, bem como os lugares subversivos de sua convergência e ressignificação”. Assim, práticas reguladoras culturais permeiam as relações entre os indivíduos e sustentam a estrutura de periferização e invisibilidade dos sujeitos nas instituições.

É importante ressaltar, diante dos aspectos apresentados nesta seção, que as dificuldades e conflitos reproduzidos no mundo do trabalho envolvem, de um modo geral, fatores psíquicos e sociais que podem definir sofrimento ou prazer. São condições que podem marcar o lugar de saúde ou adoecimento nas relações entre os sujeitos, principalmente entre grupos discriminados e periferizados. Sobre esses fatores, Duarte e Mendes (2015) mencionam:

Contudo o mundo do trabalho apresenta-se cheio de armadilhas e ameaças e, dessa maneira, observa-se o crescimento dos conflitos psíquicos na relação com a organização do trabalho e o esmagamento do sujeito entre o desejo de trabalhar e a obrigação de servir, especialmente pela incitação da competitividade como grande valor no trabalho. Isolados, os trabalhadores se veem ilhados em seu trabalho e o que poderia se constituir como atividade social e propícia para o coletivo se torna um grande campo de batalha. Dessa forma, a solidão e o medo se tornam características do trabalhar.

Perspectiva da Psicologia Cultural do Desenvolvimento

A Psicologia Cultural do Desenvolvimento abrange estudos que consideram o desenvolvimento humano sob a ótica das trajetórias particulares de cada indivíduo. Diferentes dinâmicas orgânicas e psicossociais integram-se em um processo semiótico único e que fornece ao *self* uma dinâmica de descontinuidade/continuidade, no tempo irreversível. Sob essa ótica, o desenvolvimento humano aqui apresentado carrega a noção de transformação dos sujeitos a partir da construção social e individual, resultado da transformação dos processos de desenvolvimento que são únicos e irrepetíveis ao longo das experiências humanas (Lopes de Oliveira, 2021). Essa abordagem enfatiza que o desenvolvimento ocorre a partir das relações dialógicas entre o sujeito, a cultura e o outro, bem como considera que a transformação dos sujeitos no tempo se dá com base nessa tríade dialógica (Santana & Lopes de Oliveira, 2016).

Esta pesquisa trata da relação entre dinâmicas de desenvolvimento pessoal e socioinstitucional de mulheres policiais militares. Diante da complexidade dos fenômenos humanos abordados nessa pesquisa, o entendimento em torno dos desdobramentos da cultura e das dinâmicas das interações mostra-se oportuno e relevante, pois a Psicologia Cultural e dialógica aproxima-se tanto dos aspectos gerais do desenvolvimento, quanto da dimensão singular das experiências de cada ser humano (Lopes de Oliveira, 2021; Valsiner, 2012). Considera-se, portanto, a relação mútua entre desenvolvimento humano e cultura, no qual indivíduo e cultura são partes de uma mesma realidade (Lopes de Oliveira, 2021).

Com efeito, as dinâmicas relações pessoais-profissionais fazem parte de um complexo sistema aberto, o qual favorece a todo tempo a emergência de novidades, em relação ao contexto e à pessoa. Há, nesse sentido, portanto, a caracterização da bidirecionalidade entre as dimensões pessoais e sociais, que possibilita a construção de significados pessoais, bem como as mudanças nas práticas culturais coletivas (Valsiner, 1994, 1998, 2012). Segundo Dessen e Costa Junior (2008), o aspecto da bidirecionalidade “assegura a interdependência e a influência mútua entre o indivíduo e seu ambiente” (p. 76).

No âmbito das relações vivenciadas por mulheres policiais na PMDF, os processos de significação, como fenômenos dinâmicos e flexíveis, emergem do diálogo presente entre as diferenças e semelhanças compartilhadas entre os sujeitos. Nesse sentido, consubstancia-se um movimento intermitente de aproximação, diferenciação e coconstituição. No contexto desta pesquisa, a mulher policial militar transforma-se em meio às relações mútuas partilhadas no meio social da PMDF e dos contextos pessoais diversos, ideia que pressupõe dialogicidade e alteridade. Enquanto a dialogicidade refere-se à interdependência entre a esfera pessoal e social, a alteridade possibilita a interlocução contínua entre o outro e si, compondo um diálogo entre as diferenças (Lopes de Oliveira & Guimarães, 2016). Nessa perspectiva, ao longo do tempo, esse processo

reflete-se nas trajetórias de desenvolvimento humano, que se baseiam nos princípios relacional, dinâmico, contextual e de dialogicidade, preceitos essenciais da Psicologia Cultural e do dialogismo. Assim sendo, a próxima seção aborda a cultura e sua importância na constituição dos sujeitos, na tentativa de compreender os processos de desenvolvimento de mulheres no contexto da Polícia Militar.

A Cultura na Constituição dos Sujeitos

A definição de cultura perpassa diversos ramos de estudos, pois interesses pluridisciplinares são evocados na compreensão geral desse conceito. Assim, áreas como a sociologia, a psicologia, a história, a antropologia, entre outras, ocupam-se do estudo da cultura e seus desdobramentos, a partir de seus diversos campos particulares de concentração (Canedo, 2009).

Na tentativa de entendimento dos processos que resultaram na presença da mulher nas polícias militares, adotou-se, como ponto de partida, a proposta desenhada pela Psicologia Cultural, que é um campo da psicologia que estabelece base interpretativa de compreensão da relação constitutiva entre os contextos histórico-culturais e o fluxo das relações inter e intrapessoais (Lopes de Oliveira & Machado, 2019). Refere-se, portanto, ao papel do contexto e mediação no âmbito intrapessoal, “de uma pessoa quanto ao envolvimento de sua experiência com o mundo” e na esfera interpessoal em que “diferentes pessoas estão envolvidas em conversar, lutar, persuadir ou evitar umas às outras, ou evitar determinados domínios da experiência” (Valsiner, 2012, pp. 28–29). Essa abordagem realça a importância da compreensão das relações dos sujeitos a partir dos processos de significação e dos recursos de “mediação semiótica (por signos)”, instaurados no campo da cultura coletiva (Valsiner, 2012, p. 28). Na concepção de (Valsiner, 2012), “os signos criam a distinção entre as possibilidades ou impossibilidades imediatas e as possibilidades potenciais de nosso sentir e pensar diante do futuro”.

Para além das situações de interação, a mediação semiótica pode incluir, segundo Valsiner (2012, p. 29), “interações estratégicas, estabelecendo armadilhas semióticas ou declarações ideológicas para os interlocutores”. Em relação aos múltiplos significados compartilhados por mulheres que atuam nas polícias militares, a visão institucional se assenta majoritariamente em valores tradicionais, herdados de uma sociedade que é anterior, inclusive, à organização militar propriamente dita. Esses princípios convencionais contribuem para perpetuar a ideia de que mulheres fazem parte de um grupo social acessório, que está enredado em uma teia de representação social inferior aos homens. Nesse cenário, ocorrem nas instituições e organizações—e as instituições militares não escapam dessa característica—um conjunto de manobras semióticas particulares que, a partir de seus valores, contribuem para construir armadilhas semióticas institucionais as quais podem ser usadas para regular os sistemas culturais pessoais (Valsiner, 2012). Um exemplo de armadilha semiótica é quando uma pessoa bem sucedida quanto ao desempenho acadêmico passa a crer que seu sucesso se deve a atributos e competências individuais. Ou, quando uma ação policial bem sucedida é considerada heroica quando desempenhada por um policial e, produto de “sorte”, quando executada por uma mulher.

Segundo esse mesmo autor, “a história cultural está, com frequência, intimamente imbricada com a história das principais instituições sociais” (Valsiner, 2012, p. 36). A Polícia Militar tem um modelo de organização herdado das Forças Armadas, o qual conduz os sujeitos à internalização dos sistemas de valor cultural, voltados à adesão de certas atividades e comportamentos ou à recusa dessas mesmas condutas pelos indivíduos (Valsiner, 2012). Se é assim, os valores herdados pelas polícias militares da estrutura semiótica das forças armadas traduzem um perfil institucional dominado por uma ótica tradicionalmente masculina, caracterizado pela dinâmica da guerra e do combate. O modelo de treinamento e atuação militar carrega valores e padrões que envolvem a resolução de confrontos, o uso da força e do heroísmo que, de acordo com as cons-

truções sociais, não são adequados às mulheres (Dantas, 2018). Embora atualmente a segurança pública não seja mais concebida, exclusivamente, em torno das demandas de guerra, e cada dia mais orientada à resolução pacífica dos conflitos e à promoção dos direitos humanos, muitos desses valores misóginos continuam a circular e são transmitidos em meio à cultura militar, sendo mantidos e preservados, ao longo do tempo (Schwether, 2016).

Nessas circunstâncias, tendo como foco o desenvolvimento pessoal-profissional de mulheres no contexto da Polícia Militar, não é possível se falar do sujeito sem se referir à cultura, pois, de acordo com Valsiner (2001, p. 13), “tudo o que se entende por ‘cultura’ está presente simultaneamente e de forma semelhante no contexto e na pessoa”, tratando-se de uma constituição mútua entre cultura e pessoa. Assim, neste capítulo, a introdução aos conceitos da Psicologia Cultural torna-se importante para a compreensão do contexto específico analisado, qual seja, a Polícia Militar, bem como das mulheres, como sujeitos ativos e participantes desse ambiente sociocultural.

Processos de Significação e Coconstrução Sujeito–Cultura

Os processos que levam à construção dos significados pelos sujeitos dependem da compreensão de como acontecem as experiências humanas e seus atos carregados de intencionalidade, bem como o entendimento de como essas experiências e atos intencionais se configuram no contato com os sistemas simbólicos da cultura, segundo Bruner (1997). De acordo com (Branco, 2016), a qualidade diferencial do ser humano está nos processos de significação presentes na dimensão semiótica da vida psicológica dos indivíduos. De acordo com essa mesma autora os processos de significação compreendem o fluxo dinâmico das relações entre a cultura e o sujeito:

A dimensão semiótica dos processos de significação encontra-se na base constitutiva e fundamental dos múltiplos aspectos da condição “humana”. Ou seja, os processos de sig-

nificação constituem — e são constituídos a partir de — as complexas interações entre linguagem, cognição, afeto e motivação, dimensões que se conjugam de forma sistêmica na contínua produção de significados que caracterizam a experiência de significação. (p. 144)

Por essa ótica, tendo como base a organização dos sistemas semióticos e o desenvolvimento humano, o significado deve ser considerado por seu caráter dinâmico e processual, e por sua centralidade em meio aos variados contextos socioculturais (Branco, 2016). Bruner (1997, p. 40) explica que é a cultura que dá significado à ação “situando seus estados intencionais subjacentes em um sistema interpretativo”, fazendo com que, dessa forma, as experiências dos sujeitos sejam organizadas e compartilhadas socialmente. Nesse sentido, o conceito de significado, para Bruner (1997), remete a uma visão de produção de significados culturais como um sistema de interpretação da realidade pelos sujeitos, que podem “negociar e renegociar os significados por intermédio da interpretação narrativa” (p. 65). Segundo o autor, essa possibilidade é uma conquista para os processos de desenvolvimento humano.

Santana e Lopes de Oliveira (2016) consideram a existência simbólica da realidade humana que se estabelece por meio dos processos significativos, os quais pressupõem o contato com outros e os signos da cultura. Para Leiman (2002), o signo é o mediador da experiência no movimento dialógico. Essa autora destaca a importância de se pensar, até mesmo, a formação do *self* em termos semióticos, tendo em conta que a noção do Eu só emerge em meio ao fluxo dinâmico das posições, sendo mediadas pelos signos construídos em torno das nossas experiências. Nesse processo, as pessoas se orientam socialmente e impelem outros na mesma direção (Valsiner, 2012). São criados, portanto, diferentes movimentos pelos quais a pessoa “reconstrói as narrativas dos eventos históricos passados e a própria história de vida” (p. 196). Nesse sentido, os sujeitos criam limites internos de sentimentos e significados, denominados “espaços semióti-

cos”. De acordo com esse autor são instituídas fronteiras internas e externas a partir de “signos promotores” que regulam a intencionalidade das ações humanas, inibindo-as de acordo com os significados sociais conhecidos. Dessa forma, o movimento dos agentes culturais é regulado pelos signos culturais. No contexto das significações Valsiner (2014, p. 62) pontua:

O processo de significação - criação de significado — atua na direção da generalização. Precisamos de signos — índices, ícones e palavras — para “romper” com as realidades concretas de nossas vidas, de modo a retornar a elas em um contexto diferente e afetivamente temperado. A ação coletiva de tal ruptura leva ao surgimento de uma semiosfera em torno de nossos corpos em ação em contextos aqui e agora. (p. 62)

Com base nessas considerações, é possível refletir sobre a produção de significados de mulheres policiais militares, a partir da observação de sistemas temporais interdependentes. Sistemas estes, que orientam como as histórias de vida são narradas e definem como ocorre o movimento impulsionado pelos signos na experiência, os quais funcionam como guias das possíveis construções futuras (Valsiner, 2012). Essa ideia de dinamicidade representa a negociação dos significados empreendidos na relação entre as mulheres e a cultura predominantemente masculina interpretada narrativamente por elas na complexidade dos níveis temporais. Sob a ótica da Psicologia Cultural o fluxo de experiências consubstancia-se no tempo irreversível, mesmo diante de conflitos e oposições. Essa dinâmica organiza o curso de vida dos sujeitos em desenvolvimento, dando sentido de continuidade e estabilidade na construção de significados. Na concepção de Valsiner (2012), os signos são promotores de desenvolvimento e funcionam como orientações pessoais firmadas em valores. Assim, a construção de significados orientados a possíveis futuros surge na amplitude e variabilidade dos signos. Esse mesmo autor ressalta que:

Cada significado – signo – que está em uso durante a janela de tempo infinitamente pequena que nós, convenientemente chamamos “o presente”, é um dispositivo de mediação

semiótica que se estende do passado em direção ao futuro – antecipado, ainda que desconhecido. [...] os signos estabelecem a gama de fronteiras de significado possíveis para as experiências futuras no mundo, que são imprevisíveis, ainda que antecipados. (pp. 53–54)

Somente após grandes avanços científicos na área, o desenvolvimento humano passou a ser considerado um processo que concebe o ser humano como criador ativo de tudo que o circunda. No que concerne aos aspectos psíquicos e sociais, as ações do sujeito são condutoras do seu próprio desenvolvimento, tendo a cultura como sistema semiótico de regulação. Na relação com o mundo, os sujeitos envolvem-se em um movimento de aproximação e de distanciamento das situações reais por meio de signos culturais e, ainda assim, permanecem parte do contexto. Nesse sentido, a Psicologia Cultural considera os microcontextos de construção de novos sentidos, pela produção e uso de signos. Valsiner (2012) apresenta a teoria dos campos afetivos e aponta que o tempo carrega as experiências afetivas orientadas ao futuro como resultado da totalidade das construções humanas, as quais pressupõem o contato entre afetividade e cultura. Segundo o autor:

A experiência afetiva é socialmente regulada mediante sugestões sociais que são codificadas nos signos, em diferentes níveis de generalização e nos três domínios encaixados nos quais a experiência flui continuamente — o microgenético, o mesogenético e o ontogenético. (p. 251)

A definição de tempo irreversível torna-se importante no desdobramento das experiências, pois o desenvolvimento do indivíduo acontece dinamicamente em condições de irreversibilidade, que possibilita o sentido de continuidade e estabilidade na construção de significados, bem como a emergência de novidades ao longo do curso de vida (Moreno & Branco, 2014; Sifuentes et al., 2007). Valsiner (2012) acrescenta que a pessoa “cria dispositivos semióticos – campos de significação” (p. 251), promovendo uma estabilidade temporária diante das imprecisões inevitáveis das

experiências. A partir daí, ao longo da trajetória de vida dos sujeitos, são mantidos alguns desses dispositivos semióticos, que farão parte do domínio de diferentes níveis temporais.

Além desses conceitos, a construção de significados faz emergir a noção de afeto como essencial na produção de sentido e continuidade do *self* dos sujeitos. Bronfenbrenner (1996) trouxe importante contribuição ao considerar o desenvolvimento humano a partir da relação entre os aspectos biológicos, psicológicos e sociais. No entanto, Valsiner foi mais além ao introduzir e se aprofundar em questões da vida afetiva, do mundo subjetivo e da totalidade complexa das experiências do ser humano. Ressalte-se, que a constante tensão entre cultura pessoal e coletiva forma campos afetivos, que por meio dos signos gera “sentimento e uma possível reflexão sobre o sentir” na construção dos eventos da vida (Valsiner, 2012, p. 250). De acordo esse autor, a construção de culturas pessoais tem como expressão principal, o domínio dos sentimentos e a manifestação de novos signos, os quais servem para minorar as tensões vivenciadas pelos sujeitos. A vida humana, portanto, é por natureza afetiva e mediada por signos, pressupondo-se uma organização semiótica orientada ao futuro (Lopes de Oliveira & Guimarães, 2016; Moreno & Branco, 2014; Sifuentes et al., 2007; Valsiner, 2012).

No processo de desenvolvimento humano, as condições culturais têm papel crucial, pois possibilitam a compreensão dos diferentes sistemas que recebem influência de fatores psicológicos, biológicos, sociais, históricos e ambientais. Nesta pesquisa, a apreensão dos conceitos que fazem ponte entre a Psicologia Cultural e desenvolvimental propicia o entendimento dos fatores culturais que influenciam o mundo de mulheres policiais militares, bem como os episódios que as levam ao centro dos afetos por meio dos signos. Assim, essas concepções podem esclarecer pontos relevantes sobre as experiências afetivas das mulheres policiais, que são submetidas concomitantemente a sugestões sociais e a expectativas subjetivas na construção de significados. Diante disso, a noção de singularidade das experiências de mulheres policiais em contexto cultural da

Polícia Militar é suscitada neste estudo. Leva-se em consideração, que a organização do fluxo de experiências no tempo é processada também mediante as interações socioculturais promovidas pelas instituições. Essas instituições contribuem para configurar uma dinâmica de transmissão de crenças e valores que fazem parte do desenvolvimento dos sujeitos envolvidos em suas atividades. Vale ressaltar que os sistemas de valores institucionais criam contextos que, ao serem naturalizados, podem influenciar os sistemas de valores dos sujeitos. Portanto, devem-se levar em consideração as noções pertinentes sobre a agencialidade dos sujeitos e das instituições enquanto promotores recíprocos do desenvolvimento humano.

A capacidade humana de experimentar e sentir supera as tentativas de explicações objetivas e deterministas em uma pesquisa, bem como em qualquer outro campo imaginável onde os processos de desenvolvimento humano são investigados. Valsiner (2014, p. 6) alerta que “a experiência humana é profunda, pessoal e potencialmente infinita”, sendo, portanto, a chave para o entendimento da existência de indivíduos únicos no mundo, sujeitos que criam seu mundo pessoal com base nos significados produzidos em seu contato com a cultura (Valsiner, 2014).

A perspectiva teórica da Psicologia Cultural do Desenvolvimento (Valsiner, 2012, 2014) demonstra como a pessoa e a cultura se constituem a partir de um processo que envolve significados socioculturais e subjetivos, produzidos respectivamente no âmbito das culturas coletivas e pessoais (Lopes de Oliveira et al., 2020). O conceito de cultura, portanto, de acordo com Lopes de Oliveira (2021, p. 11) “remete a um sistema simbólico de referência que norteia a produção de significados coletivos”.

Ao longo da história, os sujeitos empenharam-se em expressar o fenômeno complexo da construção das experiências humanas. Tal esforço reverbera, ainda hoje, nos modos singulares de criações, posições, resistências e afetos oriundos da existência única de cada ser humano em contato com a cultura (Valsiner, 2012, 2014). Difícil, assim, mensurar o alcance dessa empreitada

para a compreensão do ser humano, pois os significados produzidos nas trajetórias de vida podem ser tão infinitos quanto o fenômeno que se tentou traduzir por meio deles.

Ainda na tentativa de explicar o fenômeno das experiências humanas, estudiosos empenharam-se em analisá-lo de forma rigorosa e objetiva, reduzindo a experiência humana a manifestações marcadamente definidas e incrustadas por conceitos estáveis e mensuráveis. Contudo, subestimaram a dinamicidade dos processos psicológicos nos quais “as mentes são culturalmente construídas” e a “psiquê é profundamente construtiva” (Valsiner, 2014, p. 6). Ademais, conforme salientam Madureira e Bizerril (2021), seja qual for o determinismo empreendido na compreensão do complexo fenômeno humano, o que fica evidente nesses modelos explicativos são as regularidades do modelo teórico adotado para tal e não as irregularidades e imprevisibilidades da vida real, algo que a psicologia enquanto ciência deveria considerar, como é reiteradamente enfatizado pela Psicologia Cultural.

Neste estudo, a abordagem assumida vislumbra construir possibilidades de diálogos entre os significados pessoais e culturais na trajetória de vida dos sujeitos. Isso significa que a visão clássica que limita os processos de desenvolvimento a fases e desconsidera a totalidade do indivíduo, contrapõe-se ao conceito de desenvolvimento humano como um sistema aberto às novas configurações do mundo moderno (Lopes de Oliveira, 2021). Essa concepção alinha-se às singulares formas de subjetivação.

Vale dizer, a partir dessas ideias, que a experiência humana carrega intrinsecamente a ambivalência, haja vista a constante e contínua relação pessoa–contexto. A ambivalência diz respeito à tensão entre o mundo social e a cultura pessoal, no qual a pessoa está inserida, implicando em domínios opostos em cada momento da experiência (Valsiner, 2007). Por essa ótica, os conflitos e negociações são a base para a construção dos significados pessoais, os quais são influenciados por sugestões sociais. Nesse sentido, (Valsiner, 2014, p. 8) pontua:

A psicologia tem historicamente tentado reduzir a complexidade da psique em classes homogêneas - categorias que são vistas como mutuamente exclusivas. Isso atende às necessidades do bom senso, mas não captura a natureza dos fenômenos psicológicos que florescem na fronteira entre a pessoa e o mundo.

A Psicologia Cultural é um modelo de estudo de desenvolvimento humano que propõe que “o funcionamento da cultura tem natureza dinâmica e processual dentro dos sistemas intrapessoais e interpessoais” (Valsiner, 2014, p.22). Nessa concepção, sujeito e cultura se influenciam mutuamente e “essas forças bidirecionais participam da configuração sistêmica de como os sujeitos se percebem, agem, relacionam-se e se transformam no curso de vida” (Lopes de Oliveira, 2021, p. 18).

No estudo com mulheres policiais militares, estas são consideradas sujeitos ativos, caracterizadas por agencialidade e intencionalidade que sofrem influência do meio, mas também contribuem para o desenvolvimento sociocultural e coletivo, ao imprimirem marcas de diferenciação na cultura. Nesse entendimento, a assunção de uma perspectiva crítica pelos sujeitos em relação à realidade pode gerar mudanças na conduta do grupo, bem como, tornar-se parte do cotidiano e comportamento normativo vigente, conforme Lopes de Oliveira (2021). Esse potencial movimento de resistência à cultura dá voz aos processos dinâmicos resultantes das relações dialógicas entre sujeito e cultura.

A partir da interpretação desses processos, a Psicologia Cultural abre espaço para a compreensão da humanidade na constituição da cultura. Nesse sentido, o paradigma crítico considerado nessa teoria baseia-se na inseparabilidade das unidades pessoa–contexto e as inúmeras dimensões que as constituem simultaneamente.

Nessa conjuntura, o papel das relações humanas não pode ser desconsiderado, pois a dimensão da subjetividade é única, irrepetível e constituída a partir das relações dialógicas entre

indivíduos e realidade. Essa noção se distancia da visão solipsista de mundo onde os sujeitos são analisados como socialmente isolados (Lopes de Oliveira et al., 2020). A psicologia do desenvolvimento, que toma a unidade sujeito–cultura num contínuo processo de coconstrução, consolida-se no rompimento e superação de todo tipo de reducionismo cultural ou biológico na compreensão dos fenômenos, sendo, portanto, de acordo com Lopes de Oliveira et al. (2020), uma nova orientação para estudos em desenvolvimento humano:

O movimento crítico em psicologia do desenvolvimento parte de uma nova orientação epistemológica plural, de acordo com a qual o estudo do desenvolvimento dos processos psicológicos não pode se dar divorciado dos aspectos políticos, sociológicos e antropológicos da existência. Enfatiza a necessidade de superação das dicotomias e do solipsismo que caracterizaram o primeiro século da teorização em psicologia do desenvolvimento humano, destacando o papel da sociedade e da história nos processos psicológicos em desenvolvimento. (p. 26)

Nessa perspectiva, o conhecimento passa por transformações ao longo das experiências humanas no tempo e é concebido a partir de atividades simbólicas que transformam mutuamente as pessoas e o próprio conhecimento na passagem das experiências vividas (Guimarães, 2013).

No processo de desenvolvimento humano as condições culturais têm papel crucial, pois possibilitam a compreensão dos diferentes sistemas que recebem influência de fatores psicológicos, biológicos, sociais, históricos e ambientais. Nesta pesquisa, a apreensão desses conceitos propicia o entendimento dos fatores culturais que influenciam o mundo de mulheres policiais militares, bem como os episódios que as levam ao centro dos afetos por meio dos signos. Assim, pontos relevantes sobre as experiências afetivas das mulheres policiais militares podem ser esclarecidos, levando-se em consideração que elas são submetidas concomitantemente a sugestões sociais e a expectativas subjetivas na construção de significados pessoais.

Diante desses conceitos, a noção de singularidade das experiências de mulheres policiais em contexto cultural da Polícia Militar é suscitada neste estudo. Vale ressaltar, portanto, que a organização do fluxo de experiências no tempo é processada também mediante as interações socioculturais promovidas pelas instituições. Essas instituições contribuem para configurar uma dinâmica de transmissão de crenças e valores que fazem parte do desenvolvimento dos sujeitos envolvidos em suas atividades. Por essa ótica, os sistemas de valores institucionais criam contextos que, ao serem naturalizados, podem influenciar os sistemas de valores dos sujeitos. A próxima seção trará noções pertinentes à abordagem do *self* dialógico que contribui para a compreensão dos sujeitos e das instituições enquanto promotores recíprocos do desenvolvimento humano como partes de um mesmo sistema dinâmico.

Perspectiva Teórica do *Self* Dialógico

Os fenômenos de desenvolvimento humano compreendidos a partir de uma abordagem dialógica delineiam o enfoque desta seção. A perspectiva do *self* dialógico considera a relação entre o sujeito, o outro e a cultura intrínsecas como sendo partes de um mesmo sistema dinâmico. A noção de que o ser humano constrói sua história nas interações dialoga com os fundamentos do *self* dialógico, haja vista a natureza bidirecional das relações humanas, na qual os sujeitos são, simultaneamente, produtos da cultura e agentes de suas próprias histórias. A Teoria do *Self* Dialógico é complementada pela perspectiva da Psicologia Cultural, a qual considera interdependentes as noções de *self* e de cultura, compreendendo os sujeitos como parte dos sistemas culturais. Nesse entendimento, é possível a compreensão do processo contínuo de organização e reorganização do *self* ao longo do tempo, relacionado às mudanças no sistema de *self* e à emergência de significações culturalmente construídas. A relação entre o *self* e o contexto cultural possibilita que um concorra para o desenvolvimento do outro (Hermans, 2015).

Esta seção busca construir base teórica que facilite a análise e compreensão das trajetórias de vida de mulheres policiais militares, bem como os posicionamentos assumidos por elas em suas interações com a instituição militar.

Antecedentes e Concepções

A noção de dialogicidade e a crescente importância dada à noção de múltiplas vozes são resultados da ideia de novela polifônica, desenvolvida por Bakhtin (2008), ao analisar os fundamentos da criação literária de Fiódor Dostoyevsky (1821–1881). De acordo com esse conceito, na literatura, a natureza única e conflitante de cada personagem carrega uma voz independente, coexistindo vozes múltiplas, simultâneas e diferentes em cada personagem, o que possibilita, portanto, o diálogo entre elas (Santos & Gomes, 2012). Em vista disso, encontra-se em Bakhtin ilustrações sobre o papel dos diálogos internos e externos, entre os personagens. A trazer para os estudos da subjetividade a ideia bakhtiniana de diálogos internos, a Teoria do *Self* Dialógico contribui com a psicologia a partir de um modelo plural, não individualista ou solipsista da subjetividade, no qual os diálogos internos, enquanto inseridos em um contexto cultural, fazem emergir uma posição autoral diferente para cada uma das vozes (Santos & Gomes, 2012).

Hermans (2003) menciona que Bakhtin, diante da multiplicidade de vozes, dá destaque à descontinuidade entre uma voz e outra, caracterizando o *self* pelo fato de ser flutuante. No contexto literário a noção de dialogismo, introduzida a partir das concepções de Bakhtin, denota que a compreensão da obra também conta com a interpretação participativa da voz do leitor (Barresi, 2002). Em síntese, para Santos e Gomes (2012, p. 354), “o conteúdo do *self* é flutuante, e, em sua forma mais ampla, engloba tudo o que alguém poderia chamar de Meu”.

Freire e Branco (2016, p. 25) apresentam um conceito mais abrangente ao introduzirem o conceito de *self* como sendo “a unidade da psique humana que permite que o eu possa falar de

mim, conduzir minha ação e relacionar-se com o que é meu”. Portanto, de acordo com as autoras, a “relação entre o eu, o mim e o meu é o foco dos estudos de *self*” (p. 25).

Além de ser inspirada por Bakhtin, a TSD é influenciada pela obra de Willian James (1842–1910), o qual também apresentou uma visão dialógica do *self*, diversa das demais perspectivas de seu tempo, ao distingui-lo como sujeito (eu/conhecedor) e como objeto (mim/conhecido; Barresi, 2002; James, 1890). Diante das ideias de James sobre Eu e Mim, Barresi (2002, p. 237) explica:

James prossegue investigando a natureza desses dois aspectos do *self*. Ele conclui que o mim vem em três tipos básicos: o eu material, o eu social e o eu espiritual. Quanto ao eu, James conclui que, pelo menos para fins de psicologia, não há necessidade de postular um sujeito de experiências, um eu metafísico que vai além do ser físico que pensa. Em vez disso, ele conclui que o pensamento passageiro ... é ele mesmo o pensador.

Portanto, da contribuição de James se destaca a ênfase na continuidade da experiência do *self*, derivada da diferenciação entre o Eu e o Mim” ao dividir, o *self* nessas três categorias. Assim, em uma fluidez dinâmica, enquanto o “eu” coordena e interpreta as ações, o sujeito executa ações particulares da forma como são apresentadas no âmbito reflexivo do “mim”, (Freire & Branco, 2016).

George Herbert Mead (1863–1931) é outro importante pensador que trouxe contribuições à concepção de *self* posteriormente desenvolvida pela TSD. Mead (1934) esclarece que “a comunidade organizada ou grupo social que dá ao indivíduo o material semiótico com o qual ele constrói a unidade de *self* pode ser denominada “o outro generalizado” (p. 132). Nessa perspectiva, destaca que o Eu só emerge por meio de um processo social, a partir do qual o Eu tende a adotar a atitude do Outro (Mead, 1934). Sobre Mead, Ferreira de Souza (2011, p. 375) pontua que “sua teoria, dentre outros méritos, ampliou a reflexão sobre o processo de interação social, significan-

do a linguagem como elemento central para a formação social do *self* e da gênese constitutiva das identidades psicossociais”.

Em relação ao conceito de outro generalizado, Mead o elabora ao considerar dois momentos do desenvolvimento infantil, a brincadeira e o jogo. No primeiro, crianças interpretam personagens despretensiosamente, tomando para si papéis sociais. Nesse cenário da brincadeira, as crianças não se distinguem dos personagens que interpretam, e mesmo, dos papéis que assumem; ou seja, podem brincar de ser mãe, professor ou policial, num processo espontaneamente orientado. No momento do jogo, a participação da criança é guiada por regras que vão regular a conduta de todos os participantes da interação, a exemplo do que ocorre em um jogo esportivo. Tais regras controlam o comportamento a partir da visão dos próprios sujeitos envolvidos no processo social, o que caracteriza o outro generalizado (Mead, 1934).

Berger e Luckmann (2004) compartilham das ideias de Mead ao entenderem que, para fazer parte de um grupo social, existe a necessidade de a pessoa reproduzir os símbolos e regras compartilhados pelo corpo social em que se está inserida. Nessa acepção, esses autores mencionam que:

A formação na consciência do “outro generalizado” marca uma fase decisiva na socialização. Implica a interiorização da sociedade enquanto tal e da realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjetivo de uma identidade coerente e contínua. A sociedade, a identidade e a realidade cristalizam subjetivamente no mesmo processo de interiorização. (Berger & Luckmann, 2004, p. 179)

O conjunto de ideias sobre dialogismo proposto nesta seção, a partir de um sumário apinhado dos conceitos desenvolvidos por Bakhtin; James; Mead; e Berger e Luckmann, faz emergir a noção de *self* como um sistema aberto, evidenciado pela multiplicidade de vozes. Santana e Lopes de Oliveira (2016) apontam que tal sistema é marcado pelos contextos sociais e caracteri-

zado pela continuidade e descontinuidade em distintos espaços, nos quais tendem a ocorrer as mudanças nas trajetórias de desenvolvimento humano.

Uma contribuição específica, no escopo do dialogismo, é a Teoria do *Self* Dialógico desenvolvida por Hubert J. Hermans, juntamente com outros estudiosos (Hermans, 2011; Hermans et al., 1992; Hermans & Hermans-Konopka, 2010). Hermans definiu *self* dialógico como estrutura constituída por um repertório de posições internas e externas, estendido no tempo e no espaço (Hermans & Gieser, 2012; Meijers & Hermans, 2018). Por essa ótica, Hermans e Gieser (2012, p. 29) mencionam que “nesse arranjo dinâmico, os processos de posicionamento se desenvolvem em vários níveis: em nossa ‘conversa interna’, em nossos relacionamentos, nas ordens sociais que habitamos e em nossas atividades culturais”.

De acordo com essa teoria, o ser humano ao longo da vida produz significados que alimentam o desenvolvimento do seu sistema de *self* por meio do compartilhamento de contextos culturais (Lopes de Oliveira & Guimarães, 2016; Valsiner, 2012). Portanto, a inserção dos sujeitos em ambientes culturais diversos evidencia a dimensão dinâmica da cultura. Valsiner (2014) propõe que a internalização e recriação dos signos constitui o sentido de si e concebe o *self* como resultado da internalização imaginativa dos sistemas simbólicos da cultura pelo sujeito. Essa dinamicidade também diz respeito ao papel ativo dos sujeitos na constituição da cultura, remetendo às posições dinâmicas e ambivalentes do *self*, cujo movimento de mudanças se dá no curso do tempo (Hermans & Gieser, 2012; Meijers & Hermans, 2018).

Lopes de Oliveira et al. (2020) referem-se ao *self* dialógico como sendo um sistema complexo e dinâmico em desenvolvimento contínuo, organizado e estruturado hierarquicamente. De acordo com as autoras, o desenvolvimento do *self* ocorre a partir das constantes relações com a alteridade ao longo de um tempo irreversível. Nesse contexto, o desenvolvimento do sistema de *self* faz parte de uma dinâmica de continuidades e rupturas, a qual é essencial para a compreensão

dos sujeitos e das suas posições de Eu (*I-Positions*). Vale ressaltar, que essas posições dos sujeitos não pressupõem estabilidade e, portanto, podem ser opostas e diferentes conforme mudam as circunstâncias e as experiências pessoais e sociais.

Segundo Valsiner (2012), há circunstâncias diversas que fazem com que o sujeito seja concebido como distinto da cultura, ao mesmo tempo em que continua a fazer parte dela, reciprocamente. Essa ideia é traduzida por Valsiner (2012) na noção de “separação inclusiva” (p. 132), que afirma a interdependência entre pessoa e ambiente, mas, ao mesmo tempo, permite que se mantenha a separação entre eles, como unidades distintas. O autor menciona, ainda, que tais características garantem a dinamicidade do *self* e permitem que os sujeitos transitem por campos dinâmicos de significados, os quais são promovidos pelos fenômenos culturais-pessoais. Sobre isso, Santana e Lopes de Oliveira (2016) apontam que as relações dialógicas e os processos de significação ocupam lugar central na compreensão do desenvolvimento humano, possibilitando melhor interpretação no que se refere às transformações da pessoa no tempo.

O problema de pesquisa e o tema aqui delineado encontram correspondência, no momento em que as participantes, mulheres policiais militares, são consideradas nas muitas posições do Eu que ocupam como sujeitos em desenvolvimento. Segundo Hermans e Kempen (1993, p. 43), “[o] *self* funciona como um espaço onde o Eu, observa o mim e correlaciona os movimentos do mim como partes de uma construção narrativa”. O pressuposto de produção de narrativas presente na abordagem dialógica do *self* será assunto da próxima seção, que busca esclarecer como os sujeitos concebem a realidade e o mundo que os rodeiam por meio da criação de narrativas.

O Ser Humano e a Construção de Narrativas

Hermans (2001) e Hermans e Kempen (1993) associam a narrativa da vida dos sujeitos e a forma como eles organizam suas histórias pessoais e coletivas, à construção dos significados

afetivamente alcançados, para o que eles se fundamentaram nas noções primeiras de experiência narrativa e de *self* dialógico, herdadas das ideias de James e Bakhtin.

Hermans e Kempen (1993) colocam *self* e narrativa no mesmo plano de entendimento, por compreenderem que a história narrada pressupõe uma pessoa que narra e outra pessoa real ou imaginária que ouve. Nesse sentido, a visão de narrativa integrada à abordagem do *self* dialógico contempla o desenvolvimento humano, na medida em que a estrutura espaço-temporal e a emergência de novas posições discursivas apontam para fronteiras estruturais que se supõem existir dentro do *self* dialógico.

Na concepção de Hermans et al. (1992; ver também Hermans & Kempen, 1998) o enfoque narrativo tem lugar de destaque, pois os significados produzidos na vida cotidiana advêm da capacidade imaginativa do *self* que torna possível a criação de histórias distintas para cada posição do Eu. A oscilação entre uma posição e outra reflete as vozes independentes existentes no *self* que dialogam e resultam nas relações dialógicas constituintes dos processos de mudanças e desenvolvimento.

É importante salientar que esses processos de mudanças são caracterizados por eventos sociais e psicológicos que correspondem às mútuas posições internas e externas do *self*. Assim, na medida em que as diferentes posições do Eu lidam com as experiências, simultaneamente produzem a si mesmas na totalidade do *self* (Valsiner, 2002, 2012). Essa noção de *self* dialógico, originalmente elaborada por Hermans e Kempen (1993) é enriquecida e introduzida por (Valsiner, 2002, 2007), a partir do conceito de catalisador que, de forma ampla, refere-se a um terceiro componente que serve de mediador dos processos de mudanças. Segundo Kadianaki e Zittoun (2014), as rupturas vivenciadas pelos sujeitos podem ser vistas como catalisadores semióticos, os quais ativam mecanismos de reconstrução dos sistemas de significados. Nessa perspectiva, os signos dão auxílio para que outro signo funcione como catalisador semiótico. Mattos e Chaves

(2014) reiteram que a abordagem dialógica facilita a compreensão sobre o papel agente dos outros sociais como agentes catalisadores. Segundo esses autores, os catalisadores facilitam os processos regulatórios que promovem as transições de desenvolvimento. Sobre isso, Cabell e Valsiner (2014) afirmam que os catalisadores podem atuar como promotores ou inibidores, na medida em que induzem a novos resultados durante o processo de desenvolvimento e, ainda, diferenciam regulador e catalisador:

Os catalisadores semióticos são uma intervenção não invasiva (enquanto os reguladores são invasivos). Eles são o suporte condicional ou contextual dentro do qual algo ocorre. Qualquer causa e efeito, estímulo e resposta, ou dois fenômenos associados funcionam na medida em que tenham as condições adequadas para isso. Eles fornecem sabor direcional e suporte, ajuda e capacitação, e sem eles certos processos de mediação (isto é, certos reguladores semióticos) não podem operar. (p. 12)

Do ponto de vista das posições internas e externas, as interações pessoa–mundo são “funcionalmente equivalentes” (Hermans, 2001, p. 325), ou seja, fazem parte da mesma conjuntura de relações dialógicas de onde emergem as mudanças dos sujeitos e dos contextos. A respeito disso, Valsiner (2012) apresenta uma noção mais dinâmica de desenvolvimento ao afirmar que existem domínios de significados que se sustentam no processo de construção do *self* dialógico.

O processo de construção do *self* pode ser investigado a partir da abordagem de narrativas, que revelam a organização das experiências e refletem o processo de identificação por meio das histórias dos sujeitos, narradas como parte de contextos de experiência diversos (Bruner, 1997, 2006; Lopes de Oliveira, 2006; McAdams, 2006). Segundo McAdams e Olson (2010), as narrativas evidenciam as interações entre as individualidades do sujeito e cultura, pois é a partir das construções narrativas que as pessoas podem participar da cultura ativamente.

Por essa ótica, as narrativas contadas sobre as experiências pessoais tornam-se mais complexas à medida que os seres humanos avançam e se desenvolvem ao longo do tempo. Nesse processo, os autorrelatos contribuem para uma definição e organização do *self*, que se reflete nas histórias de vida dos sujeitos. De acordo McAdams (2006), as histórias construídas pelos sujeitos definem não apenas quem eles são para si, mas também como são compreendidos pelos outros, podendo-se falar em identidades narrativas. McAdams e Olson (2010) trazem o conceito de identidade narrativa como a compreensão que é desenvolvida pela pessoa sobre o que ela é e o que potencialmente será ao longo da vida. Segundo os autores, “a identidade narrativa dá às vidas individuais seus significados únicos e culturalmente determinados” (p. 527). Esse conceito evidencia a formação cultural da identidade narrativa, que pressupõe uma elaboração constante das experiências ao longo do tempo. Além disso, deve-se considerar a intencionalidade e a agencialidade da pessoa nesse processo de construção de narrativas (McAdams & Olson, 2010).

Na pesquisa com mulheres policiais, os processos de mudanças são promovidos a partir de uma trama de relações e trocas sociais, na qual posições internas e externas são manifestadas. Isso demonstra a natureza contextual do processo de posicionamentos vivenciados pelos sujeitos no contato com o ambiente social. Sobre isso, Hermans (2001, p. 329) dispõe que:

Quanto mais importante é um outro significativo na vida de uma pessoa, mais posições internas são evocadas no contato com essa pessoa. O significado de outra pessoa ou grupo no domínio externo do *self* é refletido por uma alta densidade de posições no domínio interno.

Em suma, as variadas posições de *self* que emergem no processo de desenvolvimento de mulheres policiais militares são observadas na forma dinâmica como as mudanças se apresentam. Os posicionamentos e reposicionamentos pessoais e sociais representam esse processo, no qual as posições sociais são fortemente catalisadas por um conjunto de expectativas provenientes do

meio social. Em contrapartida, as posições pessoais retratam as formas singulares em que os sujeitos individuais coordenam suas vidas. De um modo geral, essas posições internas podem ser estruturadas de forma a resistirem aos ditames da sociedade ou podem ser concentradas em um mesmo complexo específico de posições pessoais e sociais. Desse modo, pode haver a adequação entre as posições internas e externas ou a contradição entre elas (Hermans, 2021).

O estudo e análise dos posicionamentos juntamente com as narrativas produzidas pelos sujeitos mostram-se importantes instrumentos na compreensão de *self* dialógico. Interessa a esta pesquisa, em particular, as narrativas produzidas por mulheres policiais, a partir do contato com a cultura predominantemente masculina da Polícia Militar. Essas narrativas refletem dinâmicas de desenvolvimento que concorrem para um sistema de *self* aberto e dinâmico? Ou, contrariamente, para *selves* engessados, embebidos pelos sistemas de valores institucionalmente cristalizados das organizações militares?

A construção narrativa da realidade é abordada por Bruner (1991), a partir da indagação de como os seres humanos concebem a realidade. Essa abordagem difere-se das ideias racionalistas que consideravam a linearidade e uniformidade nos processos de desenvolvimento. Não existe um padrão permanente e regular quando se trata do desenvolvimento humano, pois “o domínio de uma tarefa não assegura o domínio de outras mesmo que, em sentido formal, sejam governadas pelos mesmos princípios” (Bruner, 1991, p. 2). Valsiner (2012) afirma que a realidade subjetiva criada pelo ser humano carrega a ideia de uma relativa estabilidade, no entanto, trata-se uma “ilusão altamente funcional” (p. 109). Isso quer dizer que a estabilidade ilusória elaborada pelos indivíduos é necessária para a organização e funcionamento da realidade criada. A noção apresentada por Bruner expande-se na medida em que dá lugar a importância das narrativas na compreensão da realidade pelos sujeitos. Esse autor apresenta o seguinte conceito para narrativas:

Narrativas são uma versão de realidade cuja aceitabilidade é governada apenas por convenção e por “necessidade narrativa”, e não por verificação empírica e precisão lógica, e, ironicamente, nós não temos nenhuma obrigação de chamar as histórias de verdadeiras ou falsas. (Bruner, 1991, p. 4)

Nessa perspectiva, as construções narrativas interpretam os fenômenos humanos sem que isso resulte em convicções rígidas e definitivas sobre a realidade, como anteriormente se considerava nas tradições empiristas e racionalistas (Bruner, 1991). Qual a importância, portanto, das narrativas na compreensão da realidade e constituição do *self*?

Valsiner (2012) esclarece que a constituição do *self* se dá por meio de um intrincado processo de relações dialógicas entre o ser humano e a cultura. Por essa ótica, o autor considera que o *self* em sua totalidade emergente é narrativamente organizado, em uma estrutura onde são estabelecidas as relações dinâmicas.

As narrativas descrevem os mundos das pessoas, suas ações e experiências, o que permite a compreensão dos sujeitos sobre a elaboração e recriação de seus mundos e relações. Diante disso, as formas como os seres humanos experimentam o mundo podem ser mais bem compreendidas por meio do estudo das narrativas (Frank, 2005). As narrativas não só representam a realidade, mas agem como ferramenta mental na construção de realidades, de acordo com (Bruner, 1981), de modo que “a narrativa organiza a estrutura da experiência humana” (p. 20). McAdams e Olson (2010) afirmam que as pessoas constroem autonarrativas para dar sentido as suas vidas.

Frank (2005) menciona que o significado de uma narrativa depende das narrativas que a antecederam e as que serão criadas a partir dela, como se uma história implicasse em outra, tanto para quem a conta quanto para quem a recebe. De acordo com o autor, “o ponto de qualquer história presente é seu potencial para revisão e redistribuição em histórias futuras” (p. 967).

A produção de narrativas pelos indivíduos é essencial na compreensão de como os discursos são capazes de posicionar os sujeitos nos diversos contextos interacionais e como eles dão sentido a essas interações. Segundo Lopes de Oliveira (2006) a expressão da identidade se revela nas histórias contadas, as quais se transformam intersubjetivamente.

O conceito de narrativas mencionado pelos autores nesta subseção traduz a produção de narrativas como importantes “ferramentas” (Vieira & Henriques, 2014, p. 166) na representação das experiências do ser humano. Os sujeitos se posicionam na narração de histórias e alcançam a organização de várias dimensões de suas experiências de vida. A vida dos seres humanos se organiza na medida em que as histórias de vida carregadas de sentido são contadas e concebem uma identidade narrativa (Bruner, 1997; Vieira & Henriques, 2014). A próxima seção permitirá ao leitor, a compreensão sobre como são estabelecidos os posicionamentos dos indivíduos nos discursos narrativos e como os valores pessoais e culturais influenciam a escolha desses posicionamentos no âmbito das relações.

Posicionamentos e Sujeitos

A constituição dos indivíduos no âmbito relacional está assentada na extensão do *self* como construção social, que permite que as pessoas deem sentido às ações pessoais e ao mundo ao seu redor (Guanaes & Japur, 2003; Valsiner, 2007, 2012). As dimensões relacional, histórica e social, portanto, contribuem para construção de significados nas experiências individuais. Nesse sentido, os modos das relações marcadas histórica e culturalmente situam os discursos sobre o *self* nas práticas que os constituem (Guanaes & Japur, 2003; McNamee & Gergen, 1999).

A Teoria dos Posicionamentos é usada como via para análise do posicionamento dos sujeitos e suas produções discursivas. Esse modelo traz a noção sobre a posição dos sujeitos no discurso em função de expectativas sociais (Davies & Harré, 1990; Hollway, 2003; Langenhove &

Harré, 1998). Essa teoria prediz que cada pessoa tem posicionamento específico em uma conversa e, por meio da construção discursiva de narrativas pessoais, os sujeitos trazem inteligibilidade às suas ações, tornando-as construtos sociais aceitáveis (Langenhove & Harré, 1998).

Tal conceito de posicionamento refere-se à ideia de que a pessoa na produção de um discurso, além de se posicionar, é posicionada e posiciona o outro de/a quem se fala, processo que demonstra a dinamicidade dos discursos e posições (Pozzer & Novaes, 2019) e a diversidade de camadas de significação que contemplam. Essa ideia traz o conceito dinâmico de posicionamento, no qual predomina a interface entre os estímulos sociais e as narrativas construídas semioticamente pelos sujeitos (Valsiner, 2012).

O sistema de valores dos indivíduos e grupos pode ser observado por meio da cultura, instituições, unidades sociais e em manifestações pessoais (Rokeach, 1973). Segundo Herrera, 2014, p. 17), os valores “permitem a compreensão das motivações e crenças nas formas como os sujeitos se defrontam diante de variações e mudanças constantes no contexto”. Sobre isso, (Wortmeyer, 2022) afirma que em contextos de conflitos, os valores de instituições específicas são internalizados pelos indivíduos e engendram mudanças, a partir do que a autora chama de “guerra de narrativas ou guerra cultural” (p. 15). Tais conceitos podem complementar a concepção da teoria dos posicionamentos sobre como o posicionamento dos sujeitos aponta para os aspectos discursivos e relacionais dinamicamente orientados por valores, os quais marcam os campos sociais da experiência (Davies & Harré, 1990; Langenhove & Harré, 1998; Valsiner, 2012). Nessa perspectiva, Mcvee (2011) pontua que se deve examinar o posicionamento dentro dos processos discursivos na análise de uma posição.

No relacionamento cultural humano, o encontro com o outro pode fazer emergir convergência, tensão ou conflitos entre sistemas de valores, convertendo o processo de desenvolvimento em uma constante de apreciação do mundo social, bem como de negociação entre valores pesso-

ais e culturais. Por essa ótica, o posicionamento dos sujeitos é compreendido pelos aspectos discursivos e relacionais dinamicamente orientados por valores, os quais marcam os campos sociais da experiência (Davies & Harré, 1990; Langenhove & Harré, 1998; Valsiner, 2012). Sobre isso, Mcvee (2011) pontua que deve-se examinar o posicionamento dentro dos processos discursivos na análise de uma posição.

Sobre a Teoria do Posicionamento, Mcvee (2011) faz um apanhado dos principais aspectos sobre as definições de posições presentes nessa teoria desenvolvida por Harré e colaboradores. Dentre as principais características da teoria, está a atenção ao discurso nas dimensões individual, grupal institucional. Dessa forma, as posições possuem propriedades individuais e sociais que formam o chamado triângulo de posicionamento “posição, discurso e outros atos e enredo” (Mcvee, 2011, p. 6).

Em contextos militares, por exemplo, a Teoria do Posicionamento pode contribuir para o conhecimento que os participantes do contexto têm nos planos individual e coletivo, no que concerne às questões de poder que, dada a devida atenção, colaboram para as posições discursivas dos indivíduos no ambiente. Assim, a produção discursiva do *self* permeia os posicionamentos dos sujeitos no que se refere às esferas pessoal e profissional. Nesse sentido, as experiências cotidianas e os discursos em relação aos papéis sociais e ações direcionam as práticas discursivas de maneira a favorecerem constituição do *self* (Harré, 2012; Mcvee, 2011). De acordo com os autores, a teoria leva em consideração que são possíveis diversas posições em qualquer contexto social e, que por serem dinâmicas, as posições podem ser realocadas pelos sujeitos na reconstrução de experiências e discursos anteriores.

Interessa a esta pesquisa chegar à compreensão da mudança individual de mulheres policiais em suas trajetórias de desenvolvimento em corporações militares, os quais além de serem predominantemente masculinos, refletem valores misóginos, conforme destacamos na seção ante-

rior, a partir da interface das culturas pessoais e coletiva. Nessa trilha, o estudo ainda abrange a compreensão dos aspectos que podem levar as mulheres a se situarem a partir de posições individuais, morais, ou institucionais dentro de suas narrativas. A constituição do sujeito, portanto, parte da organização dos valores pessoais sugeridos por valores institucionais e culturais, reciprocamente. Nessa direção, a teoria pode facilitar a compreensão das novas posições discursivas construídas pelas mulheres policiais no contexto de suas narrativas.

Hollway (2003) menciona que certos discursos assumidos pelos sujeitos advêm do cumprimento de funções sociais das quais estão imbuídos. O conceito da autora amplia a compreensão de como as identidades são construídas discursivamente na assunção de determinadas posições sociais. E quanto à mulher policial militar? Qual a relação entre a função social que desempenha e os posicionamentos assumidos em seu discurso? Como os valores da Polícia Militar influenciam a negociação das posições desses sujeitos no discurso?

Segundo Langenhove e Harré (1998), as possibilidades de ação pessoal são afetadas pelos espaços sociais assumidos e evidenciam um complexo de atributos pessoais negociados nas interações com o meio. No estudo sobre diferenciação de gênero e a produção de subjetividade nos discursos, Hollway (2003) menciona que os significados e valores incorporados às práticas de um indivíduo fornecem poderes por meio dos quais ele pode se posicionar em relação aos outros.

No contexto desta pesquisa, os valores podem ser ilustrados na forma como os policiais militares devem se portar na vida profissional, que têm como base a noção de preservação da imagem e integridade da instituição, evitando-se que a reputação da Polícia Militar seja desabonada devido à má conduta de seus integrantes. É notável a tentativa de resguardo dos valores institucionais, como dispõe o Estatuto dos Policiais Militares da PMDF (Presidência da República, 1984b). Sobre isso, (Cunha, 2018) menciona que, em razão da relevância das atividades exercidas, a reputação do policial militar perante o público é requerida com mais rigidez por seus regu-

lamentos, tendo em vista a necessidade primária da instituição de preservar sua imagem socialmente.

O decoro da classe, citado no Regulamento Disciplinar do Exército (Presidência da República, 2002), aplicado à PMDF, por exemplo, é um princípio que se refere ao valor moral e social da corporação e retrata a preocupação da corporação no que concerne a preservação e manutenção de uma imagem incorrupta. De acordo com Cunha (2018), o decoro da classe é um valor que deve se adequar ao estilo e objetivos da instituição. Sobre isso Cunha (2018, p. 26) salienta que:

Os membros das instituições militares, desde seu ingresso e até mesmo na inatividade, participam ativamente do espírito de corpo militar, ou seja, do cumprimento irrestrito dos deveres éticos e dos valores militares, de maneira que, inclusive a vida privada do militar fica condicionada ao cumprimento destes deveres. (p. 26)

Isso significa que a condição de militar traz de forma mais intensa e extrema, os preceitos a serem seguidos em prol da instituição e sua imagem perante a sociedade. A partir dessa análise, a participação de mulheres no ambiente militar, como dito em seções anteriores, não foi cogitada em sua origem, no entanto, concebe-se que a inserção do efetivo feminino trouxe uma realidade que pressupõe a sujeição aos regramentos e a observância dos princípios e valores ofertados pela instituição. Com efeito, tanto o sujeito quanto as instituições promovem a dinâmica cultural na qual, por meio da socialização, são transmitidos os valores, crenças e regras (Branco, 2016; Valsiner, 2007, 2012).

A realidade de mulheres policiais militares está sujeita à emergência de pontos de contato e tensão, devido ao processo de coconstrução de valores e aos padrões relacionais específicos sugeridos. O desenvolvimento de valores humanos toma lugar de importância no desenvolvimento, pois são os valores que orientam as ações dos sujeitos e os situam nos processos sociais. As

crenças e os valores, portanto, definem a partir das expectativas e normas sociais, o lugar do indivíduo no grupo (Palmieri & Branco, 2004). Segundo Valsiner (2012), toda interpretação feita pelo ser humano é munida de valor e, de acordo com ele, essa ideia demonstra a importância do valor social recebido das relações.

O decoro da classe, exemplificado em parágrafos anteriores, manifesta-se na medida em que os sujeitos internalizam esse conceito e o identificam como um valor institucional que é co-construído no processo de socialização. Apesar de existir um código de conduta que apresenta esse valor como uma expectativa social, os significados produzidos e a adoção desse valor pelo indivíduo surgem das mútuas interações que acontecem nos grupos de policiais militares. Essa coconstrução pressupõe o encontro dos valores pessoais e sociais que promovem mudanças em ambientes específicos. Sobre isso, Valsiner (2012) aponta que existe uma constante tensão entre a cultura pessoal e a cultura social da qual a pessoa passa a fazer parte. De acordo com o autor, a junção desses opostos promove o encontro de novos significados e mudanças no embate entre os sentidos pessoais e as sugestões sociais.

Vimos argumentando em favor de uma visão multifacetada de desenvolvimento que considera concomitantemente a pessoa, sua participação nos grupos e os papéis que exerce em suas práticas sociais. A interação de mulheres policiais militares em ambiente predominantemente masculino e de valores institucionais que desvalorizam a atuação feminina, pode ser apreciada por essa perspectiva de desenvolvimento, pois a presença e atuação contínua na instituição promovem sua transformação e desenvolvimento ao longo do tempo. Nessa direção, entender os processos em que ocorrem as interações socioculturais é fundamental para a compreensão de desenvolvimento humano, tendo em vista que a noção de relações sociais e institucionais tende a extrapolar o sentido reduzido desses termos. Para além disso estão, portanto, os valores, os signi-

ficados e os princípios presentes de forma diferenciada e específica em cada grupo (Madureira & Branco, 2005).

Pinto e Branco (2009) asseveram que nesse processo de interação contínua, a pessoa e o contexto coconstruem ativamente “crenças, valores, padrões interativos e práticas específicas nos níveis cultural e subjetivo” (p. 512). Segundo as autoras, há um processo de negociação que permite aos indivíduos, à medida que interagem com o meio, agir com intencionalidade e, ao mesmo tempo, tomar consciência de si e dos outros ao seu redor. Ademais, a constituição do ser humano se dá no movimento desses fenômenos dinâmicos que, carregados de complexidade, possibilitam múltiplas trajetórias ao longo do processo de desenvolvimento da vida dos sujeitos (Madureira & Branco, 2005; Palmieri & Branco, 2004).

Nessa direção, considera-se a imprevisibilidade das experiências afetivas e os eventos disruptivos no direcionamento das trajetórias de vida dos indivíduos, como um leque de possibilidades de ações e posicionamentos. Diante disso, o conceito de posicionamento combinado com a noção de valores direciona as próximas reflexões sobre as trajetórias de desenvolvimento dos sujeitos desta pesquisa. A próxima subseção lança luz sobre as relações existentes entre trajetórias de vida, tempo irreversível e desenvolvimento humano.

Modelo de Equifinalidade de Trajetórias e Desenvolvimento

Com o intuito de descrever o desenvolvimento humano no curso de vida, serão apresentados, nesta subseção, conceitos sobre o modelo de equifinalidade de trajetórias, modelo o qual, em uma composição estrutural interdisciplinar, analisa ao longo do tempo os sujeitos em seus contextos (Daaleman & Elder, 2007). Em uma visão contextual, o curso de vida é orientado a partir de fundamentos sociais e institucionais, nos quais são formadas as conexões relacionais entre as pessoas. (Daaleman & Elder, 2007; Sato et al., 2009, 2016). Elder et al.(2003) apontam que o

estudo das trajetórias de vida adveio da necessidade de se compreender as implicações que os trajetos sociais trazem ao desenvolvimento humano. Além de mencionarem em medida esse desenvolvimento é influenciado pelas condições pessoais e histórico-sociais. O estudo desses autores reflete a tentativa de se esclarecer como as vidas são socialmente organizadas e como os indivíduos percorrem os “caminhos sociais” (p. 8).

Em (Sato et al., 2009), o Modelo de Equifinalidade de Trajetórias (TEM) lança a noção de transformação de potencialidades em realidades. Segundo esses autores, as definições de equifinalidade e trajetórias estão fortemente relacionadas, pois trajetórias são traçadas após se estabelecer um ponto de equifinalidade. De forma simplificada, as autoras trazem o conceito de que o TEM “é o método que serve para descrever os cursos de vida das pessoas dentro de um tempo irreversível” (p. 226). Nessa perspectiva, o modelo permite que se olhe para as trajetórias não ocorridas no passado e/ou potencialmente futuras como um processo de construção complexa das histórias de vida no curso do desenvolvimento humano.

A noção de tempo pressupõe variabilidade e instabilidade, sendo conceito essencial no estudo do curso de vida. Com efeito, a ideia de estabilidade das trajetórias não representa o dinamismo e a variabilidade do indivíduo com o ambiente no tempo irreversível (Sato et al., 2007, 2009). O TEM analisa os eventos significativos da vida da pessoa a partir da confluência e dissensão do seu curso de vida (Sato, 2011; Sato & Valsiner, 2010). Nesse modelo, equifinalidade é o ponto comum temporário organizado historicamente em um processo que envolve a passagem por ambiguidades e imprecisões até a tomada de decisões pelos sujeitos (Sato et al., 2007, 2009; Sato & Valsiner, 2010). No cenário desta pesquisa existem trajetórias reais e potenciais que têm elementos singulares e outros que são compartilhadas por mulheres policiais militares em contextos de experiências semelhantes. Assim, essas agentes de pesquisa passam a ser consideradas a partir da análise do tempo e da mudança, que são dois aspectos importantes no estudo do desen-

volvimento. O TEM considera o tempo e a mudança ao discutir sobre o ponto convergente alcançado, mesmo que temporário, após uma desorganização ou crise do *self*. Nesse caso, as mudanças se manifestam após a passagem por um evento disruptivo, ou seja, rupturas acontecem após a necessidade de mudanças no curso de vida e a cada perspectiva não consumada (Kadianaki & Zittoun, 2014; Sato et al., 2007, 2009, 2016; Zittoun, 2006). Lopes de Oliveira (2019) sustenta que a mudança nas expectativas contribui para o reposicionamento dos sujeitos nos contextos sociais e possibilita a manifestação de novos sentidos subjetivos/pessoais. Sobre isso, Kadianaki e Zittoun (2014, p. 193) apontam que “acontecimentos vividos como rupturas são, portanto, sinônimos de destruição dos significados existentes, das formas de se definir e de agir, até que sejam tratados como significativos”.

Nessa acepção, em meio a uma trajetória de desenvolvimento pessoal, a ocorrência de eventos variados concorre para uma desordem a qual interrompe um determinado fluxo ou direção de desenvolvimento, ao gerar uma descontinuidade no curso normativo ou esperado. Essa mudança no curso do desenvolvimento altera um resultado certo anteriormente previsto e abre novas possibilidades, como se outros caminhos emergissem, tornando-se passíveis de serem escolhidas pelo agente. São, portanto, pontos de bifurcação que marcam as escolhas presentes projetadas para o futuro, mas que já trazem mudanças imediatas e ressignificam o presente.

De forma abrangente, o conceito de equifinalidade representa a ideia de que a experiência humana é um processo contínuo e sem fim, no qual a noção de sistema aberto deve ser considerada, pois a estrutura psicológica humana é também caracterizada por esse mesmo princípio (Sato & Valsiner, 2010). A ideia de sistema aberto demonstra a multilinearidade das trajetórias e a diversidade presente no curso de vida dos sujeitos, na qual a equifinalidade corresponderia a um ponto comum, definido quer pelas instituições da cultura, ou por outros determinantes socioculturais, que tende a caracterizar os cursos de vida de muitos membros de uma coletividade.

As particularidades das trajetórias de mulheres policiais, bem como as rupturas e transições ao longo de desenvolvimentos de seus cursos de vida podem ser analisadas a partir do modelo apresentado. Deve-se considerar para tal, que o estudo de trajetórias parte do princípio que envolve a retrospectiva do passado, a exploração do presente e a análise da projeção de eventos futuros, sem desconsiderar a irreversibilidade do tempo e as mudanças dos sujeitos influenciadas por essa condição.

Valsiner (2012) reforça essa ideia ao afirmar que as experiências passadas dos sujeitos, apresentadas por meio de signos, tecem o próximo momento da experiência. Essa afirmação reflete a noção de que os seres humanos são “migrantes mentais e permanentes aventureiros” (p. 109). Nessa percepção, a fronteira do tempo irreversível assegura a novidade das experiências e a singularidade dos cursos de vida em desenvolvimento. Esse autor esclarece que:

O momento presente na vida de alguém é essa fronteira. Nós nos movemos a partir de nossos passados pessoais em direção aos futuros neles contidos e o infinitamente pequeno momento “do presente” é a fronteira inevitável a ser cruzada - apenas para ser refeita em uma nova forma. (p. 110)

Nessa ótica, o autor indica que o passado, presente e futuro são elementos que se definem mutuamente e são assumidos pelos sujeitos como unidades inseparáveis. Essa definição suscita um importante aspecto do tempo irreversível: a noção de transformação do sujeito em suas relações com o mundo, o que torna tal transformação “necessariamente ambivalente”, conforme (Valsiner, 2012, p. 112). Nesse contexto, o autor também considera o tempo e a mudança no que concerne às possibilidades de ação (pontos de bifurcação) apreciadas pelos sujeitos em seus cursos de vida. É esse cenário de possibilidades que leva os indivíduos a um ponto comum convergente – ponto de equifinalidade – condizente com suas escolhas, as quais são carregadas de valor e significado (Sato et al., 2009).

Apesar de as trajetórias serem amplamente catalisadas por signos ofertados pelas instituições sociais, contextos históricos e seus efeitos, são os próprios sujeitos que elaboram seus cursos de vida a partir das escolhas entre os possíveis caminhos apresentados, reais ou potenciais. Essas trajetórias surgem da emergência de transições e mudanças que alteram ou criam outras possibilidades de ação, momento em que são oferecidas novas alternativas de escolha aos sujeitos (Elder et al., 2003).

Neste estudo, o modelo de equifinalidade contribui para compreensão do porquê as mulheres policiais militares pensam de forma convergente com os valores dominantes na corporação, como demonstrado em entrevistas realizadas durante a pesquisa. O discurso e o posicionamento dessas mulheres divergem do discurso social contemporâneo sobre a inclusão de mulheres e a promoção da igualdade nos ambientes corporativos. A tendência atual é a não aceitação de formas de discriminação relacionadas ao gênero (Cirino, 2021; Lima, 2018; Proni & Proni, 2018). O ambiente predominantemente masculino e os discursos negativos sobre a participação de mulheres nesse contexto (Araújo, 2017; Cappelle & Melo, 2010; Francisco & Bila, 2019) podem fazer emergir pontos de bifurcação nos cursos de vida das policiais. Novas possibilidades de ação são oferecidas com base nos valores sociais e institucionais dominantes. E, a partir disso, chega-se a um ponto de equifinalidade que permite uma continuidade minimamente coerente, mesmo que temporária, dentro da trajetória escolhida (Sato et al., 2007, 2009, 2016).

Nesta seção foi discutida a relação interdependente existente entre tempo irreversível, trajetória e equifinalidade para a compreensão do desenvolvimento humano e como esses conceitos podem contribuir para o entendimento das trajetórias de mulheres policiais em seus cursos de desenvolvimento. O modelo de equifinalidade mostra-se importante, pois coloca em evidência a dinâmica do desenvolvimento humano a partir da análise de trajetórias de vida e o complexo processo de construção de significados pelos agentes desta pesquisa.

CAPÍTULO III

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender processos de significação de mulheres policiais militares em relação aos valores institucionais da corporação militar do Distrito Federal.

Objetivos Específicos

1. Compreender como as policiais militares se posicionam nas dinâmicas de trabalho e como os posicionamentos interferem nas posições de si.
2. Analisar como as participantes narram mudanças pessoais profissionais em meio a um contexto institucional masculino.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

Fundamentação do Método

A vida humana desenvolve-se na complexidade dos processos. A construção de novas formas de existência propicia a continuidade dos fenômenos tipicamente humanos. Sem essa noção de desenvolvimento, as investigações sobre o ser humano reduzem-se a um tipo particular de método, objetivamente limitado. Isso não quer dizer que a objetividade afronte a construção do conhecimento sobre os fenômenos. Entretanto, considerando que “a objetividade é um valor moral, em vez de um estado de coisas que se destaca por si só” (Valsiner, 2018, p. 18), apenas esse conceito não consegue alcançar a complexidade dos processos de desenvolvimento humano. Com efeito, o estudo dos processos dinâmicos da vida humana exige novas formas de pensar os sujeitos, os ambientes e as relações. Isso posto, a construção científica também “tem lugar no mundo subjetivo do construtor do conhecimento” (Valsiner, 2012). Nesse sentido, as infinitas possibilidades de existência no mundo pressupõem novas formas de fazer pesquisa e, segundo Howitt (2019, p. 6), esse “processo envolve mudanças revolucionárias na maneira como a ciência vê seu assunto”.

Este estudo é orientado pelos pressupostos da metodologia qualitativa, que permite a compreensão da realidade na complexidade e dinamicidade que lhe é própria. Stake (2011) descreve que o estudo qualitativo é interpretativo e “fixa-se nos significados das relações humanas a partir de diferentes pontos de vista” (p. 25). O autor destaca que esse tipo de pesquisa tenta alcançar a compreensão de casos únicos e comuns em contextos específicos, dos quais emergem múltiplos significados. Segundo Willig (2013), a abordagem qualitativa é caracterizada por uma ori-

entação de descobertas inesperadas, sendo essencial a compreensão do processo pelo qual o conhecimento é construído.

Mas qual a importância de se conduzir esta pesquisa a partir da abordagem qualitativa? Flick (2009) ressalta que “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (p. 20). Portanto, a adoção da metodologia qualitativa está em consonância com as intenções desta pesquisa, pois a contribui para o entendimento das dinâmicas do mundo real de mulheres policiais militares. E, ainda, possibilita melhor compreensão dos significados irrompidos da relação entre sujeitos e os contextos.

Esta pesquisa não investiga situações artificiais produzidas em laboratório, mas as práticas e as interações dos sujeitos na vida cotidiana. A escolha do método, portanto, representa o caminho condizente com as “peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos” (Flick, 2009, p. 37). No delineamento desta pesquisa, o estudo de caso mostrou-se abordagem oportuna por permitir a exploração profunda do caso dentro do contexto (Willig, 2013). Questões relacionadas à mulher policial militar em contexto predominante masculino e à influência dos valores institucionais no posicionamento dessas mulheres, podem ser mais bem investigadas por esse enfoque. Nesse sentido, a possibilidade de aprofundamento nas especificidades do caso, bem como a imersão das relações complexas podem ser favorecidas por meio do estudo de caso (Flick, 2009; Willig, 2013; Yin, 2016).

Segundo Willig (2013), os estudos de caso abrangem diversas fontes de informações no alcance da compreensão aprofundada sobre o fenômeno investigado. Isso envolve o uso de procedimentos de coleta e análise de dados variados, os quais enriquecem a pesquisa de estudo de caso. Sobre isso, o autor enfatiza que o caso pode ser abordado de diversas perspectivas diferentes que “por sua vez, facilita a apreciação das várias dimensões do caso, bem como sua inserção

em seus vários contextos — sociais, físicos, simbólicos, psicológicos” (p. 300). Apresenta-se nas seções que se seguem, o caminho metodológico traçado para a realização do estudo proposto.

Método

Participantes e Contexto

Este estudo, em suas duas etapas, contou com a participação de nove mulheres policiais militares. A primeira etapa da pesquisa foi desenvolvida com a participação de quatro mulheres com diferentes perfis profissionais, as quais se encontravam em fases e funções distintas da carreira. A segunda foi realizada com cinco participantes que possuíam o mesmo tempo de serviço na instituição, além de experiência em ambas as áreas, administrativa e operacional da Polícia Militar. Apesar de o estudo ser feito com mulheres pertencentes à Polícia Militar do Distrito Federal, todo o processo foi desenvolvido fora das estruturas físicas dessa instituição, com o intuito de permitir maior confiança e abertura das policiais militares participantes.

O interesse pelo tema abordado no estudo se dá pela experiência da pesquisadora que é policial militar há onze anos. A vivência pessoal e profissional da pesquisadora instigou as questões de pesquisa e suscitou reflexões sobre o lugar na mulher na instituição. Assim, a prática do trabalho policial e a aproximação com a realidade da polícia militar levaram aos caminhos de pesquisa voltados à temática. O acesso às participantes foi pensado de forma que facilitasse o processo de pesquisa. Portanto, a pesquisadora selecionou mulheres policiais conhecidas, pois o convite para a participação seria mais simples e menos burocrático. As participantes da primeira fase são mulheres que já haviam se relacionado com a pesquisadora em algum momento profissional, seja em cursos, na atividade administrativa e atividade fim.

As participantes da segunda fase eram todas conhecidas da pesquisadora por terem ingressado no mesmo curso de formação e caracterizam-se por terem passado pela mesma experi-

ência profissional no mesmo espaço e tempo. Essa realidade em que a pesquisadora é também policial militar traz implicações nas possibilidades de interpretação, pois sua imersão e conhecimento da cultura pode facilitar a compreensão de certos dados, mas também pode prejudicar a neutralidade em momentos específicos. Nesse sentido, a orientação recebida durante o processo de pesquisa foi significativa por proporcionar a harmonia entre as possíveis implicações relacionadas à aproximação da pesquisadora com o campo de estudo. A busca por esse equilíbrio no processo de pesquisa, não desconsidera que o pesquisador é sujeito ativo na construção do conhecimento e atua dinamicamente na relação com as participantes e com a cultura.

Instrumentos

Nesta pesquisa, foram utilizados como instrumentos, quatro entrevistas individuais semi-estruturadas e uma roda de conversa. Apesar de a pesquisadora ter realizado observação do contexto, devido a sua imersão no campo por ser policial militar, os dados observados não foram sistematizados e registrados nesta pesquisa, portanto não fizeram parte da análise e resultados. Tais observações serviram apenas de base para reflexões sobre as relações profissionais entre homens e mulheres no contexto da polícia militar. A coleta de dados por meio de múltiplos instrumentos é justificada pela natureza complementar subjacente, haja vista as vantagens e limitações presentes em cada instrumento, quando utilizados separadamente.

Ressalte-se que a segunda fase da Roda de conversa foi planejada após a pesquisadora não ter alcançado resultado satisfatório nas entrevistas individuais no que se refere às hipóteses levantadas inicialmente e aos objetivos propostos. As falhas percebidas na primeira fase da pesquisa referem-se à inexperiência da pesquisadora com entrevistas individuais, à escolha do perfil das participantes e às expectativas presentes no roteiro de entrevista que não se confirmaram durante o processo. Essas questões suscitaram questionamentos e dúvidas sobre a clareza dos dados

coletados, o que resultou na necessidade de se refletir sobre uma segunda fase que buscasse caminhos diferentes para o alcance dos objetivos.

Entrevistas Individuais Semiestruturadas

Fundamentadas a partir das ideias de Bauer e Gaskell (2008), o ponto de partida para a realização das entrevistas semiestruturadas é o pressuposto de que o mundo social é construído ativamente pelos sujeitos em suas experiências sociais. Esse tipo de entrevista qualitativa “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (Bauer & Gaskell, 2008, p. 60). Segundo os autores, o objetivo desse tipo de entrevista é uma compreensão detalhada do comportamento das pessoas em contextos sociais específicos. A Tabela 3 apresenta informações sobre as entrevistas individuais e as características heterogêneas do perfil profissional das participantes.

Tabela 3

Informações Sobre as Entrevistas Individuais das Participantes

| Participante | Idade (anos) | Posto/Graduação Oficiais e Praças | Tempo de serviço (anos) | Duração da entrevista |
|--------------|--------------|--------------------------------------|----------------------------|--------------------------|
| 1 | 50 | 1º TEN QOPMA | 30 | 01:29:42 |
| 2 | 40 | CAP QOPM | 20 | 00:55:14 |
| 3 | 36 | SD QPPMC | 6 | 00:28:33 |
| 4 | 32 | CADETE 1º ANO | 6 | 01:08:04 |

Para a realização das entrevistas foi elaborado um tópico guia a partir dos eixos norteadores da pesquisa. Esse tópico guia “deve ser planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa” (Bauer & Gaskell, 2008) e é parte essencial do processo de pesquisa. Buscou-se, portanto,

criar um ponto de discussão para cada objetivo proposto da pesquisa. Nesse sentido, as questões levantadas foram pensadas com a intenção de instigar as mulheres policiais a contar sobre suas trajetórias de vida e a influência dos valores institucionais em suas atitudes e percepção de suas realidades. A compreensão dos posicionamentos oriundos das relações compartilhadas em ambiente onde a presença das mulheres é quantitativamente reduzida, também foi ponto de interesse nas questões propostas.

Roda de Conversa

A roda de conversa foi realizada a partir das principais ideias manifestadas nas entrevistas individuais; no entanto, houve uma flexibilização para que as questões se adaptassem à modalidade de roda de conversa e suas particularidades. A roda de conversa, pela dinamicidade e liberdade dos discursos, proporciona proximidade entre as participantes e os temas abordados. Bauer e Gaskell (2008) mencionam que nesse tipo de dinâmica ocorre “uma interação, uma troca de ideias e significados em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas” (p. 73). A Tabela 4 apresenta informações sobre a roda de conversa e as características homogêneas do perfil profissional das participantes.

Ademais, por sua natureza dialógica e interacional, as narrativas promovidas em roda de conversa podem manifestar ideias e significados menos perceptíveis e acessíveis na entrevista individual. Ressalte-se que as participantes da roda de conversa escolheram nomes fictícios pelos quais gostariam de ser chamadas.

Tabela 4*Informações Sobre a Roda de Conversa Com as Participantes*

| Participante | Idade (anos) | Graduação | Tempo de serviço (anos e meses) | Duração da roda de conversa |
|--------------|--------------|--------------|------------------------------------|--------------------------------|
| Ana Maria | 35 | 3° SGT QPPMC | 11 anos e 6 meses | |
| Larissa | 42 | 3° SGT QPPMC | 11 anos e 3 meses | |
| Maria | 37 | 3° SGT QPPMC | 11 anos e 3 meses | 01:38:56 |
| Priscila | 38 | 3° SGT QPPMC | 11 anos e 3 meses | |
| Sara | 36 | 3° SGT QPPMC | 11 anos e 3 meses | |

Procedimentos de Construção de Dados

Primeiramente, foi obtido parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Brasília (UnB), seguindo as orientações das resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde e o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Feito contato com nove mulheres policiais militares, das quais quatro delas participaram de entrevistas individuais e cinco, de uma roda de conversa. A condição de policial militar da pesquisadora favoreceu uma inevitável imersão no campo de pesquisa, o que facilitou a observação dos sujeitos e do meio durante o desempenho de atividades próprias da profissão. Foi realizada, ainda, análise de documentação institucional correlata para melhor compreensão histórica sobre a mulher no contexto institucional. As entrevistas semiestruturadas foram marcadas com antecedência e realizadas presencialmente, de acordo com disponibilidade das participantes e em local escolhido por elas. No início de cada entrevista foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e esclarecidas as questões sobre a pesquisa antes da assinatura pela participante. As entrevistas foram iniciadas somente após as dúvidas das participantes terem sido sanadas e do TCLE ter sido assinado. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de forma individual a partir de um roteiro

previamente definido. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, foram feitas as transcrições integrais das gravações.

A roda de conversa foi realizada por meio de videoconferência, de acordo com a disponibilidade das participantes. Na semana anterior à realização da roda de conversa foi entregue o TCLE às cinco participantes de forma presencial pela pesquisadora, as quais assinaram depois de apresentadas algumas questões sobre o estudo e esclarecidas as dúvidas sobre a pesquisa. A roda de conversa foi gravada com o recurso de áudio e vídeo disponível em aplicativo de videoconferência e, posteriormente, transcrita na íntegra. Todas as participantes foram contatadas por telefone com antecedência mínima de dois meses da realização das entrevistas e foi mantido contato via WhatsApp durante todo o processo que culminou na realização das entrevistas individuais e da roda de conversa.

As observações diárias feitas pela pesquisadora em seu ambiente de trabalho foram anotadas de acordo com a relevância e pertinência atribuídas pela pesquisadora. Após interações com mulheres e homens policiais, a pesquisadora fazia as anotações que considerava significante para a complementação dos dados desta pesquisa. A pesquisadora fazia as anotações a partir da observação das conversas diárias entre policiais. As interações observadas ocorreram durante atendimentos de ocorrências externas ou no serviço administrativo realizado internamente no Batalhão. A análise de documentação institucional foi viabilizada por meio do banco de dados da Polícia Militar, do qual a pesquisadora tem acesso devido ao trabalho administrativo que realiza, além de outras buscas feitas fora da instituição (biblioteca, internet e outros bancos de dados).

Esse processo baseado em várias fontes de evidência foi possível a partir da adoção da presente abordagem metodológica de pesquisa, que permitiu a aproximação do objeto de estudo e a preservação da sua complexidade. Como, neste estudo, optou-se pelo estudo de casos múltiplos (Yin, 2016), foi possível preservar a singularidade dos casos e, ainda, aproximar-se de uma análi-

se mais ampla dos processos de mudança e significação dos sujeitos pesquisados. Essa escolha permitiu a observação direta do contexto, a manifestação de narrativas oriundas das entrevistas e da roda de conversa, relatos e informações contextualizados pelos sujeitos, bem como a observação da pesquisadora como participante do ambiente investigado.

Procedimento de Análise dos Dados

A análise temática dialógica proposta neste estudo pressupõe a produção de significados em interação e dialoga com o processo de pesquisa apresentado. Em virtude dessas características, permite a identificação dos significados em interações que ocorrem nas dinâmicas de negociação entre os participantes de pesquisa (Barbato, et.al., 2016). Conforme Cândido da Silva e Borges (2017), os textos se compõem de vozes e estas se articulam na construção das narrativas, sendo, portanto, essencialmente polifônicos. As autoras ressaltam, que “não apenas as vozes presentes no discurso apontam para o que se quer comunicar e negociar, mas a ausência de certas vozes, ou seja, os silêncios também são reveladores do discurso” (p. 248). Tendo em conta esses aspectos, as informações geradas em entrevistas individuais e em roda de conversa nuclearam-se em torno de um tema central: estruturação patriarcal das relações de trabalho. Esse tema foi posteriormente subdividido em 10 subtemas, como consta na Tabela 5.

A análise das informações deu-se, primeiramente, por meio de leituras sucessivas da transcrição das entrevistas individuais, realizadas pela pesquisadora. As entrevistas individuais foram realizadas com quatro participantes de características heterogêneas, no que se refere ao tempo de serviço, idade, atividades, etc. O roteiro de entrevista semiestruturada planejado para as entrevistas individuais buscou a compreensão dos significados de ser mulher em uma instituição predominantemente masculina, bem como a compreensão dos valores culturais da corporação e a manifestação dos posicionamentos das participantes em relação a esses valores.

Tabela 5*Subtemas Inicialmente Identificados*

| Subtema | Grupo temático 1 |
|---------|---|
| 1 | A contradição do pertencimento |
| 2 | Força física e força intelectual |
| 3 | Preconceito |
| 4 | Machismo |
| 5 | Violência de gênero: ostensiva e velada |
| 6 | A mulher e o lugar de menos valia: ter que provar seu valor |
| 7 | A condição especial da mulher como policial |
| 8 | Subalternidade da mulher |
| 9 | Referência binária |
| 10 | A mulher é essencial em tarefas típicas femininas |

Inicialmente, o caminho metodológico planejado focava-se em uma única fase com as entrevistas individuais e pretendia-se a realização da análise e apresentação dos resultados a partir dos dados extraídos das quatro entrevistas. No entanto, a transcrição das quatro entrevistas individuais foi debatida em reunião de pesquisa por um painel de juízes especialistas, os quais contribuíram para a avaliação da pesquisadora sobre as possibilidades interpretativas do conteúdo das referidas entrevistas e possíveis limitações do instrumento roteiro de entrevista. A partir da leitura e discussão da transcrição das entrevistas individuais entre a participante e juízes especialistas, foram delineadas novas questões de pesquisas. Assim, a pesquisadora chegou ao entendimento de que uma entrevista em grupo, com participantes que detivessem perfis mais similares (em termos de tempo de atuação como policial, tipos de experiências na corporação militar e trajetórias de desenvolvimento pessoal e profissional), traria percepções mais aprofundadas sobre as negociações e posicionamentos das mulheres policiais militares.

Dessa forma, esse processo de discussão e debate contribuiu para o delineamento dos próximos passos da pesquisa, que resultou na decisão de realização de uma outra etapa de coleta de dados, no caso, uma roda de conversa, que possibilitasse evidenciar a negociação de sentidos sobre o trabalho entre as policiais femininas. Ao final, o exame de entrevistas individuais e as contribuições, oriundas do debate pelo grupo de especialistas sobre as dinâmicas comunicacionais, resultou na identificação de 10 subtemas, que foram definidos em função de sua ocorrência e significado nas narrativas das participantes, como demonstrado na Tabela 5. Posteriormente, tais subtemas foram reagrupados pela pesquisadora em quatro temas, como elencado na Tabela 6.

Tabela 6

Organização Final de Temas

| Tema | Grupo temático 2 |
|------|---|
| 1 | Violência e preconceito de gênero |
| 2 | Processos de desenvolvimento da mulher policial militar |
| 3 | Menos valia do trabalho feminino |
| 4 | Referência binária: habilidades físicas/intelectuais |

Os resultados dessa etapa da pesquisa, que envolveu as entrevistas individuais e discussão entre o grupo de especialistas e a pesquisadora, culminaram no planejamento da roda de conversa e, posteriormente, na construção de mapas de significados, que serviram de base para a análise de dados, produção de resultados e discussão. Durante todo o processo da análise buscou-se identificar o tema central, temas, subtemas e significados relacionados às trajetórias das participantes, a partir do exame dos posicionamentos e narrativas evidenciados ao longo das interações durante as entrevistas e a roda de conversa. O conjunto dessas informações deu base à construção de um mapa consolidado de significados gerais, o qual abrangeu as principais ideias extraídas das narra-

tivas das cinco participantes da roda de conversa. Essas ideias foram sintetizadas e organizadas em quatro temas finais na primeira fase da pesquisa, como descrito na Figura 7. Essa relação entre as ideias produzidas na roda de conversa e os temas inicialmente identificados foi possível, devido à manifestação de significados que, apesar de produzidos na dinâmica de grupo, apontou para os mesmos temas verificados na primeira fase da pesquisa. Após a produção do mapa consolidado de significados gerais, foram construídos cinco mapas de significados individuais, os quais formam o campo de significados construído durante a interação do grupo.

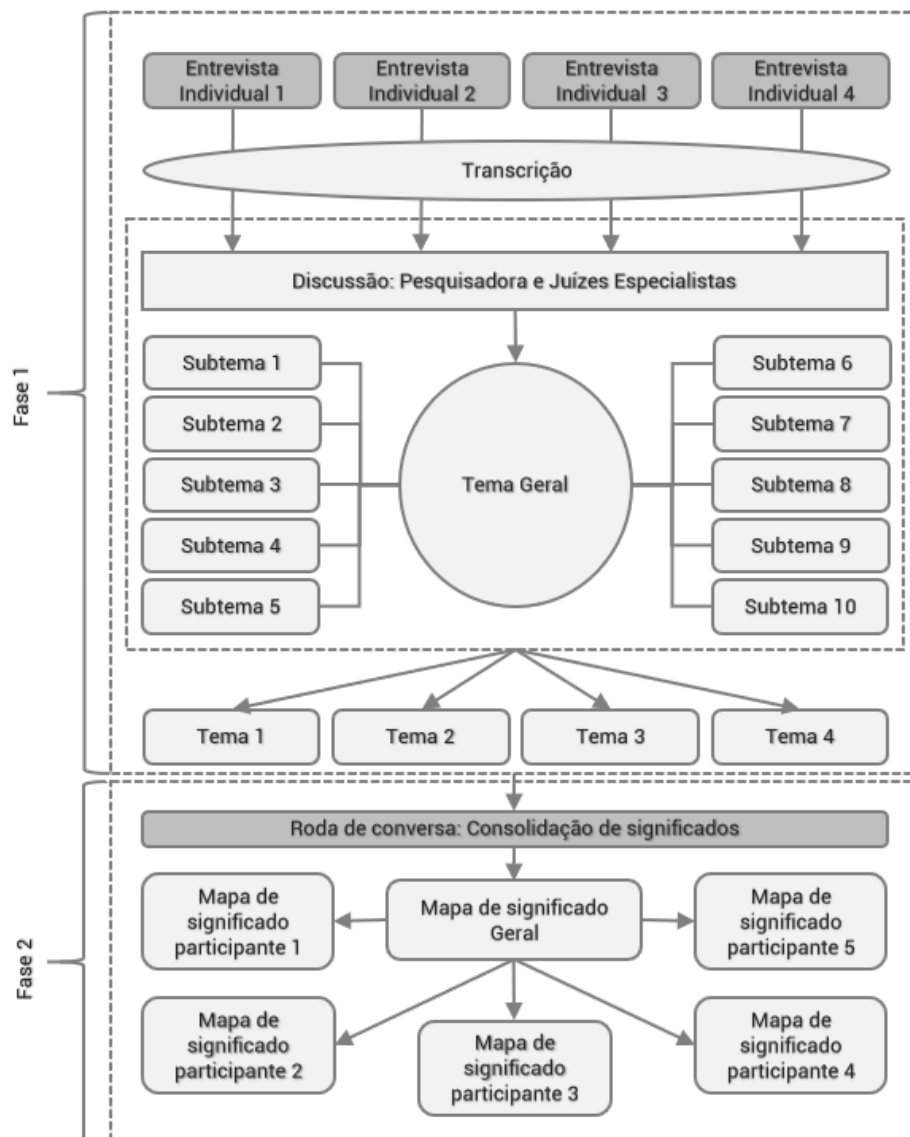
O planejamento da roda de conversa foi guiado pela necessidade de se entender a cultura militar e o papel das policiais femininas nesse contexto (com ênfase em aspectos de aceitação social, posicionamentos e percepção do outro, sobretudo os policiais, sobre o trabalho e a presença feminina no cotidiano de trabalho na instituição). Com esse fim, foi adotado um dispositivo disparador de narrativas, recurso assim nomeado pela pesquisadora, por manifestar de forma ostensiva e polêmica a baixa representação social e a inferiorização da mulher na cultura daquela instituição. O impulsionador de narrativas escolhido foi uma frase, amplamente conhecida e reproduzida com frequência nas interações profissionais das participantes, com significado bastante representativo dos valores da instituição. A Figura 1 apresenta o desenho da pesquisa com a representação das fases e do tipo de análise utilizada.

À luz do aporte teórico e reflexões metodológicas utilizadas durante o estudo, buscou-se na análise, a conformidade entre os significados alcançados e os objetivos indicados. Nesse contexto, as interpretações e considerações foram apoiadas na noção de que “os elementos culturais incidem sobre o narrar, marcando passagens, a entrada de novas vozes na tessitura da história e funcionando como contextos de identificação e mudança” (Barbato et al., 2016). A esse respeito, Cândido da Silva e Borges (2017) enfatizam que a identificação dos processos narrativos, que

refletem as mudanças de posicionamento do *self* e as transições de significados nas relações dialógicas e processos narrativos.

Figura 1

Diagrama do Desenho da Pesquisa



Por fim, para além da função subjetivante das narrativas e posicionamentos das participantes, essas foram examinadas tendo em conta a dialogicidade e as múltiplas vozes que emergi-

ram nas relações entre os significados pessoais e coletivos evidenciados nos temas. As participantes são identificadas no relatório de pesquisa por nomes fictícios escolhidos por elas durante o processo de pesquisa.

CAPÍTULO V

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados os mapas de significados individuais, os quais representam graficamente as relações e movimentos de significados construídos a partir da fala de cada participante da roda de conversa, individualmente. Ressalte-se que todos os mapas expressam um roteiro comum, a partir do planejamento da roda de conversa delineado pelas pesquisadoras. Apesar de cada participante mover-se no diálogo de acordo com as particularidades de suas experiências, todas elas interagiram de modo a tecer narrativas sobre todos os tópicos abordados ao longo da roda de conversa.

Em uma leitura vertical, realizada da base para o topo, os mapas trazem na primeira linha o impulsionador de narrativas e os quatro temas ligados a ele, já mencionados. As setas desenhadas ligam os temas aos retângulos, os quais exibem as ideias engendradas pelas participantes, bem como conectam uma ideia a uma tensão dialógica ou grupo de palavras significativas. Cada retângulo carrega uma ideia ou um grupo de ideias. Os balões apresentam trechos da fala literal das participantes que são ligadas a um agrupamento de ideias ou tensões e objetivam exemplificar sinteticamente o campo de significados anteriormente apresentado. Por fim, na parte superior dos mapas, busca-se ressaltar os indicadores de resistência à cultura institucional machista que foram evidenciados nas narrativas das participantes, os quais constituem motores potenciais para a transformação.

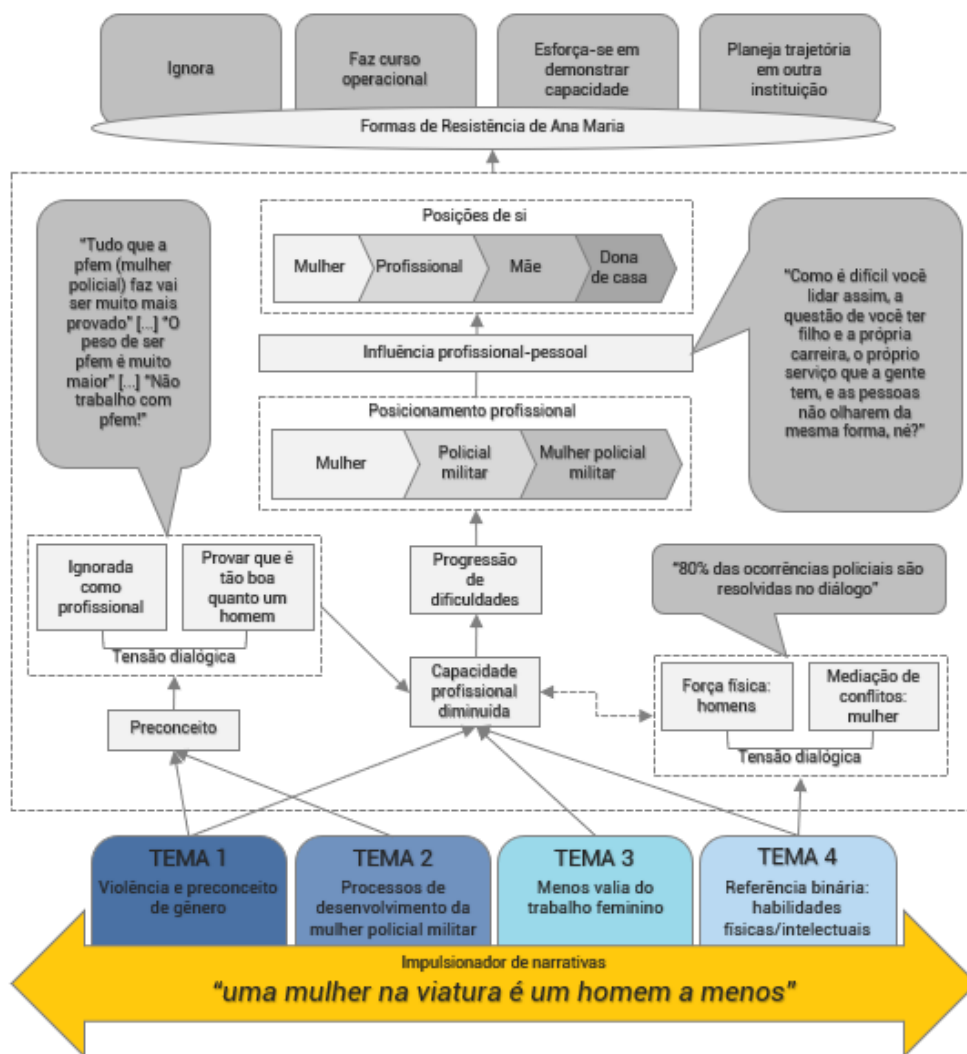
Significados de Ana Maria

No mapa de significados de Ana Maria (Figura 2), destacam-se duas ideias principais: preconceito e capacidade profissional diminuída. Em torno dessas duas ideias, a participante dia-

loga com outras ideias secundárias que se entrelaçam, formando duas categorias definidas em torno de tensões dialógicas, quais sejam: força física masculina/fraqueza física feminina; e mediação de conflitos, habilidade feminina/inabilidade masculina.

Figura 2

Mapa de Significados de Ana Maria



Nota. A leitura do mapa deve ser feita da base para o topo. Pfem = termo usado na Polícia Militar para se referir à policial militar feminina.

Tais ideias centrais fazem com que Ana Maria, ao perceber-se ignorada em suas potencialidades como profissional, dedique-se com afinco a provar que é, ao menos tão capaz quanto os homens, que se converte em posicionamento central em seu sistema de *self*. As tensões acima delineadas se apresentam interligadas e demonstram a contradição estabelecida entre a forma positiva como a participante se percebe na posição de policial militar e o pequeno valor, potencialmente atribuído às mulheres na cultura institucional. Os valores disseminados no ambiente institucional da segurança pública, ambiente este predominantemente masculino, levam a dificuldades, a saber: mais tempo despendido em atividades que sobrecarregam a policial feminina, pelo fato de ter que provar diariamente uma competência que ela já carrega, portanto, desnecessária a comprovação.

Tal fato amplia e onera as tarefas básicas no âmbito da vida pessoal. Essas posições de si estão relacionadas ao senso de si e sustentam a interdependência das dimensões profissional e pessoal. Assim, à medida que a policial feminina se desdobra profissionalmente para se adequar ao meio masculino, acaba se sobrecarregando em suas atividades de dona de casa, mãe, esposa, filha. A percepção da mulher policial de que deve demonstrar capacidade profissional extrema a qualquer custo alcança o campo pessoal, no que se refere às exigências e cobranças internas, também requeridas na esfera pessoal.

Em certo momento de sua narrativa na roda de conversa, a participante revela uma experiência de impacto vivida logo no primeiro contato profissional com a cultura militar, a qual a colocou em meio a um confronto entre as suas próprias crenças e as que predominavam instituição. A palavra escolhida por Ana Maria, ao ser a ela apresentado o impulsionador de narrativas, foi preconceito. Ela narra um episódio ocorrido em seu primeiro dia de trabalho como policial:

E com relação a isso, eu já passei por essa situação [...] aí eu cheguei para entrar de serviço, eu estava escalada para trabalhar com um sargento que eu nunca tinha trabalhado na

vida. O serviço seria de sete da manhã a sete da noite. E aí ele muito tranquilamente abriu um jornal, sentou na guarda do Batalhão e falou: “Não, fica aí, porque eu tô esperando o adjunto trocar, porque eu não trabalho com Pfem”. Ele falou simplesmente assim: “Eu não trabalho com Pfem, eu não gosto de trabalhar. Então eu vou aguardar ele trocar. Enquanto ele não trocar, eu não vou sair daqui”. E aí na hora eu fiquei sem ação. (Ana Maria)

Na situação narrada, o policial masculino demonstrou indiferença e menosprezo em relação à policial feminina, o que se manifesta ao adotar uma forma de comunicação não frontal, em que a folha de jornal é colocada entre os dois. Nessa dinâmica relacional, três fatores observados na narrativa de Ana Maria contribuíram para que ela ficasse sem ação diante da circunstância de descaso do colega de trabalho: (1) a subordinação hierárquica em relação ao colega, de graduação superior a ela; (2) a insegurança frente ao novo e o sentimento de não pertencimento ao contexto de trabalho, pois havia acabado de ingressar nele; e (3) o constrangimento, por ser a única mulher em um ambiente masculino, o que inibiu sua voz diante da desconsideração e da indiferença demonstrados pelo colega. Por esses motivos, Ana Maria se cala e suporta um turno de 12 horas de serviço ao lado do policial masculino que a desdenhou como profissional apenas pelo fato de ser mulher. Ela diz:

E aí na hora eu fiquei sem ação, até porque eu entrei muito novinha; eu entrei com 23 ou 24 anos, mais ou menos. Então eu estava sem ação e falei: “Tá, se não quer trabalhar, eu não vou forçar ninguém trabalhar comigo”. Acabou que, no final das contas, o adjunto não trocou a guarnição. Aí a gente trabalhou, acabou trabalhando o dia inteiro, mas ele o dia inteiro reclamando, o dia inteiro reclamando.

Essa primeira experiência foi desconfortável e marcou a trajetória de Ana Maria na instituição. Ela complementa: “Provavelmente ele nem lembra disso, que ele falou. Mas eu me lem-

bro muito bem”. A partir disso, ela destaca que busca insistentemente encontrar meios de resistência que destaquem sua competência diante de seus superiores hierárquicos, revelando mudanças significativas na forma como passa a interpretar a posição dos colegas de trabalho e na forma como se percebe e se posiciona nas relações de trabalho, o que permite que ela passe a problematizar e alterar os valores dominantes na instituição a exemplo da atribuição de coragem e assertividade ao gênero masculino:

Eu acho que a questão da coragem, a questão da capacidade de ação, ela não é só inerente ao homem, ela é inerente aos dois gêneros, tanto que eu já trabalhei com homem que eu que tive que fazer a abordagem no momento em que o homem não tinha ação para isso. Já trabalhei com homem com medo de agir em ocorrência, com medo de não saber reagir, e era uma pessoa mais antiga do que eu até, de graduação. E eu que tive que tomar a frente, eu que tive que resolver várias coisas em ocorrência, porque ele não resolvia.

Essa fala de Ana Maria manifesta uma importante mudança de posicionamento em relação ao primeiro episódio e marca sua a agencialidade diante de situações que inicialmente a deixariam sem ação diante do poder atribuído aos policiais masculinos. A experiência narrada pela participante, e as considerações tecidas a partir dela, conflui com a perspectiva teórica de que a agencialidade dos sujeitos e das instituições são promotores recíprocos de desenvolvimento, embora esse movimento de mútua constituição não seja algo simples ou imediato. Nesse contexto, Ana Maria é considerada sujeito ativo que se constitui em intensa interdependência de seus contextos de vida e de trabalho. Assim, embora lide com os rígidos sistemas de crenças e valores institucionais, ao mesmo tempo, tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento coletivo da instituição, ao imprimir sua marca de diferenciação na cultura militar. Essa ideia é compartilhada por Lopes de Oliveira (2021), a qual argumenta que os sujeitos podem gerar mudanças na conduta do grupo ao assumirem uma perspectiva crítica em relação à realidade que os circundam e,

dessa forma, contribuir com rupturas institucionais e interpessoais significativas. Ao se posicionar de forma ativa e enérgica durante uma abordagem e demonstrar ao colega policial masculino que sua competência profissional independe do gênero, Ana Maria resiste aos sistemas de crenças dominantes em seu meio e introduz um ponto de mudança significativa sobre o senso de si e sobre o outro.

É perceptível a coexistência de várias vozes durante a narrativa da participante. Desde a falta de ação e impotência diante do preconceito sofrido até a escolha de ação que demonstrou formas de agencialidade e intencionalidade na resolução do problema durante as abordagens. Por exemplo, o empenho em realizar o curso operacional¹ e o contexto de curso realizado por ela são importantes recursos a serviço de comprovar sua competência profissional diante dos pares masculinos e demonstrar sua resiliência. Mas, parece ter tido papel reduzido em diminuir as dificuldades enfrentadas em prol da mudança de posicionamento do outro em relação a ela:

Se uma Fem decide fazer um curso operacional, qualquer bucha de canhão que tiver, quem vão colocar? Vai ser sempre a Fem. Entendeu? “Ah, tem que segurar um balão pro sniper. Quem vai segurar?” [...] “Pega as Fem, que elas seguram”. Entendeu? “Ah, tem que soltar uma bomba. Quem vai soltar? Pega as Fems, que elas soltam”. Ou então: “Ah, tem que arrochar alguém. Quem que vai arrochar? Arrocha a Fem primeiro, porque ela vai desistir”. (Ana Maria)

O que se percebe é que, desde o ponto de vista das policiais, cumprir os requisitos dos cursos operacionais visa lograr reconhecimento e respeito profissional, para muitos de seus colegas, policiais masculinos, é visto como uma chancela para testes de coragem e resiliência ainda mais atroz. Assim, Ana Maria entende que se ela fizer um curso operacional, e não desistir di-

¹ O curso realizado pela participante na corporação é voltado a conhecimentos sobre questões técnicas e táticas do uso da força policial, que prepara o policial militar a responder sempre da maneira mais adequada a uma situação de crise.

ante das dificuldades a ela impostas, o pensamento equivocadamente compartilhado entre os da instituição, sobre o lugar da mulher, será mudado. Nessa reflexão de Ana Maria, a policial feminina não será considerada incapaz *a priori*. A realização de um curso operacional, portanto, funcionaria como um passaporte para o respeito à mulher na atividade policial.

As posições de si manifestadas no discurso de Ana Maria enfatizam a influência mútua nos âmbitos profissional e pessoal. A progressão de dificuldades enfrentadas no contexto profissional interfere em suas experiências pessoais e ela expressa isso ao afirmar que:

Um vacilo que você der, todo mundo vai saber de sua vida, entendeu? Todo mundo vai saber da sua vida. Então é realmente uma situação bem mais complicada; às vezes a gente tem que pensar toda uma postura, tem que pensar às vezes em coisas que o masculino não pensa, porque a gente já sabe que repercute de uma maneira diferente. [...] vocês estavam falando de demanda, vocês terem que cuidar às vezes da família, da casa, aquelas coisas e o trabalho. Eu agora estava cheia de roupa no varal, começou uma chuva do nada, eu saí correndo para catar a roupa... Conciliando as coisas, né. (Ana Maria)

As demandas da vida pessoal referidas pela participante refletem preocupações e responsabilidades que não são consideradas no universo masculino. O sentimento manifesto de Ana Maria em relação a isso é de que, não apenas as demandas profissionais, mas também as demandas da vida pessoal exigem dela uma postura diferenciada de ter que provar competência, fazendo com que acumule várias demandas da vida pessoal e familiar, muitas vezes, ignoradas e até mesmo desvalorizadas pelo meio profissional:

[...] falando da questão desse planejamento, como é que fica difícil você lidar assim, a questão de você ter filho, e a própria carreira, o próprio serviço que a gente tem. E às vezes as pessoas não olharem da mesma forma, né. Mesmo sendo do expediente e tudo. Eu

lembro assim, como o pessoal às vezes já olhava de má vontade, como se a pessoa estivesse inventando alguma coisa. (Ana Maria)

Esse cenário apresentado pela participante demonstra seu olhar sobre a invisibilidade da mulher frente aos processos relacionais no âmbito profissional e pessoal. E, quando Ana Maria cita: “E às vezes as pessoas não olharem da mesma forma, né?”. Assim, ela traça um paralelo entre o olhar social sobre a mulher e sobre o homem, em que, mesmo enfrentando circunstâncias mais difíceis, a mulher não é valorizada da mesma forma que o homem.

Ana Maria resiste ao preconceito e a valores machistas presentes na instituição, inicialmente, tentando ignorá-los. E o propósito de realizar um curso operacional reflete seu esforço de evidenciar sua grande capacidade profissional, certamente maior do que se atribuía a ela, pelo mero fato de ser uma policial feminina. Mais adiante em seu discurso, alude que planeja, em alguns anos, migrar sua trajetória profissional para outra instituição, o que emerge em resposta à instigação para que apresentassem o desenho imaginado de suas trajetórias de desenvolvimento futuro. Nessa perspectiva, a trajetória de desenvolvimento de Ana Maria pressupõe a noção de instabilidade e variabilidade (Sato et al., 2007, 2009). Nesse modelo, os autores argumentam que há um ponto comum temporário de eventos significativos no curso de vida dos sujeitos. A trajetória de vida, portanto, faz parte de um processo caracterizado por ambiguidades e incertezas que envolvem dois aspectos importantes: o tempo e a mudança. Como exemplo, temos a distinção entre sua primeira experiência profissional, que envolveu o policial masculino que afirmou categoricamente não trabalhar com mulher em sua viatura, Ana Maria menciona que não teve reação: “Ué, eu acabei de chegar. Eu tinha um mês de Batalhão, mais ou menos, e eu falei: ‘Eu não vou comprar essa guerra agora’”. Mais adiante, ela narra reação diferente diante de uma situação similar:

Aí, quando foi anos depois, quem que estava me elogiando num grupo, falando que eu trabalhava bem? Ele mesmo. Ele mesmo que, anos atrás, tinha falado que não trabalhava com Pfm. Provavelmente ele nem lembra disso que ele falou, mas eu me lembro muito bem. (Ana Maria)

Nesse sentido, ainda que não se possa atribuir as transformações do policial masculino à interação com Ana Maria, houve uma clara mudança no posicionamento dele, que reflete mudanças na instituição, como um todo, o que faz com que Ana Maria alcance percepção diversa sobre si e sobre o outro. A partir da mudança de posicionamento do outro, a qual ocorre de forma interdependente dos novos posicionamentos de Ana Maria, de algum modo, ela percebe-se mais incluída e pertencente ao meio profissional. Quando, por exemplo, tempos depois, o mesmo colega policial militar a elogia e fala bem de seu trabalho, ela passa a se reconhecer em uma posição de aprovação e de maior respeito pelo outro, como narra a seguir: “Então eles tiveram que se acostumar com a gente e respeitar esse espaço da gente”. Nesse sentido, foi perceptível nos posicionamentos de Ana Maria a reflexão sobre si, o outro e as dificuldades enfrentadas contexto de trabalho. A consciência de tais dificuldades culmina em uma antecipação de futuro em direção a uma possível ruptura, no caso, caracterizada pela saída da instituição militar. Até chegar a esse ponto de mudança, a participante vivenciou vários episódios significativos, como a realização do curso operacional, a fase em que atuou no trabalho administrativo, o trabalho operacional e os outros vários eventos marcantes na prática da atividade policial.

O acúmulo de vivências passadas, muitas delas frustrantes e disruptivas, e a construção de significados sobre os valores institucionais rígidos canalizam suas projeções de futuro para oportunidades fora da instituição militar, algo que ela relata inclusive já ter tentado anteriormente. São efeitos de experiências marcadas por atitudes de desrespeito ou, quando muito, de mera tolerância às mulheres policiais. Ao longo do tempo, Ana Maria não permaneceu passiva e sua mudança de

expectativas favoreceu um reposicionamento no contexto cultural militar e possibilitou a manifestação de novos significados profissionais e pessoais que ela expressa na seguinte reflexão:

[...] mas dos batalhões em que eu trabalhei, eu vi até uma certa boa vontade de que tivesse Pfem, de que estivesse lá para poder ajudar. Ajudar, não. A trabalhar, na verdade. Porque a Pfem não ajuda, ela trabalha igual a um homem ou muito mais, na verdade, né? (risos). (Ana Maria)

Mesmo demonstrando mudança de perspectiva, Ana Maria ainda identifica as diferenças binárias que marcam o lugar da mulher na corporação, ao citar: “Por que a Pfem não ajuda, ela trabalha igual a um homem ou muito mais, na verdade, né?”. Esse é um exemplo da ambiguidade (permanecer e construir mudanças *versus* sair e mudar de emprego) que acompanha a trajetória profissional de Ana Maria, conforme seu relato. Tal ambiguidade é responsável pela canalização de suas decisões, ao longo do tempo, até a chegada ao um ponto de equifinalidade. Esses pontos de bifurcação observados em seus posicionamentos marcam as escolhas presentes, bem como as projetadas para o futuro (Sato & Valsiner, 2010).

Em relação a essas mesmas ambiguidades, os fundamentos da teoria dos posicionamentos predizem que a posição do sujeito na narrativa é amplamente conduzida pelas expectativas sociais. Nesse caso, assim como argumentado, a participante demonstra dinamicidade nos discursos e posições quando, ao ser posicionada, se posiciona e posiciona o outro de quem fala (Langenhove & Harré, 1998; Pozzer & Novaes, 2019). As relações de Ana Maria fizeram imergir conflitos opondo valores pessoais e culturais, e se refletem nos processos de desenvolvimento da participante (Davies & Harré, 1990; Langenhove & Harré, 1998; Sato et al., 2016). E essa discussão foi possível por meio da análise das dimensões individual, de grupo e institucional engendradas durante as narrativas. O que significa que o discurso de Ana Maria é, a princípio, pessoal e traz enunciados próprios de suas vivências. No entanto, sua interação com o grupo faz emergir signi-

ficações, por diferentes razões, semelhantes às expressas pelas outras participantes que, por sua vez, revelam aspectos similares significados institucionalmente.

Os processos de mudança vivenciados por Ana Maria em seus 11 anos de experiência na corporação militar, assim, podem ser analisados à luz da perspectiva do *self* dialógico, compreendido como um sistema complexo e dinâmico em desenvolvimento contínuo ao longo de um tempo irreversível (Lopes de Oliveira et al., 2020). A noção de que Ana Maria tece sua história nas interações dialoga com os fundamentos do *self* dialógico, na medida em que é perceptível a natureza bidirecional de suas relações profissionais, na constituição de si como produto da cultura militar e, ao mesmo tempo, agente de sua história futura.

Significados de Larissa

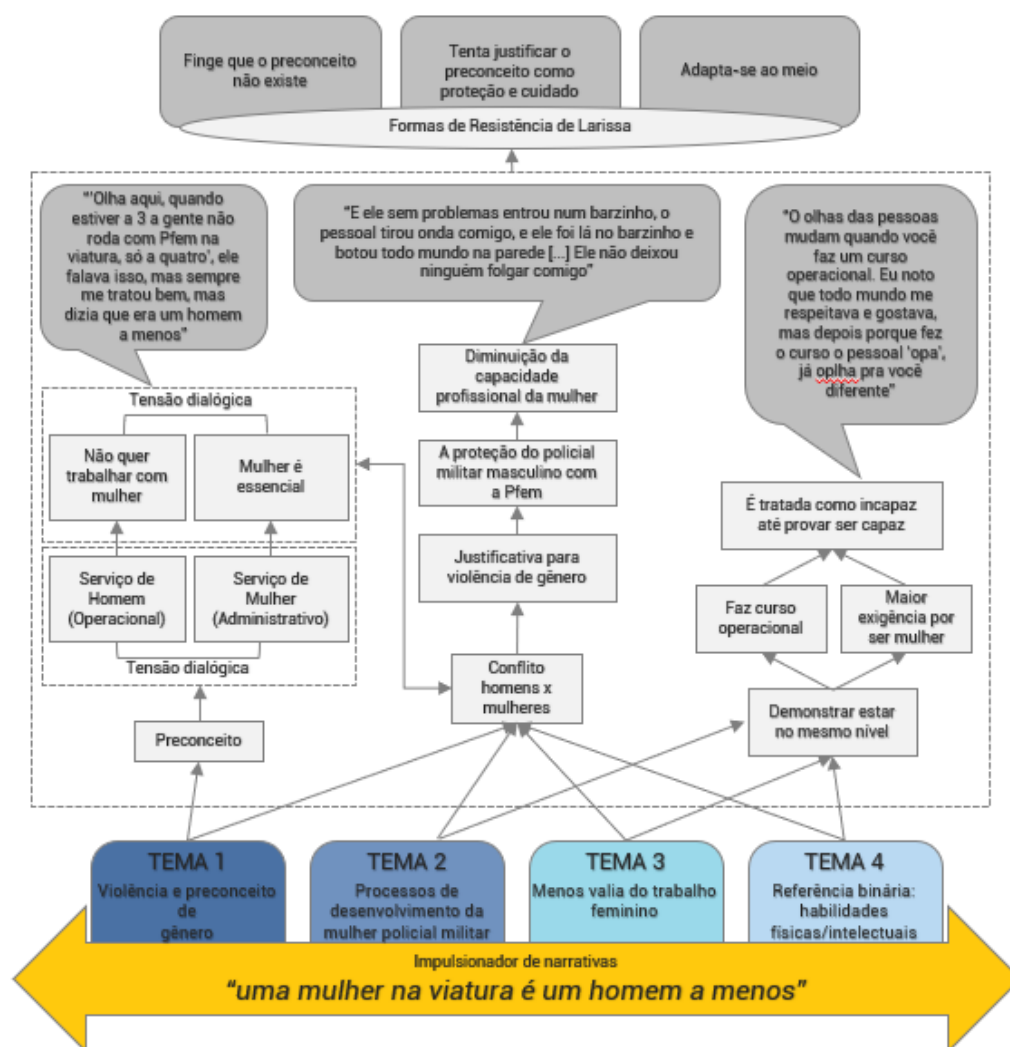
Nota-se pontos de aproximação entre a trajetória de Ana Maria e Larissa (Figura 3) no que se referem às ideias e tensões identificadas nas narrativas. Larissa apresenta três ideias principais e são elas das quais partimos para dar início ao mapa de significados: preconceito, conflito entre homens/mulheres e a defesa da igualdade de competência profissional entre mulheres e homens. O tema preconceito está ligado a um grupo de tensões complexas relacionadas a questões percebidas pela participante no contexto profissional. Ela compreende existirem conceitos estereotipados na corporação, que se manifestam nas relações cotidianas entre homens e mulheres, como por exemplo, os que dizem respeito à concepção de que serviços operacionais devem ser realizados por policiais masculinos, enquanto os serviços administrativos, pelas policiais femininas.

O serviço operacional refere-se ao trabalho de rua, aos diversos tipos de atendimentos de ocorrências e ações de segurança pública, no sentido estrito. Portanto, enquanto para a participante o policial masculino não quer trabalhar com a policial feminina por considerar que aquele não é um espaço profissional adequado para mulheres, esse mesmo policial masculino considera es-

sencial que se disponha de mulheres atuando nos serviços administrativos, estes de menor valor simbólico, por se tratar de uma atividade-meio e não a atividade-fim das instituições de segurança pública.

Figura 3

Mapa de Significados de Larissa



Nota. A leitura do mapa deve ser feita da base para o topo. Pfem = termo usado na Polícia Militar para se referir à policial militar feminina.

Assim sendo, Larissa critica a visão de que a policial feminina se faça necessária exclusivamente para que a força e suposta competência superior dos homens não seja desperdiçada com atividades de natureza administrativa. Tais concepções, portanto, reportam a um modelo tradicional, binário, de divisão sexual do trabalho, modelo este que precisa ser ativamente problematizado diante das condições atuais, legalmente ancoradas, de igualdade de gênero.

Existe um conflito, uma tensão implícita, entremeado às interações profissionais de homens e mulheres policiais militares, em que o serviço operacional se constitui espaço de negociação e de oportunidade oferecida pela instituição militar para o maior reconhecimento profissional da mulher. Em razão disso, muitas passam a se sentir pressionadas a demonstrar o mesmo tipo e nível de qualificação dos homens. O discurso de Larissa se opõe aos posicionamentos que retratam a mulher como sujeito em condição de suposta inferioridade e remontam à necessidade de proteção pelos homens policiais, apesar de ambos sofrerem as mesmas exigências de acesso, terem a mesma formação, e delas serem exigidas as mesmas condições de mérito que os homens. Mas, na prática, esse conjunto de valores machistas faz com que ela passe por maiores exigências, apenas por ser mulher, o que inclui provar sua capacidade por meio da realização de cursos operacionais algo apontado também por Ana Maria. Assim, nota-se que a realização de um curso operacional se converte em instrumento de medida de sua capacidade física e parâmetro para sua aceitação como parte de um grupo que é considerado exclusivo para homens.

Durante toda a narrativa, Larissa manifesta que preconceito ostensivo e velado dirigido às mulheres são frequentes na corporação, mas busca justificativas que amenizem o peso do preconceito, e mesmo, da violência de gênero percebida no cotidiano de trabalho. Ela destaca, por exemplo, o empenho dos colegas policiais para prover proteção e cuidado com a policial feminina durante as atividades policiais, o que parece ser uma justificativa encontrada por ela para amenizar os efeitos do preconceito. Assim, ela tenta disfarçar que a discriminação não a atinge, pois o

cuidado e a proteção dos homens, de certa forma, legitimam o preconceito. Esta participante, diferentemente da primeira, não parece planejar futuro profissional em outra instituição, mas menciona ter medo de seu futuro profissional, caso permaneça na corporação, dados os freios e limites institucionais impostos ao desenvolvimento das mulheres na carreira policial. A palavra usada por Larissa para dar significados ao impulsionador de narrativas, assim como fez Ana Maria, foi preconceito:

Eu acho que essa frase é meio preconceituosa, mas eu não senti preconceito dele [referindo-se ao policial masculino mencionado no relato da outra participante]. Quando estava a quatro, ele trabalhava comigo, ele não tinha problema; mas ele preferia ter três homens na viatura, quando estava a três [...] o olhar das pessoas muda, principalmente quando você faz um curso operacional. Eu noto que todo mundo respeitava e gostava [...] mas, assim, eu vi o pessoal de fora, quando olhava: “opa, aquela ali já dá pra trabalhar com a gente, essa daí tá no nosso nível”, digamos assim, “essa daí pode”. (Larissa)

Em consonância com os procedimentos de segurança adotados para a composição de um grupo tático operacional, deve-se empregar quatro policiais em uma viatura durante um turno de trabalho. Na falta de efetivo, com as devidas cautelas, é admitido o emprego de três policiais. De acordo com esse policial masculino, ele só trabalharia com uma policial feminina se a equipe estivesse completa, composta por quatro integrantes, pois, nesse caso, a mulher presente seria um membro passível de exclusão, sem que isso afetasse a segurança do restante da guarnição policial. Dito de outra forma, nessa conta, a presença da policial feminina é descontada do grupo, ela é ignorada, sendo considerados como responsáveis pela segurança apenas os demais integrantes. Esse exemplo sintetiza os significados da frase “uma mulher na viatura é um homem a menos”, apresentada como impulsionador de narrativas, no início da roda de conversa.

A participante ainda menciona um episódio que bem representa sua percepção acerca do policial masculino, no papel de protetor da policial feminina. Estavam em atividade operacional em uma região de baixa renda nas imediações do Plano Piloto:

E ele, sem problemas, entrou num barzinho. O pessoal tirou uma onda comigo, ele foi lá no barzinho, botou todo mundo na parede e eu até fiquei “Opa, calma, só estamos eu e você aqui, no meio da [Cidade Estrutural] e você fazendo isso”, e ele não deixou ninguém folgar comigo. (Larissa)

A participante normaliza a atitude do policial, por entender que o homem deve ter a função de proteção enquanto a mulher permanece no lugar de protegida. Segundo (Gama & Zanello, 2019), existe uma forma peculiar masculina de exaltar seu lugar de importância, que encontra lugar no direito de dizer o que é melhor para a mulher. Esse exemplo aponta para a reprodução da superioridade e do poder enraizados na dinâmica institucional. O pensamento admitido nas relações profissionais não se limita ao preconceito, ele também sustenta o lugar de suposta inferioridade, atribuído à mulher nas relações de trabalho vivenciadas na corporação.

Se o curso operacional é parâmetro para o consentimento da presença da policial feminina na atividade policial, sua realização baseada nesse quesito se torna motivo para conflitos profissionais e pessoais. Larissa, ao dizer “entendo quando ele dizia que era uma força a menos quando era pro GTO, porque era um trabalho diferente”, afirma que existe preconceito com a mulher policial no ambiente de trabalho, mas reflete sobre o outro ignorando e acobertando as atitudes hostis percebidas. Ao mesmo tempo, Larissa menciona as dificuldades enfrentadas por conviver em um ambiente organizado em torno do preconceito contra as profissionais do sexo feminino:

E durante o curso, eu noto justamente isso, tudo era eu; eu era a única Fem do curso. Aí era assim: “vai lá, Larissa, vai lá Larissa, vai lá...”. Tudo era eu. Eu ficava pê da vida. Saí do curso puta, porque tinham 40 homens e só eu que ia fazer as coisas, né. Mas beleza (-

risos). Conseguimos [...] e como a situação no GTOP era mais de procurar, de caçar e de mais embate, sei lá, ele dizia [referindo-se ao policial masculino], que a três ele não gostava de trabalhar com uma Fem na viatura. Eu super entendia. (Larissa)

É possível perceber que a produção discursiva de Larissa é marcada pela vontade de ir ao encontro da expectativa social, exemplo disso é que ela parece fazer o curso operacional sobretudo para se ajustar às cobranças do entorno, conferindo legitimidade às atitudes e ao discurso preconceituoso dos colegas policiais masculinos, como exemplificado na fala “Ele falava isso, mas assim, sempre me tratou muito bem”. Nesse trecho ela se refere ao policial masculino que afirmava não gostar de trabalhar com policial feminina e justifica a fala preconceituosa do policial masculino mencionando o bom tratamento dado a ela; o fato dele a tratar bem legitima o discurso e a atitude do policial masculino. Esse ponto da narrativa de Larissa aponta para as reflexões de Gama e Zanello (2019) sobre a reprodução de estereótipos de gênero de feminilidade e masculinidade, os quais operam nas dinâmicas relacionais como símbolos tradicionais de dominação dos homens em relação às mulheres. Nesse sentido, Larissa segue a lógica masculina sem avaliar a situação de inferioridade feminina, a partir de um olhar crítico e de resistência. Antloga et al. (2020), em estudo de revisão sistemática realizado sobre trabalho feminino, indicam que “há carência de reflexão sobre as implicações do trabalho feminino” (p. 6), e defendem que o trabalho é vivenciado de forma diferente entre homens e mulheres, devido às diferenças de gênero reproduzidas no trabalho e às expectativas relacionadas ao trabalho feminino em oposição ao trabalho masculino.

A dinamicidade das posições discursivas apresentadas por Larissa pode ser pensada à luz da teoria dos posicionamentos (Guanaes & Japur, 2003; Pozzer & Novaes, 2019; Valsiner, 2007, 2012), no que se refere à diversidade de significações contempladas em sua narrativa. Vale ressaltar que as experiências profissionais da participante são orientadas por valores no plano coleti-

vo, que orientam o seu discurso na esfera individual em direção à constituição do *self*. Nesse sentido, sob a perspectiva da teoria dos posicionamentos, a participante reconstrói suas experiências, realocando suas posições e discursos anteriores. Essa dinâmica é possível porque o discurso narrativo faz emergir novos significados, que são resultado da oscilação entre várias posições da participante e reflete a existência de vozes independentes na concepção da realidade por Larissa. Exemplo disso ocorre quando a participante reconhece o preconceito ao ter presenciado a reprodução da frase preconceituosa pelo policial masculino sobre a presença da mulher na viatura, no entanto, se posiciona de forma contrária, imediatamente após a afirmação desse discurso, como demonstrado no seguinte trecho: “Eu tive essas duas situações. Eu acho que essa frase é meio preconceituosa, mas eu não senti preconceito dele. [...] não foi um problema tão sério aqui onde eu trabalhei, não senti isso, mas sei que tem”. Nesse relato, Larissa tenta realocar no discurso, sua confirmação sobre a existência de preconceito, minorando os efeitos e validando a realidade de acordo com a expectativa masculina. Ademais, a variabilidade demonstrada por Larissa em relação ao ambiente institucional, no decorrer do tempo, traz experiências significativas que passam por confluências e dissensões (Sato, 2011; Sato & Valsiner, 2010). Essas experiências marcam o grupo de tensões demonstradas no mapa de significados e expõem como os conflitos profissionais influenciam a esfera pessoal. Como exemplo, durante o período de amamentação da filha, ela permanece no trabalho operacional por exigência institucional e conta com certo apoio dos colegas como narrado a seguir:

[...] mas com a minha última filha, eu cheguei a estar amamentando e ir para a rua. Assim, eu trabalhei no período de amamentação e aí eu saía duas horas mais cedo. Graças a Deus, lá no Batalhão o pessoal é bem tranquilo; eles me ajudavam no que eu precisasse. Almoço, você vai pra casa, o pessoal me deixava aqui com a viatura. Eu dava de mamar para a minha caçulinha. Eles me pegavam de volta. (Larissa)

A participante percebe a atitude dos policiais como uma ajuda, uma benesse e não como um direito devido a sua condição de lactante, o que parece ir ao encontro da adesão aos valores desiguais, machistas que caracterizam a Polícia Militar. A situação particular por ela mencionada (autorização para sair duas horas mais cedo do trabalho e apoio para amamentar a filha durante o almoço) se deve à sua condição de lactante (Polícia Militar do Distrito Federal, 2021). Tal previsão legal garante que a policial feminina não permaneça 12 horas de serviço seguidas sem amamentar. Mas, na percepção de Larissa, os colegas são bondosos e cooperativos, facilitando a sua vida quanto ao contato com a sua bebê. A esse respeito, Antloga e Maia (2014) trazem importante reflexão sobre a percepção da realidade laboral por homens e mulheres e as diferenças significativas na qualidade de vida no trabalho, baseando-se na literatura sobre questões de gênero, trabalho e saúde do trabalhador. De acordo essas autoras:

Tratar de questões relativas ao trabalho feminino implica não só analisar a quantidade de horas trabalhadas, mas responsabilizar-se por desvelar o complexo engendramento existente na realidade das mulheres, que inclui, numa análise superficial: trabalhar fora, gerenciar exigências presentes no contexto laboral, cuidar da casa e/ou da sua gerência, gestar e cuidar dos filhos, preocupar-se com a estética, o relacionamento amoroso, etc. (p. 100)

Os episódios narrados por Larissa parecem indicar pouca agencialidade diante das vivências que a colocam em posição de suposta inferioridade e preconceitos. A participante, mesmo quando relata experiências de preconceito relacionado ao gênero, busca encontrar justificativas que validem as atitudes e motivos dos colegas policiais masculinos. Outros indicadores da modesta agencialidade de Larissa manifestam-se nas seguidas tentativas de se adequar ao sistema de valores de seu meio profissional, como forma de ser aceita pelo grupo. Esse esforço de adaptação de Larissa aos valores culturais indica sua adesão ao lugar de subalternidade destinado à mulher

na instituição. E, instada a se manifestar sobre as mudanças vividas e esperadas ao longo do tempo irreversível, percebe-se de igual modo sua convivência com valores sociais que absorvem seus valores pessoais, gradativamente, de modo a empobrecer suas perspectivas para o futuro. Ela menciona: “Eu me vejo na PM ainda, não me vejo estudando tão cedo, que eu não estou com tempo nem de me coçar, quanto mais de voltar a estudar”.

É perceptível o movimento de acomodação temporária de Larissa mesmo com a incerteza demonstrada em relação a sua permanência na instituição. Ela diz: “Mas eu tenho medo do meu futuro, porque a cada dia a idade está chegando, e eu não sei como vai ser meus 60 anos na PM, não”. O fato de Larissa revelar medo e dúvida em relação ao seu futuro na instituição vai ao encontro do recorte de trajetórias de desenvolvimento que presume instabilidade e variabilidade orientada às mudanças futuras. Esse aspecto se choca com as barreiras impostas ao encarecimento feminino na PM, tal como discutido nas seções iniciais desse trabalho. Nessa perspectiva, os processos de desenvolvimento necessitam de incertezas e ambivalências, ao longo do tempo irreversível. Larissa parece se ater a sua trajetória real, previsível e controlada, ao narrar suas experiências presentes. E, ainda, minimiza as incertezas próprias às trajetórias potenciais, estreitando, assim, a variabilidade apontada ao futuro.

O modelo de equifinalidade de trajetórias (Sato et al., 2007, 2009, 2016) complementa a análise desse caso. Nele se sustenta a ideia de pontos de convergência e normalização, presentes na trajetória de vida dos sujeitos que compartilham experiências institucionais, de classe, gênero e étnico-raciais aproximadas. Tais pontos de confluência, ainda que importantes para o sistema de *self*, são transitórios e ocorrem quase sempre, após eventos disruptivos. Assim, as crises e desorganizações do *self* são aspectos importantíssimos para o desenvolvimento humano, responsáveis pelas mudanças ao longo do tempo. O discurso de Larissa, portanto, aponta para movimentos de ambivalência que parecem buscar controlar a possível reconfiguração do seu sistema do *self*, no

espaço e no tempo. No seguinte trecho ela afirma: “Eu gosto, apesar de todas as dificuldades que o ambiente [policial] trouxe, eu gosto, eu me identifico, não achei que me daria tão bem. Assim, não achei que seria feliz”. Essa fala evidencia uma mudança de sentidos quando Larissa se refere à instituição com satisfação, contrapondo-se a um momento no tempo passado em que ela não estava feliz e não achava que essa satisfação fosse possível.

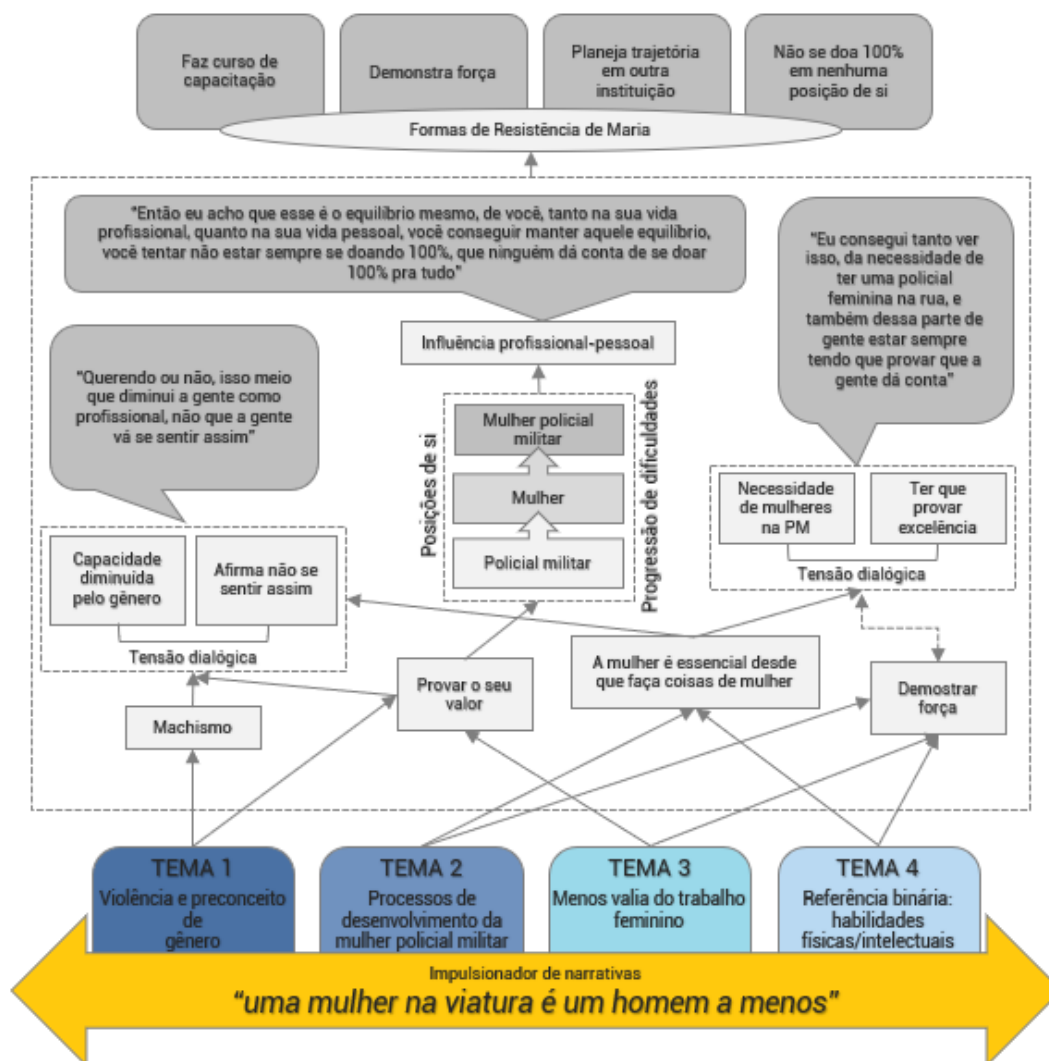
Em síntese, considera-se que a cultura se constitui precipuamente a partir dos valores, os quais regulam – externa e internamente – a conduta humana (Branco & Valsiner, 2012; Zittoun, 2006). Em relação à Larissa, suas experiências e relação com o contexto profissional são mediadas por signos que orientam as suas ações e configuram sua cultura pessoal de forma que a continuidade é um valor mais prezado que as rupturas e mudanças. Por essa perspectiva é possível compreender os posicionamentos pouco flexíveis da participante ao narrar sobre sua expectativa de futuro na instituição. Dessa forma, embora a emergência de novos significados não esteja restrita ao momento atual vivenciado por Larissa, ao contrário, ela busca manter sob controle as incertezas sobre o seu futuro, que envolvem a integração de complexos níveis hierárquicos de sentidos pessoais e culturais. A seguir, apresentamos os resultados e discussões relativas à participante Maria.

Significados de Maria

O mapa de significados de Maria (Figura 4) se constrói em torno de quatro ideias principais: machismo; prova de valor da mulher; mulher é essencial à PM, desde que faça tarefas típicas para mulheres; e demonstração de força. Na Figura 4, vê-se que a palavra machismo foi usada por Maria para dar sentido à frase impulsionadora de narrativas. A palavra machismo, apresentada pela participante está relacionada à tensão, a qual a faz perceber a desvalorização nas relações de trabalho, ao mesmo tempo em que afirma não se sentir inferior.

Figura 4

Mapa de Significados de Maria



Nota. A leitura do mapa deve ser feita da base para o topo

O signo expressa o movimento flutuante nos posicionamentos de Maria. A ideia disseminada na corporação de que a mulher é essencial, desde que realize tarefas consideradas típicas de mulheres na instituição, como por exemplo, trabalho administrativo, secretária de comandante,

mediação de conflitos, atendimentos a vítimas e perpetradores femininos e, inclusive, fazer café para os colegas de batalhão.

Esse conceito cultural coloca a participante diante do desafio de provar diariamente seu valor, para tentar ser reconhecida como uma igual pelos policiais masculinos, como exemplificado por ela na seguinte fala:

Agora eu estou no administrativo, mas mesmo o tempo que eu tive na rua, eu consegui tanto ver isso, da necessidade de ter uma policial feminina na rua, e também dessa parte da gente estar sempre tendo que provar que a gente dá conta de fazer. (Maria)

De acordo com o mapa, todas as ideias estão interligadas e geram nova tensão. A saber, Maria reconhece que a presença da mulher é necessária, mas ainda assim, por ser mulher em um ambiente predominantemente masculino, deve provar, a cada dia, sua excelência. E, ainda, a presença da mulher é bem quista quando a necessidade se refere a atividades típicas femininas. Ou seja, a participante demonstra em sua fala que a aprovação e boa classificação em concurso público não garante a sua valorização como profissional. Assim, ela deve preencher outros requisitos que regulam ou restringem as oportunidades de destaque na corporação policial às PFEM, inferiores e menos importantes que a dos policiais masculinos. Esse pensamento pode ser representado pela seguinte fala:

Então dentro da Polícia sempre foi assim, quando eu trabalhava na rua, eu tinha que tá ali no meu melhor; agora que eu tô no expediente, eu sempre tenho que tá muito bem no que eu estou fazendo, a gente sempre tem que tá fazendo curso de aperfeiçoamento. E aí eu vejo que essa cobrança não tem tanto com eles [referindo-se à cobrança direcionada aos policiais masculinos]. E aí o machismo, para mim, fica muito enraizado nessa parte assim de “a mulher é muito essencial no administrativo, porque você tá na rua, quem vai preen-

cher o talão? Ah, escreve você, a sua letra é mais bonita!” “Ah, vem cá, tenta amenizar a situação ali, porque a mulher, você sabe, né, ela é mais doce”. (Maria)

Os meandros dessa dinâmica são percebidos tanto na valorização da força física, quanto nas recorrentes atividades de formação em serviço a que se sujeitam as mulheres, a fim de serem aceitas com o mesmo status e valorização atribuídos aos homens. O lugar das policiais femininas na instituição é marcado por atribuições que sustentam a ideia de que a atividade policial é incompatível, no sentido estrito, com o público feminino. Dessa forma, de acordo com a narrativa de Maria, à mulher são atribuídas funções menos valorizadas historicamente na profissão policial. Preencher documentação ou lidar com situações que envolvem aproximação com crianças, idosos, mulheres ou outros grupos vulneráveis corresponde historicamente ao lugar de atuação da policial feminina, condição contrária ao suposto lugar de superioridade física do homem. Essas tensões dialógicas situam a mulher em uma progressão de dificuldades, na qual as posições de si recebem influência profissional, como mencionado por Maria:

É muito complicado isso, você estar tendo o tempo todo que se provar; provar o seu valor, vamos dizer assim, como profissional, porque querendo ou não, acaba que vem uma carga, uma pressão grande pra a gente, mas eu acho que, além disso, é a gente fora da PM também, como mãe, como mulher, como esposa, como amiga, a gente também tem essas demandas. (Maria)

Essa fala da participante manifesta a sobrecarga vivenciada no campo profissional que se estende para a esfera pessoal. Inicialmente, Maria se contrapõe ao machismo, buscando se capacitar e criando oportunidades para demonstrar força física, algo que, em tese, não é exigido dos policiais masculinos por serem julgados detentores natos de tal condição. Tais posicionamentos fazem com que ela se perceba como inadaptada e, a partir disso, ela compreende que ainda que

ela se doe 100%, isso não amenizará a constante tensão de ser aceita ou não pelos pares masculinos. Ela expressa isso, por exemplo, ao afirmar que:

Ok, eu acho que a gente tem que se doar 100% no que a gente faz, mas nem sempre a gente dá conta, até por outras demandas. E aí, para mim, é muito complicado às vezes relacionar essas outras demandas de forma 100% assim, sabe? Então, eu acho que esse é o equilíbrio mesmo, de você, tanto na sua vida profissional, quanto na sua vida pessoal, você conseguir manter aquele equilíbrio, você tentar não estar sempre se doando 100%, que ninguém dá conta de se doar 100% pra tudo. (Maria)

Outro ponto da narrativa de Maria aponta para a influência da esfera profissional nas posições pessoais da participante:

E aí você tentar conciliar com um serviço que é um serviço estressante, é um serviço que você se coloca em risco todo dia, além de todas essas situações que a gente já se coloca a prova – normal, por ser policial militar – ainda tem a parte de a gente ser policial militar feminina. (Maria)

Nesse trecho, Maria menciona as dificuldades para conciliar suas posições de mãe, esposa, amiga e estudante com o trabalho policial, sendo que este já exige mais dela apenas por ser mulher. É possível perceber a progressão de dificuldades enfrentadas por Maria, na medida em que suas posições pessoais se mesclam a diversas cobranças sociais, em especial, por assumir a posição profissional de policial feminina. Tendo em conta a teoria dos posicionamentos (Guañes & Japur, 2003; Z. M. R. Oliveira et al., 2003). apesar da participante afirmar que tem que se doar em tudo e de, em algum momento, ter tentado se doar totalmente em todas as atividades da vida, ela encontra um ponto de equilíbrio na ideia de não doação. A participante muda seus posicionamentos no curso da narrativa para ajustar seu sistema de *self* e esse movimento de posições manifesta as rupturas que mudam suas experiências pessoais e culturais (Lopes de Oliveira et al.,

2020). Exemplo disso ocorre quando a participante reconhece e sente o impacto do discurso masculino sobre não trabalhar com mulher na viatura, mas ajusta sua narrativa para justificar ou minorar as repercussões que poderiam advir dessa experiência. Maria busca uma compensação positiva em seu discurso para equilibrar a sua presença no meio onde valores masculinos predominavam e dar continuidade às suas experiências profissionais, apesar da instabilidade demonstrada no primeiro impacto. Essa instabilidade garante a continuidade das experiências dos sujeitos e demonstra as múltiplas manifestações do *self* (Pozzer & Novaes, 2019).

De acordo com o modelo de equifinalidade de trajetórias e desenvolvimento, o conceito de instabilidade e variabilidade é essencial para a compreensão das trajetórias de vida. Alinhada a essa teoria, é possível verificar que Maria se posiciona em pontos diferentes de experiências na instituição até alcançar um ponto convergente que, mesmo temporário, muda a direção de desenvolvimento e a reposiciona no contexto cultural (Lopes de Oliveira & Machado, 2019; Sato et al., 2007, 2009, 2016). A mudança na trajetória certa e esperada abre novos caminhos passíveis de serem escolhidos por Maria. Como, por exemplo, quando ela menciona:

Mas é muito difícil a gente parar e pensar daqui a 10 anos, mas eu espero que eu tenha conseguido terminar a faculdade que eu estou fazendo, que eu me propus; espero que eu consiga atuar na área e ver se eu vou conseguir me manter financeiramente [...] eu gosto do que eu estou fazendo agora, mas se eu vou conseguir me manter financeiramente a ponto de conseguir sair da PM. (Maria)

Nesse trecho, a participante indica uma projeção para o futuro desvinculada da corporação. Ela visualiza possíveis mudanças no seu curso profissional futuro e se organiza para tal. No entanto, os posicionamentos de Maria oscilam devido à possível perda de segurança financeira fora da PM, e esta incerteza se torna fator determinante para a sua permanência na PMDF. A pa-

lavra machismo usada por Maria para dar significado ao impulsionador de narrativas é esclarecida no seguinte trecho:

O pessoal não queria aceitar Pfem na viatura por questão de “vai atrapalhar nos esquemas” ou “na hora do vamos ver, ela não vai dar conta”. E assim, querendo ou não, isso meio que diminui a gente como profissional. Eu acho que todo mundo já deve ter passado por alguma situação relacionada a isso, de ter a sua capacidade profissional diminuída talvez pelo seu gênero ou, enfim, pelo o que você representa. (Maria)

Nesse relato, a participante manifesta a percepção sobre a violência de gênero entremeada nas relações de trabalho. Ademais, compreende que essa dinâmica relacional baseada no preconceito míngua a representação da mulher na instituição. Outro ponto analisado na fala de Maria refere-se aos motivos pelos quais os policiais masculinos não querem aceitar as policiais femininas na viatura. Quando a participante menciona que os policiais masculinos não querem trabalhar com a policial feminina para não “atrapalhar os esquemas”, isso reflete um aspecto no qual supostamente as mulheres se sobressaem aos homens. Nesse sentido, a expressão citada por ela sugere que, a despeito da suposta superioridade física, alguns policiais masculinos podem estar envolvidos em deslizes éticos, não tolerados pelas mulheres. Diante do contexto de conflitos e tensões gerados pela desvalorização do seu trabalho, ao que parece, Maria tenta encontrar justificativas para o preconceito e machismo na corporação. No seguinte trecho ela afirma:

Então eu acho que às vezes essa história vem muito de fora, porque representa mesmo o que nossa sociedade é. Mas quando todo mundo entra, se encontra ali, você meio que tem a identificação, né. Eu estou parecida com o outro, então tá certo esse meu pensamento de diminuição. Eu nem sei se chega a ser essa palavra, porque eu acho que essa palavra é um pouco forte. Mas de colocar a gente num patamar um pouquinho abaixo, assim, sabe? É isso. (Maria)

Essa fala reflete o sentimento de Maria sobre como o outro, policial masculino, a coloca em posição de inferioridade nas relações de trabalho. E a justificativa para isso é de que esse outro carrega experiências e traz esse preconceito do meio social vivenciado antes de ingressar na Polícia Militar. De acordo com esse entendimento de Maria, os sujeitos já são socialmente preconceituosos e encontram na instituição uma identificação com outros sujeitos que carregam as mesmas crenças em relação aos papéis sociais das mulheres e dos homens. Assim, esses sujeitos em contato com a cultura militar reproduzem o discurso de intolerância e potencializam o valor negativo dado à presença da mulher no ambiente institucional. Essa percepção da participante é contemplada no seguinte discurso:

Eu acho que todo mundo, quando vem para a Polícia, você já vem com uma carga de vida, você já vem com suas experiências, você já vem com uma história e aí você chega num ambiente onde a maioria são homens, que já estão com aquelas crenças, aqueles pensamentos enraizados e aí você vai se atraindo ao que você acredita. E aí eu vejo que além desse machismo, que para mim tá muito enraizado, eu vejo muita dificuldade deles quebrarem certos paradigmas, vamos dizer assim, né? (Maria)

Apesar dos conflitos vivenciados por Maria no ambiente de trabalho, ela vai se opondo de forma cuidadosa nas relações com os colegas, o que demonstra sua agencialidade e intencionalidade nas tentativas de mudar as características do meio profissional, como exemplificado no seguinte trecho:

É muito difícil, às vezes, você chegar e conversar alguma coisa com opiniões contrárias. Às vezes, lá onde eu trabalho, a gente tem uns debates assim sobre gênero, sobre esses assuntos que são mais atuais, né. E eu vejo muita resistência, assim. Eles até ficam falando que eu sou rebelde. Falam que eu sou muito rebelde por conta das minhas opiniões que, às vezes, são um pouco contrárias as deles. (Maria)

É possível perceber que Maria tenta inculcar seus valores pessoais entre os que integram o ambiente profissional, na tentativa de trazer novos sentidos à cultura coletiva. Os valores institucionais, apesar de enraizados, como ela mesma cita, se aproximam e se afastam dos valores de Maria, o que estimula mudanças de si e da realidade que a cerca. Ela menciona: “Eu vejo que a gente ainda tá numa sociedade que ainda tá caminhando muito devagar, a passos lentos. Mas eu acredito que muita coisa vai mudar”. Por essa ótica, novas perspectivas para o futuro emergem dessa dinâmica de construção de significados, o que pode ser impulsionado pelas mudanças nos posicionamentos ao longo do tempo. Existe, portanto, um movimento ativo da participante na organização de suas relações com o contexto, o qual direciona as suas ações futuras. Em suma, Os aspectos observados na narrativa de Maria convergem para o entendimento de que os sujeitos e a cultura se constituem no processo que envolve a produção de significados no âmbito das culturas coletivas e pessoais (Lopes de Oliveira et al., 2020; Valsiner, 2012, 2014).

Ademais, apesar da imersão sociocultural e mútuas influências produzidas, os aspectos de agencialidade manifestadas por Maria em seus relatos são elaborados, na medida em que ela lança marcas de diferenciação na cultura profissional de forma intencional, marcando uma identidade narrativa orientada ao futuro (Lopes de Oliveira, 2021; McAdams & Olson, 2010). O planejamento de trajetória profissional em outra instituição é exemplo de agencialidade e de resistência ao sistema de controle e regulação de seu trabalho baseado no gênero. Por meio da manifestação de novos sentidos pessoais, as experiências disruptivas na vida profissional de Maria contribuem gradativamente para a mudança de suas expectativas, bem como para o seu reposicionamento no contexto social.

Segundo Branco e Valsiner (2012), a construção de valores pelos sujeitos se dá por meio de um processo dinâmico, sujeito a constantes mudanças. Nesse sentido, em um contínuo temporal, é possível verificar que Maria se aproxima de signos promotores de desenvolvimento, entre

os quais os valores institucionais que estão em oposição às suas crenças pessoais, manifestado, por exemplo, quando ela expressa sua opinião sobre a inferiorização, o lugar da mulher e sua desvalorização profissional. Esses significados emergem em diferentes espaços narrativos e favorecem a consolidação de seu sistema de valores. Tal processo funciona como um organizador das experiências de Maria no tempo e no espaço. A seguir é apresentado o mapa temático de Priscila.

Significados de Priscila

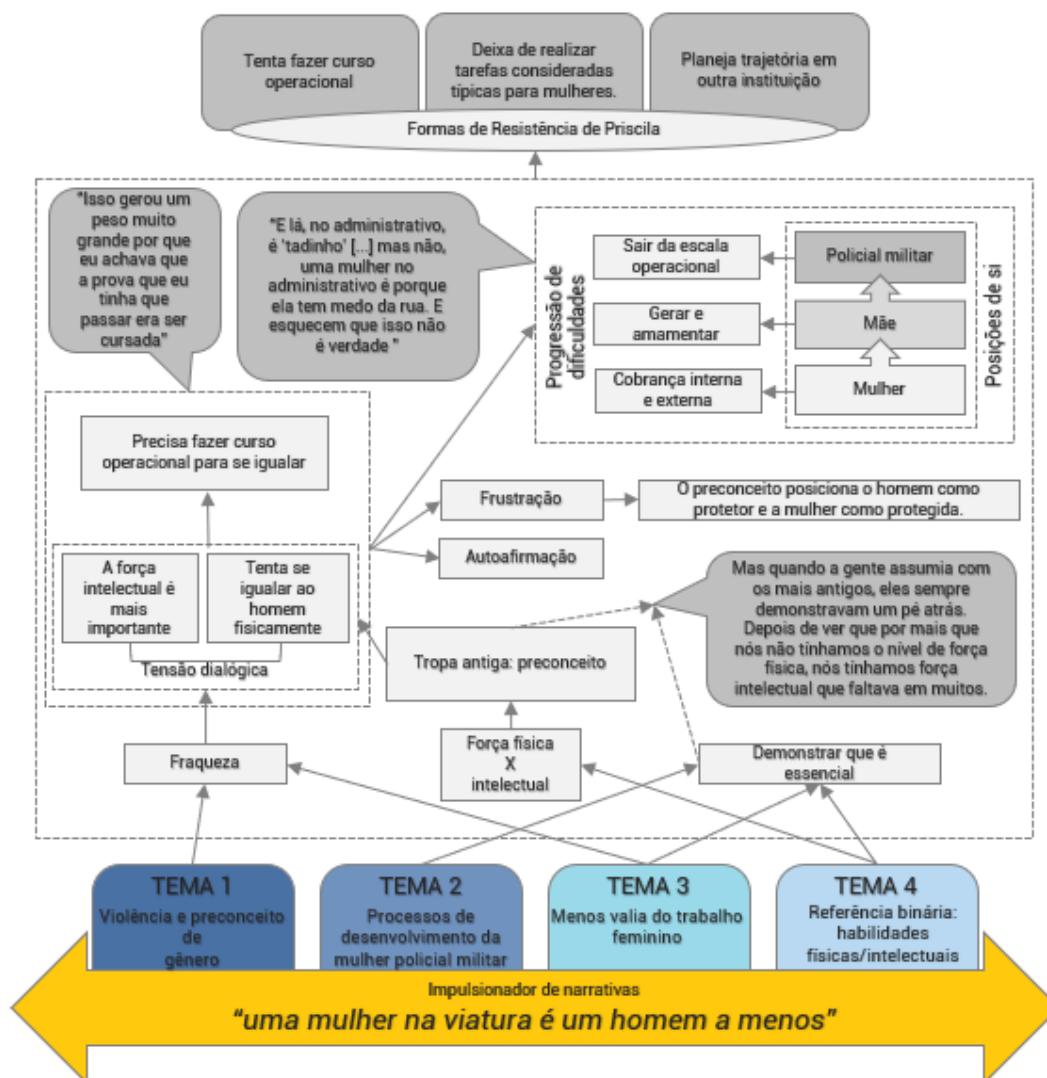
Fraqueza, força física/intelectual e demonstração de que é essencial na instituição são as três ideias principais apresentadas por Priscila na roda de conversa (Figura 5). O conceito de fraqueza está ligado ao preconceito dos membros da tropa antiga² em relação às mulheres policiais. Quando a participante ingressou na instituição, não era oferecido concurso público há 10 anos para a PMDF.

A ligação entre fraqueza e preconceito, a qual é representada no mapa, relaciona-se à seguinte tensão: a participante tem a percepção de que a força intelectual é mais importante que a força física, mas se contrapõe à ideia ao tentar se igualar fisicamente ao homem. Essa tentativa de equiparação é simbolizada pela participação de Priscila em um curso operacional, o qual, na cultura militar, representa um indicador de capacidade física superior. Nesse sentido, a participante anseia ser percebida como essencial no contexto profissional, mesmo indicando anteriormente que se sente essencial.

² O termo “tropa antiga”, mencionado por Priscila, refere-se aos policiais que já estavam na corporação há muitos anos e que receberam os mais novos integrantes em cursos institucionais de formação policial. Segundo ela, esses antigos tinham mais preconceito que os policiais com menos tempo de corporação, em relação à presença das mulheres na atividade policial.

Figura 5

Mapa de Significados de Priscila



Nota. A leitura do mapa deve ser feita da base para o topo.

Esse posicionamento demonstra a importância dada à capacidade física, mesmo em oposição ao valor pessoal de que ela detém as capacidades suficientes e necessárias ao exercício da atividade policial. A participante usa a palavra fraqueza para dar significados ao impulsionador de narrativas. Segundo ela, a fraqueza intelectual da tropa pode levar a conflito, à medida que se

considera que a ferramenta de atuação policial é a força física e as mulheres surgem com a força intelectual, as quais podem contribuir de alguma forma para a mudança na atuação e percepção dos policiais masculinos.

A síntese pessoal elaborada pela participante no contato com cultura coletiva encontra fundamento nos sentidos construídos em torno dos valores sociais. Essa produção de significados faz parte de um processo dinâmico de internalização e externalização da cultura coletiva, que resulta na emergência de novos significados de si (Branco & Valsiner, 2012). Nesse sentido, a necessidade de aprovação pelos policiais masculinos torna-se ponto crucial como catalisador no processo de desenvolvimento de Priscila.

Aliado a isso, sobrevém a necessidade de autoafirmação da participante, que resulta na frustração por constatar que a mulher é posicionada na instituição como protegida e o homem como protetor, o que marca o lugar de subalternidade da mulher nas relações de trabalho. O trecho a seguir retrata o entendimento da necessidade de aprovação cultural apontado por Priscila:

Todo dia você tem que estar sendo provada [...] assim, eu tinha a necessidade de fazer um curso, porque para eu me igualar aos homens, à viatura, eu tinha que fazer um curso [...] na verdade foi assim, eu fiz um teste do PATAMO [Patrulhamento Tático Móvel] e eu perdi na corrida. E aí, com essa reprovação, eu fiquei muito mal, porque eu tinha que fazer um curso para ser igual a eles. (Priscila)

Mais adiante, Priscila reitera sua posição sobre a autoafirmação. “Até porque, quando a gente entra na PM, que a gente entra com esse lance de autoafirmação, você quer estar na rua, porque é uma forma de você mostrar o como você é importante naquela área”. Em sua narrativa, Priscila se posiciona de acordo com uma lógica masculina, de modo a legitimar a obrigação de fazer com que seja aceita e aprovada socialmente. Para tanto, ela segue critérios que, ao final, são um dispositivo institucional de controle das oportunidades da mulher na instituição. A participan-

te sente-se frustrada pela reprovação sofrida no teste físico exigido para ingresso em um curso operacional. A partir disso, ela se convence de que a melhor forma de resistir é deixando de realizar tarefas consideradas historicamente obrigações das mulheres nos espaços sociais, como sugere o seguinte relato:

Reforçando isso aí, realmente, toda mulher tem que entrar no quartel fazendo café. É o grupo da resistência³. E eu não faço café no quartel. “Se quiser, faça!”. Até hoje eu não faço café, eu fiquei anos sem tomar café por causa de raiva (risos). (Priscila)

Essa fala de Priscila manifesta sua indignação em relação à posição de desvantagem observada por ela. De acordo com a participante, a função de fazer café inferioriza a mulher e ela resiste a esse pensamento se opondo a não confirmar tal conceito valorizado entre os colegas de trabalho. Ela ainda afirma: “Mas o café é algo que a gente levanta a bandeira, não fazemos café. E a gente fica firme naquilo ali e muitas não fazem. As antigas fazem e ainda reclamam da gente”. Nesse trecho ela cita que as policiais femininas mais antigas, que ingressaram muito antes dela, fazem café e não veem com bons olhos aquelas que tentam resistir a essa função da mulher.

A despeito das crenças e valores presentes na cultura militar, a narrativa de Priscila demonstra a agencialidade e intencionalidade presentes nas relações de trabalho que conduzem o seu desenvolvimento profissional. Esses conceitos são condizentes com a noção de agencialidade, no que concerne aos sujeitos e às instituições como promotores recíprocos de desenvolvimento humano, bem como sustenta o aspecto da bidirecionalidade no que tange à pessoa e ao meio em que ela atua (Dessen & Costa Junior, 2005; Lopes de Oliveira, 2021; McAdams & Olson, 2010).

As experiências narradas por Priscila manifestam as dificuldades progressivas enfrentadas frente às posições de si. Na posição de mulher ela enfrenta as cobranças internas e externas referentes à adequação de suas condutas e atividades. Na posição de mãe, ela se vê em conflito e

³ Refere-se à resistência em relação à ideia de que fazer café no local de trabalho é função das mulheres.

imersa no dilema de gerar, amamentar e, ao mesmo tempo, sustentar a expectativa social, como expresso no seguinte relato:

Quando os filhos vieram, então foi frustração geral, porque eu não conseguia executar da forma que eles executavam, porque eu tinha que amamentar, porque eu tive que gerar e o fato de eu gerar e não estar na escala, isso já me gerava um preconceito. (Priscila)

Devido a essa condição, ela tem que se afastar da escala operacional e confirmar, de acordo com a expectativa institucional, que a maternidade é incompatível com a atividade policial militar. Ela produz significados que demonstram a constante cobrança interna, devido à percepção de inferioridade relacionada aos diferentes espaços de atuação, como descrito no seguinte trecho:

E aí me frustrava até o momento em que eu fui pro administrativo. E no administrativo foi uma briga mental, justamente porque era como se eu me inferiorizasse, porque o homem tem que estar na rua e a Pfem no administrativo, já tá no submundo, lá embaixo. E aí, isso foi gerando mais, e mais, e mais frustração. (Priscila)

Nessa fala, Priscila tem o entendimento de que o serviço operacional é mais valorizado e que realizar serviço administrativo, durante a gestação e amamentação, gera preconceito e inferioriza a policial feminina. Sobre isso ela complementa:

E aí você vê que isso vai gerando na mente da gente um peso mesmo, tipo eu não estou fazendo o meu serviço da forma que eu deveria fazer. Eu não estou fazendo o serviço-fim e eu não estou lá, então eu não estou executando o serviço certo. E aí em casa vêm as cobranças, vêm as cobranças da vida materna, e aí isso tudo vai gerando um peso que, graças a Deus, vai criando a maturidade. Quando não cria a maturidade, cria, acho que a gente acaba baixando mesmo para um problema psicológico, que acontece muito. (Priscila)

Nessa fala de Priscila é perceptível a influência profissional na esfera pessoal. As cobranças internas e externas se misturam causando desconforto e aflição em Priscila. Suas posições pessoais de mãe e dona de casa são significadas a partir de sua posição profissional carregada de experiências frustrantes, o que resulta em desapontamentos na vida pessoal.

Esses significados construídos pela participante são compreendidos levando-se em consideração três aspectos importantes em sua trajetória: tempo, espaço e mudança. Esses fatores estão relacionados às experiências únicas e irrepetíveis na trajetória profissional de Priscila, em um espaço que promove o encontro entre valores culturais e pessoais responsáveis pelas mudanças individuais e do contexto. Apesar dos desapontamentos revelados por ela em relação à vida profissional e pessoal, Priscila traz indícios de evolução na compreensão do seu processo de desenvolvimento, quando, por exemplo, menciona o alcance de maturidade e até mesmo na compreensão que ela demonstra da necessidade de auxílio psicológico, como mencionado no trecho:

Mas aqueles que têm um coração aquebrantado, que aceita a ajuda de um bom psicólogo, de uma boa terapia, tem que tá ali. Eu acho que hoje o número de Pfems que frequentam a terapia já aumentou muito, pelo conhecimento que a gente tem. (Priscila)

As construções de Priscila apontam que o tempo conduz suas experiências sociais por meio dos signos. As mudanças se processam, portanto, na irreversibilidade do tempo e no espaço de vivências significativas. Assim, essas condições de dinamicidade e irreversibilidade possibilitam a continuidade na construção de sentidos e a emergência de novidades ao longo de sua trajetória de vida (Moreno & Branco, 2014; Sifuentes et al., 2007; Valsiner, 2012).

As experiências narradas por esta participante manifestam sua adequação ao contexto, ao longo do tempo, e a criação de dispositivos semióticos (Valsiner, 2012), responsáveis por promover uma estabilidade temporária diante das ambiguidades nas experiências. De acordo com essa concepção, as experiências pessoais são organizadas por meio de práticas culturalmente regula-

das e, a partir disso, são formadas novas possibilidades por meio da canalização das experiências subjetivas.

Ao final, Priscila comenta sua orientação futura para mudanças pessoal e profissional. Também manifesta perspectiva para o futuro no que se refere às mudanças na instituição, comparando-as com o passado. Sobre isso, ela é a única entre as participantes do estudo que se refere às conquistas e mudanças positivas ocorridas e em curso na instituição. Ela menciona:

Que muitas aí já conhecem, que vinham homens com pouca escolaridade, homens que vinham mais pelo tamanho de sua força, na verdade, eles vinham para realmente tentar manter a tranquilidade através da força. Não era através da forma da lei, com a mediação de conflito. Então era um policiamento muito bruto. E era um policiamento muito fechado em si mesmo. Quando introduziram as mulheres dentro da PM aqui no DF, elas vieram justamente para a parte administrativa. Tanto que elas formavam em cursos separados, elas nem se juntavam aos homens. E aí pegavam homens, que já vinham dessa construção de Brasília, uma terra sem lei, vamos dizer assim, que agiam de forma truculenta, que as mulheres tinham que ser praticamente escondidas, porque elas sofriam tanto a discriminação por serem mulheres, quanto pelo próprio assédio masculino. (Priscila)

Essa é a visão da participante sobre a história da instituição, especialmente o período anterior ao ingresso das primeiras mulheres. Mais adiante ela explica a evolução da corporação e orienta seu discurso a uma possível mudança futura:

Dessas turmas foi evoluindo até mudar a escolaridade, mudar o tipo de policial que entrava na corporação, até entrar as turmas mais recentes, que entraram pessoas com um nível de escolaridade, com um nível de sabedoria, e que, graças a Deus, vai evoluir e que logo isso aí vai zerar e as pessoas vão ter total consciência da diferença que tem entre homem e mulher, mas da igualdade que os dois também possuem. (Priscila)

Para Priscila, a mudança é possível e está em processo de avanço progressivo. Essa ideia é retratada na opinião da participante sobre a exigência de maior nível de instrução exigido para ingresso, que ela considera um pontapé inicial para a mudança de consciência social, a qual, segundo ela, pode evoluir para maior igualdade entre homens e mulheres na instituição. Apesar do desapontamento com a instituição, Priscila se posiciona de modo a reconhecer e valorizar a presença da mulher na corporação como elemento fundamental para sua transformação positiva. Menciona que as dificuldades e preconceitos sofridos serviram para que as policiais femininas buscassem espaço e impusessem a presença da mulher entre policiais masculinos. Sobre isso ela narra:

Eu tive, sim, alguns preconceitos iniciais com uma tropa antiga, mas eu vejo que boa parte das Pfems conseguiram se impor e conseguiram mostrar o porquê que nós viemos. Eles necessitavam, o Estado necessitava de que mulheres fizessem parte da tropa e com o tempo nós conseguimos mostrar que a nossa qualidade é muito maior do que a força física [...] e aí a gente conseguiu, sim, demonstrar que nós somos essenciais pra tropa hoje, nos dias de hoje, né. (Priscila)

Essa mudança percebida pela participante faz parte da compreensão de si em meio ao julgamento e posicionamento do outro em relação a ela, marcado por eventos significativos ao longo do tempo, durante o curso de experiências de Priscila. As mudanças no espaço de atuação, maternidade em conjunto com essas mudanças e os valores institucionais refletidos durante esse processo, são exemplos da dinâmica promotora de desenvolvimento na trajetória da participante. A participante planeja e se organiza para que sua trajetória profissional futura se concretize em outra instituição, como narrado a seguir:

Eu, daqui a 10 anos, me imagino fora da PM (risos). Fora da PM. Eu acho que nós, por exemplo, eu estou numa fase em quem eu possuo um nível de criatividade, de desejos, de

poder modificar algumas coisas onde eu estou, eu não tenho espaço para fazer essa modificação. Às vezes eu me vejo dotada de ideias, de vontade de fazer algo e aí eu sou travada. Então eu acho que, profissionalmente, realmente, a gente está num lugar em que o salário é bom, em que você consegue adequar o horário, consegue adequar a rotina. Mas cada um tem um desenvolvimento profissional, e aí esse desenvolvimento de criatividade, de eu poder fazer algo diferente, e hoje eu sou limitada [...] talvez eu aposente aqui. Mas eu tenho um sonho ali no topo da escada e estou trabalhando para conseguir alcançar esse topo lá (risos). (Priscila)

O significado manifestado por Priscila em relação a sua atuação profissional é de limitação e de esgotamento de possibilidades de desenvolvimento na instituição. Fica claro em seu discurso, a projeção para o futuro na busca por mudanças e novidades, bem como as ações intencionais para que tais transformações aconteçam. A seguir é apresentado o mapa de significados de Sara, último mapa produzido a partir da roda de conversa.

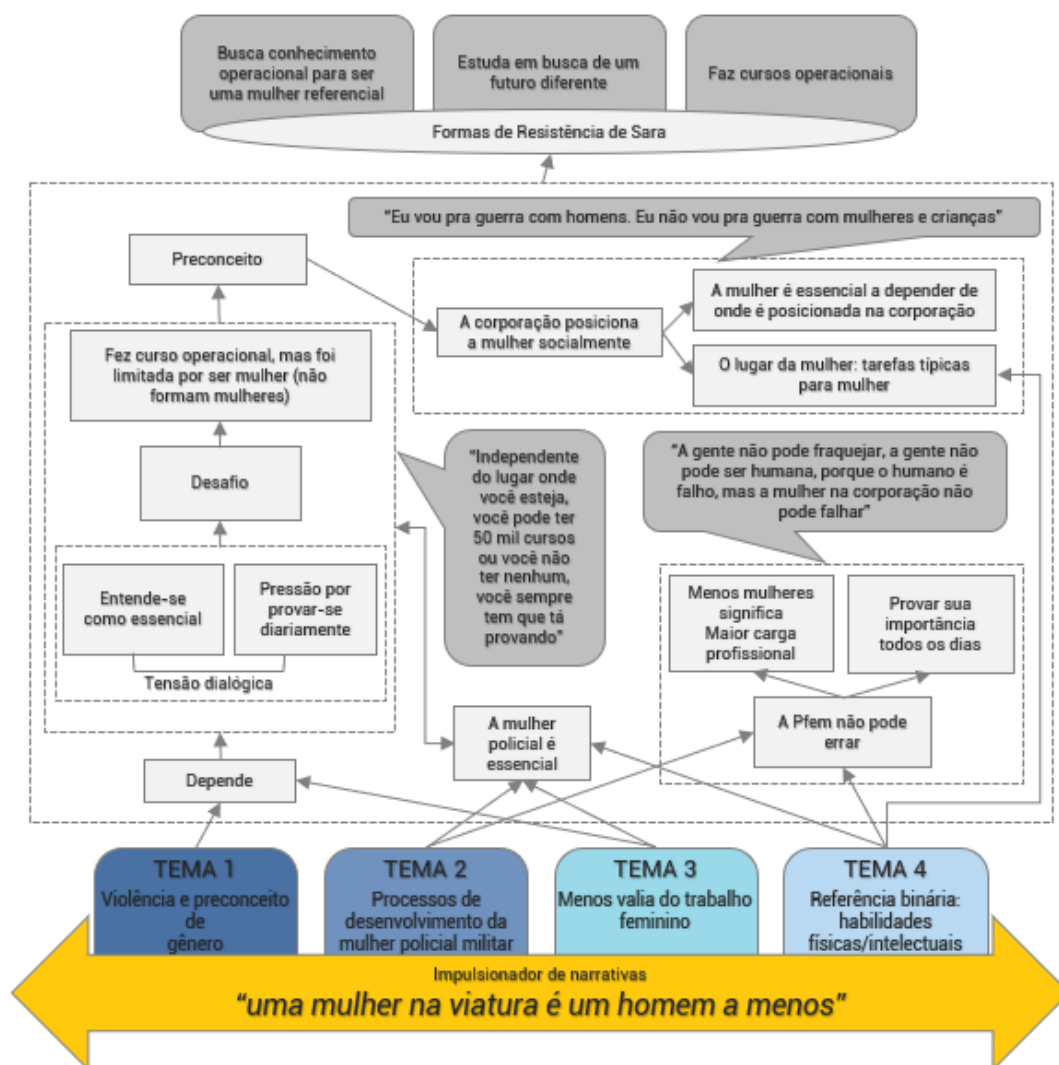
Significados de Sara

A participante Sara responde ao impulsionador de narrativas a partir da ideia de que a mulher é essencial a depender do lugar onde é posicionada na instituição (Figura 6). Ela usa a palavra “depende” para dar sentido à frase “uma mulher na viatura é um homem a menos”, pois enfatiza que se percebe como essencial no batalhão em que está lotada:

E assim, nunca tive esse problema com essa frase e, onde eu estou hoje, atualmente, na verdade, você não ter uma Pfm na viatura é uma perda. A gente tem uma perda muito grande. Então a minha palavra “depende” é com relação a “depende de onde você trabalha”. (Sara)

Figura 6

Mapa de Significados de Sara



Nota. A leitura do mapa deve ser feita da base para o topo. P fem = termo usado na Polícia Militar para se referir à policial militar feminina

A participante afirma ser essencial ao funcionamento do batalhão onde trabalha, por ser a única mulher a ter realizado o curso operacional. Essa afirmação traz a confirmação de que o curso operacional é o fator que a diferencia das outras mulheres e a posiciona em um lugar institucional considerado mais relevante, que é a área operacional. Sobre isso ela menciona:

Graças a Deus, onde eu estou hoje, você não consegue às vezes tirar folga, principalmente no meu caso, que eu tenho curso que, além de ser Pfem, eu tenho um único curso do Batalhão, e aí eu sou tipo parte essencial do meu serviço, do meu dia. Às vezes eu não consigo folga, porque eu não tenho outra pessoa para me substituir. (Sara)

Mesmo argumentando sobre como é importante a presença da policial feminina na atividade policial, Sara sente-se pressionada a ter que provar diariamente que, de fato, é devido às maiores cobranças centradas nas mulheres, como citado por ela:

Por mais que eu tenha falado que dentro do Batalhão onde eu trabalho, hoje, ser mulher é um ser essencial dentro de uma viatura, por exemplo, por mais que você tenha feito um curso no qual você demonstrou que você é capaz para aquilo, você tem trabalhado todos os dias ali, você é um ser importantíssimo para dentro de uma viatura, se você dá um vacilo, tudo aquilo que você construiu é derrubado. (Sara)

Essa fala da participante apresenta uma posição diferente da apontada no início de seu discurso por assumir, a partir daí, o reconhecimento de que as policiais femininas passam por maiores exigências e cobranças profissionais, pelo simples fato de serem mulheres. Esses significados manifestados por Sara passam a constituir a tensão que a acompanha durante a sua trajetória profissional, pois ela se depara com a realidade de não conseguir realizar outros cursos operacionais devido à limitação imposta por ser mulher. Sara demonstra outra tensão em sua narrativa, qual seja: a postura e o trabalho da policial feminina são objeto de um julgamento mais severo do que os homens, e isso demanda delas maior esforço e o aumento de sua carga profissional, devido ao pequeno quantitativo de mulheres policiais na instituição. Apesar de o discurso da participante ter se iniciado com a argumentação de que o preconceito depende do lugar onde a mulher atua na corporação, durante sua narrativa ela apresenta experiências e falas que direcionam os sentidos produzidos por ela à presença constante do preconceito, independente desse lugar. É possível

observar a mudança nos posicionamentos de Sara, à medida que ela elabora e organiza seu discurso no diálogo com as outras participantes, o que coaduna com a teoria dos posicionamentos (Langenhove & Harré, 1998; Pozzer & Novaes, 2019), a qual traz compreensão sobre os posicionamentos dos sujeitos e suas produções discursivas. Nessa perspectiva, a produção da narrativa de Sara a posiciona no discurso, além de ser posicionada e posicionar o outro de quem se fala. Essa disposição do processo narrativo demonstra a dinamicidade dos discursos e posições da participante.

Ademais, Sara passa a narrar que a corporação posiciona a mulher socialmente como é feito em outros ambientes sociais, nos quais a mulher é valorizada apenas quando ela se presta a realizar tarefas socialmente definidas como femininas. Ela se incomoda com as construções discursivas que inferiorizam, desvalorizam e invisibilizam a subjetividade e a autonomia da mulher, algo que a acompanha em vários contextos nos quais está inserida. Sara havia respondido aos posicionamentos de outras participantes da roda de conversa, as quais ressaltaram episódios de preconceito e discriminação de gênero em seus ambientes de trabalho, afirmando nunca ter passado por situação relacionada a preconceito. Percebe-se, assim, o reposicionamento de Sara a partir da emergência de novos sentidos produzidos no processo narrativo, tais como o reconhecimento da maior carga profissional atribuída às mulheres, logo após posicionar-se de forma oposta no início do seu discurso, como citado anteriormente. Esses novos significados são representados no mapa pelas tensões e ideias ligadas a elas.

Sara aponta, portanto, a intensificação de exigências direcionadas à policial feminina e a dificuldade de ter que demonstrar sua importância diariamente. De acordo com ela, o erro praticado pela mulher é julgado de forma exagerada e isso traz uma sobrecarga de responsabilidade maior do que é exigido dos policiais masculinos. A posição profissional de Sara confunde-se com a esfera pessoal, na medida em que ela passa a se definir com base nos valores e significados

produzidos em meio às relações de trabalho. Assim, os valores que significam o lugar da mulher na instituição (força, coragem, resiliência, etc.) passam a compor os valores pessoais de Sara. No trecho seguinte ela menciona:

O maior desafio de ser mulher dentro da Polícia é você mostrar 100%, o tempo todo, estar capacitada para qualquer coisa... a gente não pode fraquejar; a gente não pode ser humana, porque o humano é falho, mas a mulher, dentro da corporação, não pode ser falha.
(Sara)

A participante destaca os desafios que enfrenta, como mulher, para ter seu trabalho valorizado. Sequer a conclusão exitosa de curso operacional é suficiente para se lograr o reconhecimento no trabalho, o que se alcança sendo perfeita. Nesse sentido, as exigências e cobranças vivenciadas em meio a cultura institucional da polícia influenciam no modo como ela se percebe e orienta as próprias ações, tal como a busca de realizar curso operacional e outros cursos ainda mais difíceis, ou, sendo pressionada a tomar decisões assertivas em seu trabalho, evitando assim as críticas e o receio constante de falhar. O discurso da participante aponta para a necessidade de autoafirmação e aprovação da sua conduta profissional pelos pares, em especial, os policiais masculinos.

A narrativa de Sara é reveladora do desequilíbrio que marca as relações de poder entre homens e mulheres na corporação e apresenta um campo de significados que aponta para a reprodução de discursos que sustentam a superioridade masculina. Tal superioridade é inculcada por meio dos dispositivos de controle de espaços, funções e atribuições, que marcam o lugar subalterno da mulher na instituição. Sara menciona:

Independente do lugar onde você esteja, você pode ter 50 mil cursos ou você não ter nenhum, você sempre tem que estar provando. A gente tem que estar provando do primeiro dia de entrada na Polícia até o dia da nossa reserva, entendeu? Então não importa onde a

gente esteja: a gente tem que tá provando todos os dias quem somos e o quão importante somos. (Sara)

Na continuidade, Sara compara o trabalho policial às atividades de guerra. Ela entende que, da mesma forma que na época das guerras não se aceitava mulher nos campos de batalha, atualmente, existe a resistência de se aceitar a presença da mulher na atividade policial. Ela tenta justificar as dificuldades enfrentadas na corporação, esclarecendo que o pensamento de proteção dos homens em relação à mulher ainda se mantém, como cita: “E aí até hoje tem muito homem que tem esse pensamento primitivo: ‘Eu vou para a guerra com homens. Eu não vou para a guerra com mulheres e com crianças’. Entendeu? Então eu acho que vem daí”. Mais adiante a participante afirma: “Não é que você vá para a guerra como uma policial, mas não deixa de ser o seu serviço uma guerra constante [...]”.

Na tentativa de resistir aos mecanismos que limitam o destaque das mulheres na corporação, esta participante busca aprofundar seu conhecimento operacional e trilhar uma trajetória profissional que se converta em referência, dentro e fora da instituição. Também para Sara, o futuro se apresenta como desafio, o que faz com que considere se organizar para buscar uma trajetória profissional diferente da atual. Ao mesmo tempo, julga que cumprir os requisitos de exigência impostos às mulheres fará com que a policial feminina seja valorizada e posicionada em lugar de maior relevância na instituição.

Apesar de todos os conflitos internos por ela vivenciados, em decorrência de como é posicionada pela instituição, é possível notar que a presença ativa de Sara em cursos e atividades operacionais são indicadores de sua agencialidade, pois nessa dinâmica ela intencionalmente tenta mudar o olhar dos policiais masculinos em relação a ela.

Eu acabei de terminar de fazer um curso, um curso extremamente difícil dentro da PM, na qual eu fui limada por ser mulher. Então pretendo treinar bastante para poder passar nesse

curso, vou fazer de novo, vou ser operadora aerotática, se Deus quiser. Porque eu fui limada por ser mulher. Porque quase não formam mulheres. E aí eu pretendo ter os cursos que eu quero ter ainda dentro da Polícia. (Sara)

Sara utiliza uma metonímia, ao afirmar que ela foi limada por ser mulher, referindo-se à reprovação final em um curso que certifica pouquíssimas mulheres. Pelo desconforto que a situação lhe causa, é possível inferir que a sensação de fracasso vai de encontro à sua autoimagem de sujeito ativo, que investe em sua história na instituição na busca pelo espaço que acredita lhe ser devido. Este posicionamento se expressa quando ela afirma, ao ser perguntada sobre os próximos anos de trabalho, que: “Dentro da Polícia Militar, daqui há 10 anos eu quero ser o diferencial”. Sua projeção de futuro aponta para uma trajetória singular e marcante, positivamente transformadora da realidade profissional das policiais femininas das novas gerações. Em diferentes momentos da roda de conversa, a participante revela que as questões relacionadas ao preconceito e limitações, vivenciados na corporação a incentivam a buscar formas de mudança. E, de acordo com ela, sua permanência na corporação depende das condições financeiras futuras para as quais já se organiza. Assim menciona:

Daqui a 10 anos, como eu me vejo? Primeiro, eu tenho dois sonhos a ser realizados: a de longo prazo é estudar para algo melhor, pode ser até dentro da PM mesmo, bem como fora; mais por questão financeira. Mas, a princípio, hoje eu tenho um outro sonho que tem até a ver com a primeira didática que a gente fez, mais ou menos falar sobre a questão de preconceito, né. (Sara)

Sara compreende que a transformação institucional em um espaço de menos preconceito e sexismo, apenas será possível se cada uma engajar-se ativamente na construção do futuro. Assim, ela planeja ser um diferencial e um exemplo de destaque na instituição e, com isso, romper com

os argumentos e discursos preconceituosos que inferiorizam a mulher na corporação. Sobre isso ela narra:

Eu me vejo daqui a 10 anos com o sonho de fazer justiça por ter sido inferiorizada por ser mulher, dentro de um curso onde quase não tem mulher, correr atrás por meio do conhecimento [...] daqui a 10 anos que quero ser conhecida como aquela que vai fazer a diferença. Ou que faz a diferença por onde passa. (Sara)

Os significados produzidos por Sara emergem de suas experiências profissionais e conduzem suas ações em direção a mudanças significativas, no plano institucional e na esfera pessoal. Nessa perspectiva, ao passo que a cultura dá significado às ações de Sara ela, por sua vez, se sobressai como sujeito ativo na negociação intencional de sua posição na corporação. Essa alternativa na trajetória profissional de Sara demonstra que a dinâmica de continuidades e rupturas é importante em seu processo de desenvolvimento. Esse, apesar de ser um princípio básico do desenvolvimento humano marca, no contexto profissional de Sara, o lugar de fala e representatividade da policial feminina, pois permite a projeção futura de sua passagem por um ponto convergente após a desorganização ou crise do *self*. A desorganização se deu na perspectiva não consumada da entrada em curso operacional específico, no sentimento de inferiorização por não ter alcançado seu objetivo por ser mulher. A partir desse evento disruptivo, Sara se reposiciona e muda suas expectativas, manifestando novos sentidos subjetivos que passa a orientá-la no contexto que a circunda.

Esse entendimento salienta a multilinearidade e a diversidade presente nas trajetórias dos sujeitos (Lopes de Oliveira & Machado, 2019; Sato et al., 2007, 2009, 2016). Nesse contexto de observação da trajetória de Sara, deve-se ressaltar a retrospectiva do passado, a consideração do presente e percepção da projeção de eventos futuros, sem desconsiderar a irreversibilidade do

tempo e as mudanças manifestadas pela participante, a partir desses aspectos, conforme mencionado por Valsiner (2012).

Consolidação dos Significados

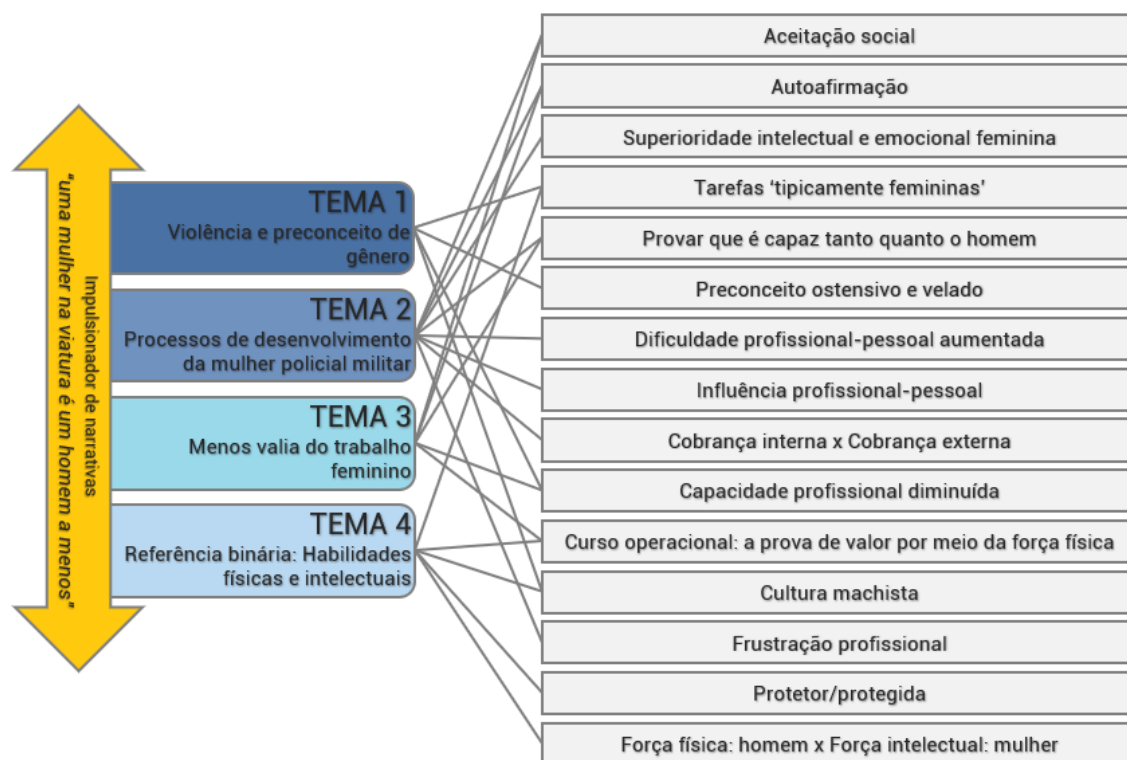
O mapa de significados geral (Figura 7) expõe as ideias principais a que se chegou a partir da análise dos diálogos e posicionamentos das participantes durante a roda de conversa realizada com a presença de cinco policiais femininas. A análise trouxe quatro grandes temas principais, os quais se desdobram em tópicos. Os quatro temas apresentados na Figura 7 fazem parte da organização final de temas, que compõem o grupo temático 2 (Tabela 6), decorrentes da discussão entre pesquisadora e juízes especialistas na fase 1. Assim, *violência e preconceito de gênero* (tema 1) está relacionado a tópicos como a existência de tarefas designadas como tipicamente femininas; o convívio com formas explícitas e veladas de preconceito; o desprezo à capacidade profissional das policiais e o convívio com uma cultura institucional machista. O grande tema *processos de desenvolvimento da mulher policial militar* (tema 2) expressa-se em tópicos, entre os quais, as dificuldades potencializadas pelos conflitos profissionais suscitados no ambiente institucional, que influenciam a esfera pessoal; as exigências do meio associadas às cobranças individuais; frustração profissional devido ao desequilíbrio entre a percepção de si e a percepção do outro sobre as participantes.

O tema *menos valia do trabalho feminino* (tema 3) refere-se a questões voltadas à comprovação do valor do trabalho feminino por meio da demonstração de força física; o cumprimento de requisitos impostos pelo meio para que a capacidade profissional da policial feminina seja bem quista como a do policial masculino. Por fim, o tema *referência binária: habilidades físicas x intelectuais* (tema 4) manifesta a divisão social sobre as características consideradas tipicamente femininas e masculinas, em que no ambiente policial militar, a aptidão física está associada ao

homem e a intelectual, à mulher; cultura machista que reproduz conceitos de que o homem é figura protetora e a mulher, protegida. Esse entendimento sustenta a compreensão de que a mulher é inerentemente menos capaz que o homem em determinadas tarefas.

Figura 7

Mapa Consolidado de Significados



Essa síntese apresentada na Figura 7 surgiu do conjunto de percepções das cinco participantes, as quais expuseram narrativamente os significados apreendidos de suas vivências, tendo como estímulo o impulsionador de narrativas proposto. O impulsionador de narrativas, que aparece na seta amarela no lado esquerdo da Figura 7, está ligado aos temas e é tratado como um propulsor de sentidos articulados na produção discursiva.

A dinâmica narrativa da roda de conversa levantou questões que instigaram o diálogo entre as participantes de pesquisa e favoreceu a compreensão de si e das outras no âmbito do trabalho e das relações institucionais, dando voz aos significados pessoais e coletivos marcantes no contexto de trabalho de cada participante. A Tabela 7 descreve o roteiro da roda de conversa para melhor compreensão do momento em grupo que levou às principais ideias elencadas no mapa consolidado de significados.

O quadro apresentado representa a dinâmica e desdobramentos da roda de conversa realizada na modalidade *on-line*, via plataforma Meet. No momento inicial, as pesquisadoras se apresentaram ao grupo e a conversa aconteceu direcionada à compreensão dos objetivos da pesquisa e esclarecimento das curiosidades diversas das participantes sobre o tema. Em seguida, certificou-se de que todas haviam enviado antecipadamente o TCLE, conforme solicitado.

Na sequência, a pesquisadora explicou como se daria o primeiro momento da roda de conversa e foi compartilhada uma tela em que constava a frase disparadora que deu início às narrativas das participantes: “Uma mulher na viatura é um homem a menos”. A partir da frase impulsionadora apresentada, cada participante foi encorajada a associá-la a uma palavra-chave e narrou uma experiência no ambiente profissional que estava ligada aos significados suscitados a partir da frase, a título de exemplo.

A frase foi denominada de impulsionador de narrativas, por ser uma expressão bastante emblemática e particular, constantemente reproduzida no meio militar, que dá voz às relações e tensões vivenciadas por mulheres policiais no contexto do trabalho policial, principalmente quando do ingresso na corporação. A partir disso, são feitas algumas considerações gerais sobre as narrativas eliciadas até então, na tentativa de estabelecer conexão com questões de apoio anteriormente planejadas pelas pesquisadoras.

Tabela 7

Descrição do Roteiro da Roda de Conversa

Primeiro momento

Aquecimento: As pesquisadoras se apresentam ao grupo, iniciando uma breve discussão sobre os objetivos da pesquisa e algumas questões levantadas sobre o tema.

Desenvolvimento: A pesquisadora apresenta o Impulsionador de narrativas: a frase “uma mulher na viatura é um homem a menos”. A partir daí se iniciam as falas das participantes em uma sequência livre escolhida por elas.

Cada participante, uma a uma, escolhe uma palavra que representa a frase e, na sequência, narra uma situação profissional que, para ela, dá sentido à frase.

As participantes dialogaram livremente sobre as questões trazidas por cada uma, ora confirmando as narrativas de outras participantes, com exemplos de situações semelhantes, ora trazendo novos elementos, baseadas em experiências individuais ainda não narradas pelas outras participantes.

Após todas as participantes terem escolhido uma palavra e narrado a situação significativa vivenciada, a auxiliar de pesquisa faz algumas considerações gerais sobre as narrativas para estabelecer conexão com as questões de apoio planejadas pelas pesquisadoras.

Segundo momento

Sistematização: A auxiliar de pesquisa lança uma pergunta para reflexão e incentiva elaboração de novas narrativas a partir da pergunta: qual o maior desafio de ser uma policial feminina?

Cada participante, narra sobre suas experiências profissionais e pessoais na tentativa de responder à pergunta lançada.

No decorrer das interações, a pesquisadora e a auxiliar de pesquisa utilizam questões de apoio como gancho para suscitar novas discussões entre as participantes e aprofundar o debate.

Encerramento: Foi aberto espaço para que as participantes acrescentassem outros comentários e observações que considerassem importantes ou apresentassem questão ou dúvida que não tivesse sido abordada.

Agradecimentos e finalização.

Assim, após a interação das participantes sobre as observações gerais feitas, a auxiliar de pesquisa lança uma pergunta para reflexão e incentivo a novas narrativas: qual o maior desafio de ser uma policial feminina? Na sequência, com a intervenção pontual da pesquisadora e auxiliar de pesquisa, a partir das primeiras narrativas foram surgindo outras, que compuseram uma trama de significados dialogicamente manifestados na interação das participantes.

No geral, as narrativas produzidas pelas participantes expressam significados construídos em torno do lugar inferiorizado ao qual a mulher é relegada na instituição militar, circundado por preconceito e menos valia. Quanto a isso, percebe-se que as condições de inclusão institucional das mulheres na corporação policial militar, na atualidade, não parecem haver superado muitas das contradições instituídas quando da abertura da carreira policial às mulheres, há quase 60 anos. Nesse sentido, os resultados aqui encontrados corroboram os argumentos mencionados por Musumeci e Soares (2004), para quem a inserção de mulheres na polícia não representou uma mudança de paradigmas e as narrativas produzidas pelas participantes do estudo comprovam a efetividade dessa constatação, ainda nos tempos atuais.

De acordo com as falas das participantes, o lugar da mulher na instituição militar ainda carrega características voltadas aos papéis sociais historicamente fixados para as mulheres, segundo um modelo patriarcal de sociedade. Nessa ótica, as reflexões de Moreira e Wolff (2009), que retratam a justificativa social para a inclusão de mulheres na polícia ainda se sustentam, já que a mulher continua sendo percebida culturalmente como sujeito de características inatas, associadas à sensibilidade, fragilidade e defensabilidade, que não se amoldam ao trabalho policial e, por isso devem exercer papéis secundários ou irrelevantes na atuação militar. A esse respeito, ao longo da roda de conversa, as participantes foram tecendo significados sobre suas experiências profissionais. O ponto comum entre eles é que redundaram em um delineamento rigoroso e estático, a-histórico, acerca dos papéis e lugares sociais de homens e mulheres policiais. São exem-

plos de fala que refletem esses posicionamentos: “às vezes a gente tem que pensar toda uma postura, tem que pensar às vezes em coisas que o masculino não pensa, porque a gente já sabe que repercute de uma maneira diferente” (Ana Maria); “assim, eu tinha a necessidade de fazer um curso, porque para eu me igualar aos homens, à viatura, eu tinha que fazer um curso”. (Priscila); “o pessoal não queria aceitar P fem na viatura” (Larissa); “sendo que quando o homem chega, só por ele chegar, ele meio que já se apresenta; ele meio que já se impõe. E a gente, não; a gente sempre tem que tá provando, a gente sempre tem que tá ali demonstrando a nossa força, né. (Maria); “a gente não roda com mulher, com Fem na viatura” (Larissa); “a gente não pode, em nenhum momento, esmorecer; a gente não pode fraquejar; a gente não pode ser humana, porque o humano é falho, mas a mulher, dentro da corporação, não pode ser falha” (Sara); “então a Polícia, na verdade, é um grande espelho da sociedade e pelo fato de ser assim, uma instituição predominantemente masculina – 70 a 80%, se a gente for parar pra pensar –, aí isso concentra ainda mais esse machismo” (Ana Maria).

A partir das narrativas foi possível, portanto, retomar as reflexões de Scott (1995), acerca das representações binárias de gênero que atribuem características e comportamentos naturalizados aos indivíduos. No contexto profissional das participantes, essas características inatas atribuídas aos sujeitos produzem contrastes na divisão social do trabalho (Bourdieu, 2011) e, somadas à desigualdade numérica entre policiais masculinos e femininas, diminuem de forma significativa as chances e oportunidades de desenvolvimento profissional das policiais.

Conforme Branco (2016), as relações dinâmicas entre cultura e sujeito são fundantes da dimensão semiótica dos processos de significação. As narrativas produzidas durante a roda de conversa convergem com esse entendimento. Assim sendo, foi possível observar que a cultura dá significado às experiências e interações. Vale ressaltar que os campos de significação que emergiram da roda de conversa manifestaram as posições, os limites, sentimentos e significados das

participantes em relação aos signos promotores que regulam suas ações e intencionalidades, de acordo com os significados sociais conhecidos. Nessa concepção, vale ressaltar a convergência dessas observações com as noções teóricas de Valsiner (2014), na demonstração de que os signos culturais regulam o movimento dos sujeitos. No caso, a cultura militar é constituída por valores que são signos orientadores das ações e interações de seus agentes. No caso de Ana Maria, a confluência entre os valores culturais e pessoais são responsáveis pela produção de novos sentidos promotores de desenvolvimento (Branco & Valsiner, 2012).

Ressalte-se que as quatro entrevistas individuais realizadas na primeira fase trouxeram dados que apontavam para o lugar de fala da mulher pela lógica machista internalizada pelas mulheres e naturalizada pela cultura coletiva. A segunda fase realizada com cinco mulheres em roda de conversa manifestou os mesmos significados relacionados à lógica do machismo e do preconceito naturalizado na organização militar. A narrativa das participantes se aproximou nesses aspectos. No entanto, a dinâmica de interações proporcionada pela roda de conversa trouxe significativa extensão dos discursos e melhor abertura à produção de significados pelas mulheres policiais. O que sugere que o fator ligado ao perfil mais homogêneo (Tabela 4) das participantes na segunda fase, como por exemplo, a mesma graduação militar, proporcionou que falassem sem grandes receios de estar infringindo, de alguma forma, a hierarquia. Esse aspecto, ao que parece, facilitou a conversa e um maior conforto durante o diálogo, principalmente em assuntos polêmicos e controversos. Essa característica ficou menos visível na primeira fase das entrevistas individuais com participantes de perfil mais heterogêneo (Tabela 3), que manifestaram narrativas mais engessadas, falas menos abertas, talvez, por receio de não satisfazer, de alguma forma, as expectativas sociais da instituição ou da pesquisadora naquele momento. Esse aspecto pode também estar relacionado à limitada experiência da pesquisadora com as entrevistas que foram desenvolvidas no primeiro momento do estudo. Para tal, considera-se que o processo de construção

de conhecimentos ocorreu durante todo o percurso da pesquisa, trazendo reflexões e novas formas de se pensar os contextos e de se aproximar dos sujeitos da pesquisa. Ademais, o processo de desenvolvimento da pesquisadora, enquanto sujeito ativo na construção dos caminhos de pesquisa, carrega significados que favoreceram a constante produção do conhecimento em contato com as policiais femininas, com o contexto da Polícia Militar e com outros sujeitos participantes da cultura organizacional.

As considerações parciais observadas estão relacionadas aos muitos elementos comuns entre elas e, ao mesmo tempo, às formas peculiares a cada uma de lidar com o preconceito e o sexismo. Essas peculiaridades transversalizam o sistema de valores institucionais e quiçá modificam as dinâmicas relacionais e o sistema de valores que sustenta as interações profissionais entre homens e mulheres. Na roda de conversa, o curso operacional é retratado como pretensão pelas participantes no horizonte profissional, à exceção de uma delas. Além disso, perspectivas críticas ao sexismo institucional são sinalizadas pelas participantes, exceto por uma, que segue a lógica masculina sem avaliar a situação de inferioridade feminina disposta, a partir de um olhar crítico e de resistência.

Ademais, é recorrente nas narrativas a projeção de mudanças significativas e positivas para as mulheres policiais, expectativa que esbarra nas dificuldades concretas para operar mudanças na realidade institucional. A exemplo da roda de conversa, percebe-se que, nos microcontextos interativos, o tema do preconceito institucional é abordado e elas sustentam seus posicionamentos críticos. Entretanto, esses mesmos posicionamentos não bastam para operar mudanças no nível mesocontextual da corporação militar. Isso decorre da realidade representada pelo pequeno quantitativo de mulheres na corporação e, em especial, nos níveis hierárquicos mais altos. Foi observada a existência de dispositivos institucionais aplicados na avaliação de desempenho operacional das policiais, os quais, mesmo nos cursos operacionais, são usados como medidores de capa-

cidade física. Por outro lado, os recursos psicológicos ativados por cada uma delas para mudar suas realidades de trabalho são diferentes. Ana Maria exhibe estratégias de resistência passiva. Ela não se propõe a entrar em conflito com os colegas policiais masculinos, mas não se sujeita à hierarquização homem/mulher, na Polícia Militar. Larissa sugere mais fortemente denúncias aos binarismos institucionais e às restrições ao seu desenvolvimento na carreira profissional, no entanto, mantém baixa resistência a essas restrições. Maria, embora reconheça o machismo como marca da instituição policial, é a que mais se mantém arredia frente a ele, o que contribui para sua naturalização, como se esse fosse um fator característico e imutável da Polícia Militar. Priscila demonstra maior resistência em relação aos dispositivos institucionais de invisibilização feminina e, devido a isso, são suscitados muitos conflitos internos relacionados à sua manifestação de oposição ao meio. Apesar de sua relutância, Priscila sente-se impotente para efetivar mudanças na realidade institucional. Sara, em suma, demonstra resistência e oposição aos dispositivos culturais na projeção futura de se destacar. Salienta que pretende se sobressair, intelectual e fisicamente na instituição e, com isso, provocar mudanças ao modo como a policial feminina é representada e valorizada. Ademais, abre opção de realizar tal façanha mesmo que seja em outras instituições, caso toda sua preparação e planejamento não sejam suficientes na corporação militar.

A discussão apresentada se aproxima de resultados de outras pesquisas nacionais que investigaram mulheres policiais e trouxeram aspectos relacionados às situações de discriminação, de diferenciação para o trabalho de homens e mulheres. E, ainda, no que concerne à expressão de poder subtendida no status da atividade policial como característica precípua e inerente à masculinidade (Araújo, 2017; Calazans, 2004; Cappelle & Melo, 2010; Lara et al., 2017; Musumeci & Soares, 2004; Neves, 2008; F. M. Oliveira et al., 2014). Resultados de estudos internacionais assemelham-se aos resultados desta pesquisa ao apresentarem discussão e dados sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em espaços de atuação historicamente masculinos, com enfoque

na divisão do trabalho baseada no gênero, preconceitos, assédio sexual nos departamentos de polícia e o sexismo entre policiais (Hassell et al., 2015; Hunt, 2014; Rabe-Hemp, 2009).

Ainda em âmbito internacional, Archbold e Schulz (2012) fornecem uma revisão de literatura focada em policiais do sexo feminino. Um dos resultados desse estudo aproxima-se da pesquisa aqui desenvolvida, ao apresentar dados que apontam para percepção moldada pela cultura policial de que as mulheres não são competentes o suficiente para desempenhar o trabalho policial. Essa ideia, de acordo com o estudo, é reproduzida a partir da concepção de que a atuação policial está vinculada à força física e outras qualidades masculinas, as quais não são associadas às mulheres. Característica também manifestada nos dados extraídos das narrativas das participantes desta pesquisa.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro objetivo específico foi compreender como as policiais militares se posicionam nas dinâmicas de trabalho e como os posicionamentos interferem nas posições de si. E, o segundo, analisar como as participantes narram mudanças pessoais profissionais em meio a um contexto institucional masculino. Esses objetivos foram alcançados a partir da análise da emergência de mudanças e posicionamentos das participantes interpostos nos discursos narrativos. A observação participante, as entrevistas individuais e a roda de conversa mediaram os significados produzidos pelas mulheres policiais, devido à variedade de fontes de informações que proporcionou o aprofundamento do fenômeno estudado. A apreciação das dimensões pessoal e profissional foi possível pela integração dos meios múltiplos de instrumentos na coleta dos dados. Nesse sentido, a ampliação dos instrumentos possibilitou diferentes pontos de vistas das relações de trabalho entre homens e mulheres, a partir de nove casos únicos em contexto militar específico.

Ao final do processo de análise dos dados foi observado que existem diferenças sociais e culturais de tratamento enfrentadas pelas mulheres na Polícia Militar, que são visíveis desde simples manifestações na linguagem até demonstrações mais complexas nas relações diárias de trabalho. As considerações finais referem-se à exposição narrativa das participantes sobre a violência de gênero na instituição a partir do diálogo com a alteridade masculina e, em síntese, são apresentadas em 20 tópicos:

1. Existe um padrão de socialização na instituição militar que reproduz o preconceito contra a mulher, a partir de uma construção social que define o papéis de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres.

2. São estabelecidas relações com base nas diferenças sexuais que reverberam na prática diária do serviço policial.
3. O contexto operacional simboliza um espaço de poder, no qual a representação da mulher é limitada e, sua voz, reduzida.
4. Existem valores socioculturais que posicionam as mulheres como sujeitos hierarquicamente inferiores aos homens, à medida que são conduzidas nas relações de trabalho, principalmente por ser considerado socialmente um trabalho para homens, o que pressupõe a incapacidade nata da mulher para tal.
5. A violência de gênero observada na instituição é socialmente aceitável, pois existe a compreensão de que somente minorizar o outro ou minimizar as condições de desenvolvimento humano dos sujeitos não é considerado violência. E essa realidade é fruto das desigualdades de gênero produzidas ao longo da história.
6. A mulher na Polícia Militar é compreendida como sujeito que carece de cuidado e proteção especiais pelos homens, o que demonstra o controle sobre suas autonomias.
7. As relações demonstram um lugar de subalternidade das mulheres nas relações de trabalho na Polícia Militar. Esse lugar de subalternidade ocupado pelas mulheres reflete o desmerecimento e o não reconhecimento baseados no gênero.
8. O lugar de agente subalterno é bem demarcado nas relações entre homens e mulheres policiais e, como resultado, um lugar de menos valia é proposto às mulheres e, em certa medida, aceito por elas.
9. Compreensão do lugar da mulher pela lógica machista, que desconsidera suas reais capacidades laborais e as inferioriza nas relações.
10. Entende-se que uma das características da profissão policial militar é o uso da força física. Assim, a configuração biológica, portanto, é convertida em um valor por meio

do qual a mulher é posicionada, julgada e inferiorizada. Os critérios biológicos são convertidos em signos culturais e a resistência das mulheres contra os mecanismos de violência de gênero, muitas vezes confirmam e mantêm em funcionamento o padrão de preconceito existente.

11. A mulher se define a partir do conceito de homem, internalizado por meio das interações sociais.

12. Mesmo quando a mulher se posiciona de forma a resistir a orientação binária reproduzida na instituição, ela o faz com exemplos ou referências que sugerem a confirmação de uma estrutura de poder que hierarquiza o lugar da mulher em relação ao homem na corporação.

13. As participantes reconhecem que o machismo e o preconceito existem, mas tentam justificar ou minorar seus efeitos.

14. As narrativas das cinco participantes da roda de conversa se complementam ao apresentarem semelhanças nas dinâmicas de posicionamento.

15. A dinâmica nas relações profissionais produz um processo de periferização que provoca a eliminação simbólica da mulher na instituição.

16. Percebe-se no processo de análise das narrativas, a pouca agencialidade da mulher diante de sua invisibilidade profissional.

17. As dinâmicas comunicativas levam as participantes à projeção de mudanças profissionais, pois não veem a possibilidade de serem reconhecidas.

18. As participantes saem do campo de resistência à cultura e abrem espaço à desistência da cultura, como opção para desenvolvimento futuro de suas agencialidades.

19. Os significados construídos nas relações profissionais direcionam as participantes a desistirem de suas agencialidades na corporação, na tentativa de retomá-las em outros

contextos, onde a periferização e invisibilização não sejam o centro das relações profissionais.

20. As construções de significados são tecidas no confronto entre crenças e valores consolidados nas experiências pessoais e profissionais das participantes.

A partir dessas considerações o estudo observou que é necessário expandir os caminhos para melhor integração das policiais militares em seu contexto de trabalho. Uma opção possível é propor ao Instituto Superior de Ciências Policiais da PMDF, a criação de laboratórios com grupos de pesquisa voltados a temática sobre gênero e trabalho. Por meio de estudos que contem com a participação direta de homens e mulheres policiais militares é possível melhores reflexões sobre o tema, que resultem em mudança de compreensão sobre os processos de desenvolvimento presentes nas relações pessoais profissionais.

Ressalte-se que tais reflexões e mudanças devem partir do pressuposto de que a atividade policial não é um trabalho feminino qualquer, mas é função específica em relação ao Estado. E, ainda, considerar as especificidades da carreira policial militar, no que concerne ao regime jurídico diferenciado e os pilares baseados na hierarquia e disciplina. Além disso, deve-se considerar as carreiras de praças e oficiais, as quais carregam características e atribuições diferenciadas. A partir dessa ideia da criação de grupos de pesquisas pode-se planejar ações práticas pontuais, como instruções e cursos específicos a serem aplicados nas unidades da Polícia Militar sobre o tema, pois práticas novas podem revisar valores que resistem a mudanças. Essa dinâmica pode gerar melhor integração entre os policiais masculinos e femininos na corporação.

Apesar das mudanças históricas ocorridas ao longo do tempo nas corporações, ainda existe a visão institucional, que carrega características conservadoras sobre os papéis sociais designados às mulheres no ambiente profissional militar. Por essa ótica, a pesquisa não alcança, em termos práticos, a complexidade dos valores culturais disseminados que tornam mais lentos os pro-

cessos de mudanças voltados à agencialidade e resistência das policiais femininas diante do contexto vivenciado. Foram observadas similitudes nos sentidos produzidos pelas participantes das entrevistas individuais e da roda de conversa, no que se refere aos processos de mudanças voltados à agencialidade e resistência das policiais femininas que são lentos e demonstram, na grande maioria, refreamento diante do contexto limitador.

A despeito das desvantagens históricas normativas que culminaram na presença de uma minoria de mulheres nas polícias militares brasileiras, tem-se identificado atualmente, novidades expressivas no que tange à representatividade feminina em cargos de liderança e atividades operacionais. A visibilidade feminina em atuações ostensivas e em funções de comando tem indicado alguma mudança nos padrões sociais acerca da competência das mulheres em atividades consideradas há muitas décadas como propriamente masculinas.

No ano de 2019, uma mulher marca a história da PMDF ao assumir o cargo de Comandante Geral, posto máximo da corporação. Mesma década em que é eleita a primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, que promoveu durante seu mandato, a primeira mulher da história ao cargo de oficial general das Forças Armadas Brasileiras. Sobre essas conquistas de espaço, a PMDF é pioneira ao dispor em seu efetivo, as únicas três mulheres do Brasil a concluírem com êxito o Curso de Operações Especiais (COE), curso intenso e em regime de internato que exige extremo preparo físico e psicológico dos participantes.

Atualmente, a atuação exitosa e recorrente de mulheres em cargos e funções de predominância masculina, sugere que a limitação do contingente feminino nas polícias militares não se explica pela diferença biológica entre homens e mulheres. É necessário, portanto, estender o debate sobre os fundamentos que promovem desequilíbrio nas relações sociais e laborais entre homens e mulheres, pois o curso das relações é dinâmico e a cultura está em constante transforma-

ção, não sendo possível considerar de forma estática e definitiva os processos de desenvolvimento humano.

Este estudo poderá contribuir, a partir da compreensão das dificuldades profissionais e pessoais enfrentadas por mulheres em contextos preconceituosos e machistas, maior visibilidade e valorização da mulher nos diversos espaços que dificultam seu desenvolvimento por questões de gênero. Nesta pesquisa, a compreensão da atuação e valorização da policial feminina. Tal contribuição é útil quando se reflete sobre a representatividade da mulher em espaços sociais de poder e liderança, ainda limitados à presença feminina.

Há contribuições referentes à complementaridade de estudos voltados à compreensão da realidade de mulheres policiais, em especial militares, haja vista o número reduzido de publicações que levam em consideração as peculiaridades desses sujeitos e seus contextos específicos de trabalho. Um maior número de estudos sobre o tema poderá promover reflexões voltadas à implementação de estratégias que favoreçam o desenvolvimento da mulher em contextos variados de trabalho.

Nesse sentido, trabalhar contra a subalternidade, garantir o lugar de fala, de representatividade e de manifestação das peculiaridades das mulheres, sem que sejam tolhidas em seus direitos como seres em constante desenvolvimento, é um desafio complexo. Sobre esse lugar de subalternidade, (Spivak, 2014, p. 17) afirma que “pode-se trabalhar contra a subalternidade criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, também possa ser ouvido”. Assim, desenvolver estratégias políticas e sociais que considerem a igualdade de gênero, o empoderamento e as conquistas das mulheres, deve ser a direção de futuras pesquisas voltadas ao tema na busca por caminhos de mudanças da realidade que não foram trilhados até aqui. Mudanças que devem ser pensadas com o intuito de suprimir conceitos culturalmente institucionalizados, que tendem a transformar características humanas em características de gênero.

As novidades trazidas sobre os aspectos da realidade narrados por mulheres policiais militares contribuem para estudos futuros e para o aprimoramento das corporações militares a partir da possibilidade de ampliação do olhar crítico para a mudança, em especial, no que se refere à atuação e valorização da policial feminina. Essa contribuição implica, de modo geral, favorecer processos de desenvolvimento humano que concorram para a desconstrução de mecanismos de dominação cultural, os quais posicionam as mulheres nas relações sem considerar suas reais competências e a relevância do seu trabalho nas instituições.

Uma dificuldade encontrada durante a pesquisa foi o cenário pandêmico, que limitou a segunda fase da pesquisa ao modelo não presencial. Optou-se pelo desenvolvimento do estudo com mulheres da Polícia Militar do Distrito Federal, o que excluiu a participação de policiais femininas de outros estados. Outra limitação refere-se à ausência de um recorte interseccional do estudo, que pudesse levar à compreensão das relações de gênero, cor e raça dos integrantes da instituição. Esta pesquisa, baseada na análise de produções discursivas, possui limitações referentes à exatidão das informações coletadas, haja vista que o estudo não propõe encontrar generalizações típicas de pesquisas que são capazes de demonstrar um padrão de maior representação quantitativa.

As direções futuras apontam para a ampliação dos participantes de pesquisa que abranjam outros agentes, que possam contribuir para a compreensão do espectro de possibilidades de narrativas e trajetórias. Nesse caso, estudos futuros podem indicar a participação de policiais femininas de outros estados, grupos de profissionais variados, incluindo policiais masculinos, bem como profissionais femininas de outras instituições que fazem parte de contextos predominantemente masculinos. Sugere-se, ainda, que estudos futuros analisem a trajetória de mulheres negras policiais militares e os seus processos de desenvolvimento humano, considerando-se a interseccionali-

dade da produção de conhecimentos voltados ao tema. Outra direção possível refere-se à ampliação do estudo por meio de outros tipos de pesquisa qualitativa, quantitativa ou quanti-qualitativa.

REFERÊNCIAS

- Almeida, C. B., & Vasconcellos, V. A. (2018). Transexuais: Transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Revista Direito GV*, 14(2), 303–333. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201814>
- Almeida, M. R. (2008). Características do processo decisório sobre o ingresso da mulher militar na Marinha do Brasil. *Navigator*, 12(1), 79–89. http://www.revistanavigator.com.br/navig12/art/N12_art1.pdf
- Antogla, C. S., & Maia, M. (2014). Gênero e qualidade de vida no trabalho: Quais as diferenças? *Em Aberto*, 27(92), 99–113. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.EMABERTO.27I92.2443>
- Antogla, C. S., Monteiro, R., Marina, M., Porto, M., & Maciel, M. (2020). Trabalho feminino: Uma revisão sistemática da literatura em psicodinâmica do trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(1), 1–8. <https://doi.org/10.1590/0102.3772E36NSPE2>
- Araújo, T. S. (2017). Mulheres em fardas policiais militares no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11(1), 74–96. <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/781>
- Archbold, C. A., & Schulz, D. M. (2012). Research on women in policing: A look at the past, present and future. *Sociology Compass*, 6(9), 694–706. <https://doi.org/10.1111/J.1751-9020.2012.00501.X>
- Bacila, C. R. (2005). *Estigmas: Um estudo sobre os preconceitos*. Lumen Juris.
- Bakhtin, M. (2008). *Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem*. Contexto, Dialogismo e Polifonia.
- Barbato, S., Mieto, G. S. M., & Rosa, A. (2016). O estudo da produção de significados em interações: Metodologias qualitativas. In M. C. S. Lopes de Oliveira, J. F. Chagas-Ferreira,

- G. S. M. Mieto, & R. Beraldo (Eds.), *Desenvolvimento humano: Cultura e educação* (pp. 89–113). Alínea.
- Barbosa, B. R. S. N., Nascimento, E. T. do, Carvalho, I. A. F. de, & Cavalcante, J. C. D. (2014). Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. In Universidade Federal Rural de Pernambuco (Ed.), *18º Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero (REDOR)* (pp. 3008–3024).
<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2269/821>
- Barresi, J. (2002). From ‘the thought is the thinker’ to ‘the voice is the speaker’: William James and the dialogical self. *Theory & Psychology, 12*(2), 237–250.
<https://doi.org/10.1177/0959354302012002632>
- Barsted, L. de A. L. (1994). Em Busca do Tempo Perdido Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993 | Revista Estudos Feministas. *Estudos Feministas, 2*, 38–54.
<https://doi.org/10.1590/%25x>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2008). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (7th ed.). Vozes.
- Baylão, A. L. da S., & Schettino, E. M. O. (2014). A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. *XI Simpósio de Excelência Em Gestão e Tecnologia*, 1–12.
<http://www.ubmulheres.org.br/paginas>
- Benschop, Y., & Doorewaard, H. (2016). Covered by equality: The gender subtext of organizations. *Organization Studies, 19*(5), 787–805.
<https://doi.org/10.1177/017084069801900504>
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes. <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/878>
- Bezerra, M. V. da R., Moreno, C. A., Prado, N. M. B. L., & Santos, A. M. (2019). Política de

- saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. *Saúde Em Debate*, 43(spe8), 305–323. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>
- Bourdieu, P. (2011). *A dominação masculina* (9th ed.). Bertrand Brasil.
- Branco, A. U. (2016). Crenças e práticas culturais: Co-construção e ontogênese de valores sociais. *Pró-Posições*, 17(2), 139–155.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643632>
- Branco, A. U., & Valsiner, J. (2012). Values as culture in self and society. In J. Valsiner & A. U. Branco (Eds.), *Cultural psychology of human values: Advances in cultural psychology: Constructing human development* (pp. 6–16). Information Age Publishing.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Artmed.
- Bruner, J. (1981). The social context of language acquisition. *Language & Communication*, 1(2–3), 155–178. [https://doi.org/10.1016/0271-5309\(81\)90010-0](https://doi.org/10.1016/0271-5309(81)90010-0)
- Bruner, J. (1991). The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry*, 18(1), 1–21.
<https://doi.org/10.1086/448619>
- Bruner, J. (1997). *Atos de Significação*. Artmed.
- Bruner, J. (2006). *La fabbrica delle storie: Diritto, letteratura, vita*. Economica Laterza.
- Butler, J. (2020). *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo.”* Crocodilo.
- Cabell, K. R., & Valsiner, J. (2014). *The catalyzing mind: Beyond models of causality*. Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-1-4614-8821-7/COVER>
- Calazans, M. E. (2004). Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo Em Perspectiva*, 18(1), 142–150. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100017>
- Câmara dos Deputados. (2019). *Projeto de Lei nº 5361*. Reserva às mulheres 25% (vinte e cinco

por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos na área de segurança pública.

<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2223724>

Campos, M. L. (2017). Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: A constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. *Dossiê Temático*, 30(2), 35–54. <https://doi.org/10.5902/231717582731>

Cândido da Silva, C., & Borges, F. T. (2017). Análise Temática Dialógica como método de análise de dados verbais em pesquisas qualitativas. *Linhas Críticas*, 23(51), 245–267. <https://doi.org/10.26512/lc.v23i51.8221>

Canedo, D. (2009). “Cultura é o quê?”: Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes políticos. In Universidade Federal da Bahia (Ed.), *V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura* (pp. 1–14). <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>

Cappelle, M. C. A., & Melo, M. C. O. L. (2010). Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 71–99. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000300006>

Chehab, I. M. C. V. (2019). O protagonismo das mulheres nos movimentos políticos para a redemocratização brasileira. *Revista de Movimentos Sociais e Conflitos*, 5(2), 1–15. <https://core.ac.uk/download/pdf/288182205.pdf>

Cirino, J. F. (2021). Discriminação por gênero no mercado de trabalho: Uma comparação do diferencial de rendimento entre homens e mulheres para os anos de 2002 e 2014. *Planejamento e Políticas Públicas*, 51(1), 221–253.

<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/932>

Congresso Nacional. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* (Assembleia Nacional Constituinte de 05 de outubro).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

- Cunha, I. O. (2018). *Regulamento Disciplinar do Exército: Parte Geral* (3rd ed.). AVM.
<http://avmpmpr.com.br/avmlivros/site/produto/regulamento-disciplinar-do-exercito-rde-parte-geral-comentado-3aed/>
- Daaleman, T. P., & Elder, G. H. (2007). Family medicine and the life course paradigm. *The Journal of the American Board of Family Medicine*, 20(1), 85–92.
<https://doi.org/10.3122/JABFM.2007.01.060012>
- Dantas, S. R. M. (2018). *Mulheres e forças armadas: uma análise da participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13920>
- Davies, B., & Harré, R. (1990). Positioning: The discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 20(1), 43–63. <https://doi.org/10.1111/J.1468-5914.1990.TB00174.X>
- Dessen, M. auxiliadora, & Costa Junior, Á. L. (2005). *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras*. Artmed.
- Elder, G. H., Johnson, M. K., & Crosnoe, R. (2003). The emergence and development of life course theory. In R. T. Serpe (Ed.), *Handbooks of sociology and social research* (pp. 3–19). Springer. https://doi.org/10.1007/978-0-306-48247-2_1
- Fachin, E., Bergoli, J. M., & Nielsson, J. G. (2016). O processo histórico de lutas das mulheres em prol da igualdade de reconhecimento e direitos, e o cenário atual. *XXIV Seminário de Iniciação Científica*, 1–6.
<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7339/6104>
- Ferreira de Souza, R. (2011). George Herbert Mead: Contribuições para a história da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 369–378. <https://doi.org/10.1590/S0102->

[71822011000200018](https://doi.org/10.5433/1984-3356.2019V12N24P517)

Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa: Coleção pesquisa qualitativa*. Artmed.

Fonseca, R. R. (2019). “Você será mobilizada(o)!”: Gênero e trabalho na Segunda Guerra Mundial – Estados Unidos e Brasil. *Antíteses*, 12(24), 542. <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2019V12N24P517>

Francisco, R. de S., & Bila, F. P. (2019). As mulheres e o militarismo: Desafiando o conceito tradicional de soldado. *II Encontro Internacional, História e Parceiros*, 1–19. https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570579097_ARQUIVO_c8939258db434e6a8519468dfa28ae11.pdf

Frank, A. W. (2005). What is dialogical research, and why should we do it? *Qualitative Health Research*, 15(7), 964–974. <https://doi.org/10.1177/1049732305279078>

Freire, S. F. C. D., & Branco, A. U. (2016). A Teoria do Self Dialógico em perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 25–33. <https://doi.org/10.1590/0102-37722016012426025033>

Gama, M. S. B., & Zanello, V. (2019). Dispositivo amoroso e tecnologias de gênero: Uma investigação sobre a música sertaneja brasileira e seus possíveis impactos na pedagogia afetiva do amar mulheres. In E. O. Silva & S. Rodrigues de Oliveira (Eds.), *Gênero, subjetivação e perspectivas femininas* (pp. 163–183). Thechnopolitik.

Gomes da Silva, S. (2010). Preconceito e discriminação: As bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3), 556–571. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009>

Gomes de Souza, I. (2018). A participação feminina nas forças militares estaduais: Um olhar sobre o percentual para ingresso de mulheres nas polícias militares à luz do direito fundamental da igualdade. *XX Encontro Da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e*

Pesquisas Sobre Mulher e Relações de Gênero. www.redor2018.sinteseeventos.com.br

Gomes Pinto, R., & Branco, A. U. (2009). Práticas de socialização e desenvolvimento na educação infantil: contribuições da psicologia sociocultural: Contribuições da psicologia sociocultural. *Temas Em Psicologia*, 17(2), 511–525.

<https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751434020.pdf>

Governo do Distrito Federal. (1982). *Decreto 7312 de 20 de dezembro de 1982*. Cria na Polícia Militar do Distrito Federal a Companhia de Polícia Militar Feminina e dá outras providências. http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/9650/exec_dec_7312_1982.html

Governo do Estado de São Paulo. (1955). *Decreto n° 24.548, de 12 de maio de 1955*. Institui, na Guarda Civil, um Corpo de Policiamento Especial Feminino.

<https://www.al.sp.gov.br/norma/106996>

Guanaes, C., & Japur, M. (2003). Construcionismo social e metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de self. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 135–143.

<https://doi.org/10.1590/S0102-37722003000200005>

Guimarães, D. S. (2013). Self and dialogical multiplication. *Interacções*, 9(24), 214–242.

<https://doi.org/10.25755/int.2843>

Harré, R. (2012). Positioning Theory: Moral dimensions of Social-Cultural Psychology. In J. Valsiner (Ed.), *The Oxford Handbook of Culture and Psychology* (pp. 191–206). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/OXFORDHB/9780195396430.013.0010>

Hassell, K. D., Archbold, C. A., & Schulz, D. M. (2015). *Women and policing in America: Classic and contemporary readings*. Aspen Publishing.

Hermans, H. J. M. (2001). The construction of a personal position repertoire: Method and practice. *Culture and Psychology*, 7(3), 323–366. <https://doi.org/10.1177/1354067X0173005>

Hermans, H. J. M. (2003). The construction and reconstruction of a dialogical self. *Journal of*

Constructivist Psychology, 16(2), 89–130. <https://doi.org/10.1080/10720530390117902>

Hermans, H. J. M. (2011). The dialogical self: A process of positioning in space and time. In S. Gallagher (Ed.), *The Oxford Handbook of the Self* (pp. 652–678). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/OXFORDHB/9780199548019.003.0029>

Hermans, H. J. M. (2021). Who am I? Towards a multi-voiced dialogical self. In B. D. Slife, S. C. Yanchar, & F. C. Richardson (Eds.), *Routledge international handbook of theoretical and philosophical Psychology* (pp. 267–284). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003036517-18>

Hermans, H. J. M., & Gieser, T. (2012). Introductory chapter: History, main tenets and core concepts of dialogical self theory. In H. J. M. Hermans & T. Gieser (Eds.), *Handbook of Dialogical Self Theory* (pp. 1–22). Cambridge University Press.

Hermans, H. J. M., & Hermans-Konopka, A. (2010). Dialogical Self Theory: Positioning and counter-positioning in a globalizing society. In *Dialogical Self Theory: Positioning and Counter-Positioning in a Globalizing Society*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511712142>

Hermans, H. J. M., & Kempen, H. J. G. (1993). *The dialogical self: Meaning as movement*. Academic Press. <https://psycnet.apa.org/record/1993-98537-000>

Hermans, H. J. M., & Kempen, H. J. G. (1998). Moving cultures: The perilous problems of cultural dichotomies in a globalizing society. *American Psychologist*, 53(10), 1111–1120. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.53.10.1111>

Hermans, H. J. M., Kempen, H. J. G., & Van Loon, R. J. P. (1992). The dialogical self beyond: Individualism and rationalism. *American Psychologist*, 47(1), 23–33. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.1.23>

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos*

de Pesquisa, 37(132), 595–609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

Hollway, W. (2003). Gender difference and the production of subjectivity. In J. Henriques, W.

Hollway, C. Urwin, C. Venn, & V. Walkerdine (Eds.), *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity* (pp. 223–261). Taylor and Francis.

<https://doi.org/10.1515/9781474469517-010/MACHINEREADABLECITATION/RIS>

Howitt, D. (2019). *Introduction to qualitative research methods in psychology: Putting theory into practice*. Pearson.

Hunt, J. S. (2014). Race in the justice system. In B. L. Cutler & P. A. Zapf (Eds.), *APA handbook of forensic psychology, Vol. 2: Criminal investigation, adjudication, and sentencing outcomes*. (pp. 125–161). American Psychological Association.

<https://doi.org/10.1037/14462-005>

James, W. (1890). *The Principles of Psychology* (Vol. 1). Henry Holt and Comany.

Kadianaki, I., & Zittoun, T. (2014). Catalysts and regulators of psychological change in the context of immigration ruptures. In K. R. Cabell & J. Valsiner (Eds.), *The Catalyzing Mind: Beyond Models of Causality* (pp. 191–207). Springer New York.

https://doi.org/10.1007/978-1-4614-8821-7_10/COVER

Langenhove, L. Van, & Harré, R. (1998). Introducing Positioning Theory harre. In R. Harré & V. L. Langenhove (Eds.), *Positioning Theory: Moral Contexts of International Action* (pp. 14–31). Blackwell Publishers.

Lara, L. F., Campos, E. A. R. de, Stefano, S. R., & De Andrade, S. M. (2017). Relações de gênero na polícia militar: Narrativas de mulheres policiais. *Holoes*, 33(4), 77.

<https://doi.org/10.15628/HOLOS.2017.4078>

Leiman, M. (2002). Toward semiotic dialogism: The role of sign mediation in the dialogical self. *Theory & Psychology*, 12(2), 221–235. <https://doi.org/10.1177/0959354302012002631>

- Lima, C. R. N. A. (2018). Gênero, trabalho e cidadania: Função igual, tratamento salarial desigual. *Revista Estudos Feministas*, 26(3), 1–20. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018V26N347164>
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: Uma revisão crítica. *Psicologia Em Estudo*, 11(2), 427–436. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200022>
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2021). Psicologia Cultural e semiótica: aportes para a abordagem científica do desenvolvimento humano na contemporaneidade. In A. F. A. Madureira & J. Bizerril (Eds.), *Psicologia & cultura: Teoria, pesquisa e prática profissional* (pp. 21–39). Cortez.
- Lopes de Oliveira, M. C. S., Branco, A. U., & Freire, S. F. D. C. (2020). *Psychology as a dialogical science: Self and culture mutual development*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-44772-4>
- Lopes de Oliveira, M. C. S., & Guimarães, D. S. (2016). Dossiê: Psicologia dialógica. *Psicologia USP*, 27(2), 165–167. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20162702>
- Lopes de Oliveira, M. C. S., & Machado, K. R. (2019). Violência e privação de liberdade: Um estudo sobre trajetórias juvenis a partir do Radar de Relações Interpessoais. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 37(3), 307–325. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.7966>
- Madureira, A. F. A., & Bizerril, J. (2021). *Psicologia & cultura: Teoria, pesquisa e prática profissional*. Cortez.
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2005). Construindo com o outro: Uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. In M. auxiliadora Dessen & Á. L. Costa Junior (Eds.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e*

perspectivas futuras (pp. 90–109). Artmed.

- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: Processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 81–90. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000100010>
- Mattos, E., & Chaves, A. M. (2014). Exploring the role of catalyzing agents in the transition to adulthood: A longitudinal case study with Brazilian youth. In K. R. Cabell & J. Valsiner (Eds.), *The catalyzing mind: Beyond models of causality* (pp. 167–189). Springer New York. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-8821-7_9/COVER
- McAdams, D. P. (2006). The role of narrative in personality psychology today. *Narrative Inquiry*, 16(1), 11–18. <https://doi.org/10.1075/NI.16.1.04MCA>
- McAdams, D. P., & Olson, B. D. (2010). Personality development: Continuity and change over the life course. *Annual Review of Psychology*, 61(1), 517–542. <https://doi.org/10.1146/ANNUREV.PSYCH.093008.100507>
- McNamee, S., & Gergen, K. J. (1999). *Relational responsibility: Resources for sustainable dialogue*. Sage.
- Mcvee, M. B. (2011). Positioning theory and sociocultural perspectives affordances for educational researchers. In M. Mcvee, C. Brock, & J. Glazier (Eds.), *Positioning theory Sociocultural positioning in literacy: Exploring culture, discourse, narrative, and power in diverse educational contexts* (pp. 1–21). Hampton Press.
- Mcvee, M. B., Silvestri, K. N., Barrett, N., & Haq, K. S. (2018). Positioning Theory. In D. E. Alvermann, N. J. Unrau, M. Sailors, & R. B. Ruddell (Eds.), *Theoretical models and processes of literacy* (pp. 381–400). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315110592-23>
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self, and society*. The University of Chicago Press.
- Meijers, F., & Hermans, H. J. M. (2018). *The dialogical self theory in education* (F. Meijers & H.

- Hermans (eds.). Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-62861-5>
- Morais dos Santos, S. M., & Oliveira, L. (2010). Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katálysis*, 13(1), 11–19.
<https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002>
- Moreira, R., & Wolff, C. S. (2009). A ditadura militar e a face maternal da repressão. *Espaço Plural*, 10(21), 56–65. <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944363007.pdf>
- Moreno, M. R., & Branco, A. U. (2014). Desenvolvimento das significações de si em crianças na perspectiva dialógico-cultural. *Psicologia Em Estudo*, 19(4), 599–610.
<https://doi.org/10.1590/1413-73722189303>
- Musumeci, L., & Soares, B. M. (2004). Polícia e gênero: Participação e perfil das policiais femininas nas PMS brasileiras. *Revista Gênero*, 5(1), 207.
<https://doi.org/10.22409/RG.V5I1.230>
- Neves, G. S. (2008). *A presença da policial feminina com características afro-descendentes na Polícia Militar da Bahia* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Bahia.
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8837>
- Oliveira, F. M., Coutinho, C. M. F., & Ferreira, M. L. A. (2014). O trabalho feminino na Polícia Militar: Considerações sobre a realidade laboral das policiais militares. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, 18(1), 85–100.
<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7381>
- Oliveira, Z. M. R., Guanaes, C., & Costa, N. R. A. (2003). Discutindo o conceito de jogos de papel: uma interface com a teoria do posicionamento. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorin, A. P. S. Silva, & A. M. A. Carvalho (Eds.), *Rede de significações: uma nova perspectiva teórico-metodológica* (pp. 68–80). Artmed.

- Palmieri, M. W. A., & Branco, A. U. (2004). Cooperação, competição e individualismo em uma perspectiva sócio-cultural construtivista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 189–198.
<https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000200007>
- Pintaguy, J. (2019). A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: Memórias para o futuro. In H. B. Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista brasileiro : formação e contexto* (pp. 81–96). Bazar do Tempo.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15–23. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Polícia Militar do Distrito Federal. (2021). *Portaria PMDF nº 1227, de 18 de outubro de 2021*. Altera a Portaria PMDF nº 749, de 13 de julho de 2011, para estabelecer novos procedimentos concernentes ao regime especial de serviço policial militar das gestantes e lactantes e dá outras providências.
- Polícia Militar do Distrito Federal. (2022). *Dia da policial militar do distrito federal*. <http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/institucionais/28267-dia-da-policial-militar-feminina-do-distrito-federal>
- Polícia Militar do Estado de São Paulo. (2021). *História da Polícia Militar do Estado de São Paulo*. <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>
- Pozzer, L. de A., & Novaes, E. de D. F. (2019). Teoria do posicionamento e terapia familiar: Criando novas posições discursivas na relação entre mãe e filho. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 19–35. <https://doi.org/10.38034/NPS.V28I65.535>
- Presidência da República. (2002). *Decreto nº 4346, de 26 de agosto de 2002*. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm
- Presidência da República. (1984a). *Decreto-Lei nº 2106, de 6 de fevereiro de 1984*. Altera o

Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2106.htm

Presidência da República. (1984b). *Lei nº 7289, de 18 de dezembro de 1984*. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17289.htm

Presidência da República. (1986). *Lei nº 7491, de 13 de junho de 1986*. Fixa o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, altera dispositivo da Lei n.º 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17491.htm

Presidência da República. (1988). *Lei nº 9713, de 25 de novembro de 1998*. Altera dispositivo da Lei no 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19713.htm

Proni, T. T. R. W., & Proni, M. W. (2018). Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 26(1), 1–21. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018V26N141780>

Rabe-Hemp, C. E. (2009). POLICEwomen or PoliceWOMEN?: Doing gender and police work. *Feminist Criminology*, 4(2), 114–129. <https://doi.org/10.1177/1557085108327659>

Reis Rosa, A., & José de Brito, M. (2008). Mulheres Fardadas: Reflexões sobre Dominação Masculina e Violência Simbólica na Organização Militar. In Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Ed.), *XXXII Encontro da ANPAD* (pp. 1–16). http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/38/EOR-C636.pdf

Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. Free Press.

Santana, A. C., & Lopes de Oliveira, M. C. S. (2016). Desenvolvimento Humano: Aproximações a uma perspectiva semiótica e dialógica. In M. C. S. Lopes de Oliveira, J. F. Chagas-

- Ferreira, G. S. M. Mieto, & R. Beraldo (Eds.), *Psicologia dos processos de desenvolvimento humano: Cultura e Educação* (pp. 13–30). Alínea.
- Santos, M. A., & Gomes, W. B. (2012). Self dialógico: Teoria e pesquisa. *Psicologia Em Estudo*, *15*(2), 353–361.
<https://www.scielo.br/j/pe/a/n7vm9dZNhcDBFYHGjqCmq3y/abstract/?lang=pt>
- Sato, T. (2011). Minding money: How understanding of value is culturally promoted. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, *45*(1), 116–131. <https://doi.org/10.1007/S12124-010-9142-7>
- Sato, T., Hidaka, T., & Fukuda, M. (2009). Depicting the dynamics of living the life: The trajectory equifinality model. In J. Valsiner, P. C. M. Molenaar, M. C. D. P. Lyra, & N. Chaudhary (Eds.), *Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences* (pp. 217–240). Springer. https://doi.org/10.1007/978-0-387-95922-1_10/COVER
- Sato, T., Mori, N., & Valsiner, J. (2016). *Making of the future: The trajectory equifinality approach in cultural psychology*. Greenwich.
- Sato, T., & Valsiner, J. (2010). Time in Life and life in time: Between experiencing and accounting. *Ritsumeikan Journal of Human Sciences*, *20*(1), 79–92.
<http://www.psy.ritsumei.ac.jp/~satot/TEA/Time in Life 2010.pdf>
- Sato, T., Yasuda, Y., Kido, A., Arakawa, A., Mizoguchi, H., & Valsiner, J. (2007). Sampling reconsidered: Idiographic science and the analyses of personal life trajectories. In J. Valsiner & A. Rosa (Eds.), *The Cambridge handbook of sociocultural psychology* (pp. 82–106). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511611162.007>
- Schwether, N. D. (2016). *Agora é que são elas: desvendando o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal de Santa Catarina.

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168628>

Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade* v. 2, n. 20, p. 71-100, 20(2), 71–100.

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

Sifuentes, T. R., Dessen, M. A., & Lopes de Oliveira, M. C. S. (2007). Desenvolvimento humano: Desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(4), 379–385. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000400003>

Silva, S. M. (2011). *A Carta que elas escreveram: A participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7298>

Souza, H. A., Almeida Silva, G. R., Lopes Silva, R., & Ferreira Silva, C. H. (2020). Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: Desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. *Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho*, 23(2), 175–188. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p175-188>

Spivak, G. C. (2014). Three women's texts and a critique of imperialism. In B. Moore-Gilbert, G. Stanton, & W. Maley (Eds.), *Postcolonial Criticism* (pp. 145–165). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315843452-6/THREE-WOMEN-TEXTS-CRITIQUE-IMPERIALISM-GAYATRI-SPIVAK>

Stake, R. E. (2011). *Pesquisa qualitativa: Estudando como as coisas funcionam*. Artmed.

Teles, M. A. A. (2018). *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. Alameda.

Teles Silva, B. (2020). A luta pela igualdade de gênero. *Ideias e Inovação*, 5(3), 107–114. <https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/8413>

Thais, K., & Figueira, S. (2017). *Polícia feminina: Construção identitária e representações sociais na polícia militar do Distrito Federal* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de

- Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/25308>
- Valsiner, J. (1994). Bidirectional Cultural Transmission and Constructive Sociogenesis. In W. Graaf & R. Maier (Eds.), *Sociogenesis Reexamined* (pp. 47–70). Springer.
https://doi.org/10.1007/978-1-4612-2654-3_4
- Valsiner, J. (1998). *The guided mind : A sociogenetic approach to personality*. Harvard University Press.
- Valsiner, J. (2001). The first six years: Culture's adventures in psychology. *Culture & Psychology*, 7(1), 5–48. <https://doi.org/10.1177/1354067X0171002>
- Valsiner, J. (2002). Forms of dialogical relations and semiotic autoregulation within the self. *Theory & Psychology*, 12(2), 251–265. <https://doi.org/10.1177/0959354302012002633>
- Valsiner, J. (2007). *Culture in minds and societies: Foundations of cultural psychology*. Sage.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da psicologia cultural: Mundos da mente, mundos da vida*. Artmed.
- Valsiner, J. (2014). *An invitation to cultural psychology*. Sage.
- Vieira, A. G., & Henriques, M. R. (2014). A construção narrativa da identidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 163–170. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722014000100018>
- Willig, C. (2013). *Introducing qualitative research in psychology*. Open University Press.
- Woitowicz, K. J., & Pedro, J. M. (2009). O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: Conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. *Espaço Plural*, 10(21), 43–55. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944363006>
- Wortmeyer, D. S. (2022). Transformações emergentes nos conflitos contemporâneos: Implicações éticas e desafios para a capacitação dos militares. *Análise Estratégica*, 23(1), 7–25. <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/9309>
- Yin, R. K. (2016). Qualitative research from start to finish. In *Qualitative Research from Start to*

Finish, Second Edition. (2nd ed., Issue 3). The Guildford Press.

Zittoun, T. (2006). *Transitions: Development through symbolic resources.* Information Age Pub.